

PRACA

REVISTA DISCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA UFPE

VOLUME 3 - NÚMERO 1, 2019

ISSN 2595-1025



Sumário

A sociologia bourdieusiana e a construção social do <i>habitus</i> negro	7
Raul Vinícius Araújo Lima	
“Meu corpo, minhas regras!”: <i>Michel Foucault, corpo da mulher e feminismo</i>	23
Lorena Ferreira Cronemberger	
Notas sobre o ensino de Ciências Sociais/Sociologia no Brasil e no México: <i>uma análise comparativa dos manuais escolares</i>	38
Jefferson Evânio	
O mercado atacadista como campo político: <i>proposta de análise político- cultural das praças de mercados da agricultura familiar no CEASA-PE</i>	55
Juliana Gomes Moraes	
Uma análise sócio-histórica do “instante” cinemanovista	74
Wendell Marcel Alves da Costa	



Editorial

A Praça – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, é fruto do nosso esforço, enquanto Comitê Editorial, para promover a divulgação do conhecimento sociológico (e de suas áreas afins) em resistência ao cenário atual que ameaça a nossa profissão. Após as eleições presidenciais de 2018, as Ciências Humanas – e, nelas, de modo muito especial, as Ciências Sociais/Sociologia – têm sido alvo de ataques implacáveis, cujo objetivo não é outro, senão o de minar as nossas produções e comprometer a continuidade da disciplina. Nesse sentido, faz-se ainda mais urgente a continuidade de nosso trabalho e a promoção de circulação desse conhecimento. A divulgação de artigos científicos de qualidade e que fazem análises acuradas da realidade social é a nossa arma contra o obscurantismo que acometeu a sociedade brasileira e que tem, no atual Presidente da República, lamentavelmente, sua expressão máxima.

Franz Fanon finaliza seu clássico *Pele negra, máscaras brancas* com um apelo: “Ó, meu corpo, faça de mim, sempre, um homem que questiona”. Essa frase reitera a importância de questionarmos as opressões que nos subjugam – no caso específico do livro, o racismo que adocece a todos, negros e brancos. Aos primeiros, adocece-os por meio dos estigmas de uma inferioridade perversa e criada, justamente, para que os segundos – os brancos –, também adoecidos, vivam segundo as fantasias de uma pretensa superioridade. Acreditamos que podemos alargar um pouco o escopo de tal sentença e trazê-la para refletirmos sobre as ameaças e perseguições que vêm sendo dirigidas às Humanidades – porque dirigidas, em última instância, a tudo o que é humano. O projeto de poder da extrema-direita no Brasil e no mundo alicerça-se sobre toda sorte de negacionismos – e não nos referimos, aqui, exclusivamente à tentativa de diminuir a importância, tanto científica quanto social, da Sociologia, mas também a sandices como o “terraplanismo” e, sobretudo, em tempos recentes,

à forma como o Presidente vem lidando com a pandemia da COVID-19, o novo coronavírus. Acreditamos que essa tentativa de deslegitimação do saber acadêmico compõe o mesmo enredo cujo objetivo é, por excelência, fazer com que a sociedade padeça na mais profunda ignorância, assim tornando-se, como bem nos ensinou Bourdieu, cúmplice daquilo que a oprime. Eis por que começamos este Editorial com o apelo de Fanon.

Para a Sociologia, é de extrema importância saber questionar. Muitas vezes, uma boa questão é o que norteia uma boa pesquisa. Além disso, é preciso ter, como também foi dito por Bourdieu, uma espécie de disposição acolhedora, capaz de fazer nossos os problemas de outras pessoas. A essa capacidade, ele chamou de “amor intelectual”. Esses aspectos são alguns dos que fazem com que a Sociologia seja vista como uma ameaça ao projeto de poder que tem rondado – e mesmo permeado – a sociedade brasileira nos últimos anos. Acontece que tais aspectos são também a nossa força e, no que depender da Revista Praça, não iremos sucumbir.

É, portanto, nesse momento de grande instabilidade, gerado por um governo que não se importa com as universidades, ao adotar uma política de precarização dos recursos e ataques explícitos aos estudos científicos e ao pensamento crítico, que esta edição é lançada com espírito combativo, pelo qual visamos estabelecer um ambiente aberto à motivação, à discussão e ao engajamento da comunidade científica e da sociedade civil como um todo. Assim, em um convite à leitura, segue um panorama dos trabalhos aqui publicados:

O artigo de abertura, *A sociologia bourdieusiana e a construção social do habitus negro*, de Raul Vinícius Araújo Lima, busca discutir de que forma a ideia de um habitus negro pode se tornar um caminho viável para explorarmos como estariam delimitados alguns modos e estilos de vida, a partir das lógicas raciais. No artigo “*Meu corpo, minhas regras!*”: Michel Foucault, corpo da mulher e feminismo, Lorena Ferreira Cronemberger aborda a necessidade de tratarmos os problemas políticos na relação com os “saberes médicos e científicos” quando se fala do “corpo da mulher”, em vista de se pensarem os processos de assujeitamentos e, consequentemente, os corpos e mentes adoecidos. Já o artigo *Notas sobre o ensino de Ciências Sociais/Sociologia no Brasil e no México: uma análise comparativa dos manuais escolares*, de Jefferson Evânio, traz uma sistematização comparativa a partir dos discursos sobre a política presente nos manuais didáticos destinados ao ensino das Ciências Sociais/Sociologia na educação básica do México e do Brasil. O penúltimo artigo, *O mercado atacadista como campo político: proposta de análise político-cultural das praças de mercados da agricultura familiar no CEASA-PE*, de Juliana Gomes Moraes, oferece-nos um estudo de natureza descritivo-exploratória com o objetivo de mostrar as imbricações entre os espaços de mercado atacadista e o campo político. Finalmente, em *Uma análise sócio-histórica do “instante” cinemanovista*, Wendell Marcel Alves da Costa apresenta um panorama analítico sobre os efeitos sociais, históricos e estéticos do movimento cinematográfico Cinema Novo, no Brasil dos anos 1960, com vistas a atualizar o debate sobre a importância desse “instante” na cinematografia brasileira.

Esperamos, desse modo, contribuir para a divulgação de um saber que só é capaz de ser

obtido por aqueles que conseguem exercitar um olhar sensível em relação ao outro. O que é a Sociologia, senão também a prática da solidariedade, na qual as conexões entre as pessoas são fundamentais para as nossas abstrações teóricas? Se não nos importássemos com o outro, não teríamos sequer escolhido olhá-lo segundo o filtro que a Sociologia nos fornece. Não pensem que é fácil – trata-se de um caminho doloroso, que nos deixa diante das dores do mundo sem os véus do senso comum. Apesar disso, está muito claro, sobretudo no atual contexto, que é desse tipo de solidariedade que o mundo precisa – solidariedade que pode nos salvar a todos.

Parece que há mesmo razão para nos odiarem: nosso saber é o oposto de tudo o que defendem. Nosso saber só é possível, e só faz sentido, se estiver preocupado com o outro.

Eis por que hoje, tempo em que avançam o tom e os meios de institucionalização de políticas de extermínio contra o “outro-inimigo”, temos certeza de que só nos resta uma saída: fazermos-nos presentes ante cada desafio que nos é imposto, instigando e orientando reflexões à luz da Sociologia.

Comité Editorial

A sociologia bourdieusiana e a construção social do *habitus* negro

Raul Vinícius Araújo Lima*

Resumo

Bourdieu delimita o conceito de *habitus* enquanto um mediador do espaço social, constituído historicamente através das condições de existência e da posição ocupada pelos agentes nesse espaço. Nesta direção, tentarei instigar aqui uma discussão de como a ideia de um *habitus negro* pode se tornar um caminho frutífero para explorarmos como estariam delimitados alguns modos e estilos de vida, a partir das lógicas raciais. Tal perspectiva será construída juntamente a três sistematizações: a de Oracy Nogueira sobre o que chamou de *preconceito de marca*; a de Ronaldo Sales Jr. sobre o *não-dito racista*; e a de Achille Mbembe acerca de sua ideia de *negro* e de *raça*.

Palavras-chave: Pierre Bourdieu; *habitus*; negro; raça; agência e estrutura.

Bourdiesian sociology and the social construction of the black *habitus*

Abstract

Bourdieu delimits the concept of *habitus* as a mediator of social space, historically constituted through the conditions of exposure and the position occupied by agents in this space. In this direction, install here a discussion of how the idea of a black *habitus* can become a fruitful way to explore how some racial modes and lifestyles are delimited. This perspective will be created from three systematizations: Oracy Nogueira's about what he called brand bias; Ronaldo Sales Jr. about the unspoken racist; and an Achille Mbembe about his idea of black people and race.

Keywords: Pierre Bourdieu; *habitus*; black; race; agency and structure.

*Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. raulvinicius.al@gmail.com

Imbróglio

O *habitus*, enquanto “produto da história, [...] produz as práticas, individuais e coletivas, portanto, da história, conforme aos esquemas engendrados pela história; ele garante a presença ativa das experiências passadas que, depositadas em cada organismo sob a forma de esquemas de percepção, de pensamento e de ação [...]” (BOURDIEU, 2011c, p. 90), sustenta a reprodução ou refutação de padrões, sejam eles quais forem. Esse princípio formulador de práticas classificáveis se configura também como o sistema de classificação dos próprios agentes sobre si mesmos, isto é, os jeitos de se comportar e a estética que recai sobre o próprio corpo atende a determinados padrões de julgamento. E é a partir dessa dupla delimitação do *habitus*, da relação entre as condições de existência que possibilitam maneiras de ser e agir dos agentes, que é possível entender um pouco mais sobre a construção do “[...] espaço dos estilos de vida” (BOURDIEU, 2011a, p. 162).

Visto que a perspectiva bourdieusiana nos permite perceber o quão tênue e necessário é o fazer sociológico em um nível de profundidade tal que as diferenças, as disputas de poder, as condições de produção material e simbólica, as normas e valores, e os modos de funcionamento da racionalidade da sociedade ocidental contemporânea ficam à disposição da observação atenta. E, acima de tudo, que é possível através dessa perspectiva entender um pouco mais sobre como agentes se percebem, agem e confrontam-se simbólica e culturalmente dentro dos espaços sociais (BOURDIEU, 2011c).

O espaço social se faz um complexo artefato formado por diferenças, que engendram as mais diferentes práticas, no qual os grupos estão, a todo tempo, em disputa pela legitimação dos seus modos de viver. Neste sentido, os agentes e suas práticas encontram-se dentro de uma estrutura que distribui desigualmente os diferentes tipos de capital, seja o simbólico, econômico, cultural, linguístico, ou escolar, e cada qual vai exercer um determinado tipo de influência na vida das pessoas, e vai evoluindo ou regredindo de acordo com a economia das trocas efetuadas dentro dos campos (BOURDIEU, 2011d).

De acordo com Bourdieu (2011a), é nesses espaços que se constituem as classes sociais, por exemplo, e onde cada uma delas vai utilizar de seus diversos capitais para fazer referência aos seus aportes materiais e simbólicos, promulgando uma constante luta pela permanência da ordem, no caso da classe dominante, ou uma constante luta subversiva no intuito de deslegitimar para legitimar-se, no caso da classe dominada (BOURDIEU, 2011a). Nas palavras do autor, “a classe ‘real’, se é que ela alguma vez existiu ‘realmente’, é apenas a classe realizada, isto é, mobilizada, resultado da luta de classificações como luta propriamente simbólica (e política) para impor uma visão do mundo social ou, melhor, uma maneira de construí-la [...]” (BOURDIEU, 2011d, p. 26).

Contudo, por mais que a própria construção da existência das classes sociais como determinantes (do) e determinadas pelo todo social, fazendo com que a luta de uma classe em impor-se sobre outra seja o norte da construção das análises bourdieusianas, entendo que pensar na

constituição da prática de um agente requer mais atenção à influência de certos condicionamentos específicos, também socialmente construídos. A aqui me refiro àqueles que envolvem as pessoas negras e não-negras, àquelas que, principalmente, no Brasil, foram e são responsáveis por gerarem não apenas os fundamentos de um sistema escravocrata e racista, mas também aqueles que sustentam, até hoje, práticas (neo)liberais de apropriação dos estilos de vida e de todo o sistema de produção material e simbólico de nosso país.

Acredito ser imprescindível observar os modos como as categorias de raça e de negro podem ser mobilizadas por agentes e grupos ao realizarem suas práticas. Dito de outra forma, categorias como a de raça e de negro, estão presentes e constituem as mais variadas práticas e lógicas, a partir das quais cada agente, dentro dos mais variados campos sociais, vai dar sentido à sua vida e ao contexto no qual está inserido.

Compreendendo também que as questões acerca da pessoa negra e de raça não foram diretamente um alvo, ou mesmo categorias dentro das análises de Bourdieu, daí que a perspectiva que busco delimitar aqui tenta ir junto e além de sua teoria, pois, enquanto instrumento utilizado nos julgamentos, escolhas e classificações sociais, acredito que tais categorias devam receber um peso (atenção) social equânime às questões econômicas. Por exemplo, Bourdieu, ao desenvolver sua análise sobre a relação que é exercida entre homens e mulheres, em seu livro *A Dominação Masculina* (BOURDIEU, 2011b), desenvolve um pequeno ponto no tocante à questão racial, delimitando-a como um componente secundário frente a questões econômicas e culturais. Bourdieu recorrerá a duas propriedades em seus argumentos.

A primeira propriedade está centrada no que ele chama de “coeficiente simbólico negativo”, função responsável por julgar um agente enquanto inferior, por fazer parte de um grupo socialmente estigmatizado, como aconteceria no caso de um indivíduo de pele negra. A segunda propriedade aponta que, mesmo que esse agente faça parte de grupos marginalizados, eles seriam hierarquizados entre si, por exemplo, as mulheres estariam entre si em posições hierarquicamente diferentes se possuírem capitais econômicos e culturais diferentes, e ainda mais se possuírem a pele negra (BOURDIEU, 2011b). Sim, agentes ocupam espaços diferentes devido a sua raça, gênero, sexualidade e classe. Sim, uma pessoa de pele negra e que pertence a uma classe dominada sofrerá as piores consequências derivadas das disputas materiais e simbólicas. Contudo, considero que construir uma análise que traga a categoria de raça enquanto ‘coeficiente’, ou seja, aquilo que se torna componente de algo maior, é hierarquizar ainda mais tais elementos.

De maneira mais concisa, se “o espaço social é construído de tal modo que os agentes ou os grupos são aí distribuídos em função de sua posição nas distribuições estatísticas de acordo com os dois princípios de diferenciação, o capital econômico e o capital cultural” (BOURDIEU, 2011d, p. 19), volto-me a pensar que existem outras práticas derivadas de outras lógicas, que são permeadas por um conjunto de intenções específicas, mas que também são responsáveis por gerarem mais lucro para aqueles e aquelas agentes que possuírem as “melhores” condições dentro das trocas.

Assim, o que tentarei propor aqui é uma análise (mais ainda minuciosa, porém ciente de seus limites) da construção e da influência de um *habitus negro* na prática de agentes específicos.

Para pensar em tais condicionamentos, trago como alicerce os apontamentos de Oracy Nogueira sobre o que chamou de *preconceito de marca*, e de como é exercido contra pessoas de pele negra, ou que possuem fortes traços negroides; a segunda perspectiva que trarei neste ensaio será a desenvolvida por Ronaldo Sales Jr., sobre o que chamou de *não-dito racista*, conceito este que tenta lidar com a integração do negro na sociedade brasileira, a partir de ações simbólicas e discursivas, e de como essas fundamentam também o funcionamento de nossas instituições, por exemplo; e a terceira abordagem é a apresentada por de Achille Mbembe acerca de sua ideia de *negro* e de *raça*, de estes como foram coisificados, espoliados e violentados ao longo da história da humanidade, e divididos em três momentos, desde as diásporas africanas até o momento cibernético.

A construção social do *habitus*

Pierre Bourdieu, ao integrar o materialismo sensível de Karl Marx, os ensinamentos de Émile Durkheim sobre classificação e as análises de Max Weber sobre as hierarquias de honra e prestígio em um modelo sociológico, oferece-nos um esquema investigativo eficaz acerca dos *opus operatum* através dos quais determinados *modus operandi* são executados por agentes na construção da ordem social, ao mesmo tempo em que são constituídos por ela. Concomitantemente, este esquema também nos permite uma análise sobre os modos como as lutas simbólicas são travadas dentro dos mais variados campos sociais. Sendo assim, a perspectiva bourdieusiana permitiria uma análise que, ao longo do tempo, trata da passagem da condição e posição para a emergência de disputas por legitimidades (WACQUANT, 2013).

Esse percurso teórico traçado por Bourdieu, por um lado, busca superar uma oposição entre uma teoria objetivista, que olha para as classes sociais como simples agrupamentos de pessoas, classificáveis e enumeráveis, e uma teoria subjetivista, que reduz a ordem social em meras estratégias individuais (BOURDIEU, 2013). Por outro lado, ele se distancia de concepções antropológicas centradas na linguagem, que concebem um certo tipo de racionalismo como fundamento das práticas, ao mesmo tempo em que se distancia de um estruturalismo que reduz os agentes a epifenômenos das estruturas sociais (BOURDIEU, 2011).

Sendo *habitus* o princípio gerador de práticas, que as organiza junto às escolhas feitas, é a necessidade incorporada para alguns e para outros, ele é a legitimidade alcançada. Dito de outra maneira, “[...] o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver” (BOURDIEU, 2007b, p. 61). Pierre Bourdieu recontextualiza um conceito que tem suas raízes no pensamento de Aristóteles e na Escolástica. Neste sentido, “a noção de *habitus* exprime, sobretudo, a recusa a toda uma série de alternativas nas quais a ciência social se encerrou, a da consciência (ou do sujeito) e do inconsciente, a do finalismo e do mecanicismo, etc” (BOURDIEU, 2007b, p. 61).

Estrutura estruturada com predisposição a ser estruturante, o *habitus* atua enquanto um sistema de disposições duráveis e duradouras, perpassando de geração em geração, e que delimita as possíveis práticas dos agentes, não instalando regras intransponíveis, mas, na verdade, como organizador da mediação posta em prática por um agente frente a estrutura que lhe é preexistente. Neste sentido, Bourdieu (2003) em um momento bem específico de suas elucubrações, destrincha o *habitus* em três dimensões, que, mesmo funcionando conjuntamente na prática de um agente, podem ser analisadas separadamente. O *ethos*, o *eidos* e a *hexis* são essas dimensões.

O conceito de *ethos*, baseado em Hegel, é, para Bourdieu, a dimensão do *habitus* através da qual o sujeito se torna capaz de orientar sua conduta por uma escolha baseada em experiências socialmente vivenciadas, isto é, os agentes agiriam a partir de uma perspectiva ética compartilhada e explicitada por uma sociedade. Quer dizer, o indivíduo deveria saber o que fazer e o que não fazer em uma dada situação social. Contudo, essa prática tipicamente orientada não estaria baseada em um cerne ético estritamente moral, que controlaria o comportamento de cada agente e eliminaria a sua prática voluntária. As pessoas não necessariamente saberiam responder a todo e qualquer problema moral, mas poderiam responder a outras situações socialmente vivenciadas no dia a dia (BOURDIEU, 2003).

Os princípios práticos de classificação que são constitutivos do *habitus* são indissociavelmente lógicos e axiológicos, teóricos e práticos (a partir do momento em que dizemos branco ou preto, dizemos bem ou mal). Orientando-se para a prática, a lógica prática mobiliza inevitavelmente valores (BOURDIEU, 2003, p. 139).

Já o conceito de *eidos* dá nome justamente ao sistema que Bourdieu acredita ser o responsável pelo processo de cognição promovido no e pelo *habitus*. Ou seja, enquanto sistema mental de orientação, de entendimento e decodificação dos fenômenos sociais vivenciados pelos agentes no cotidiano, a dimensão do *eidos* é responsável por dar sentido a esses acontecimentos (BOURDIEU, 2003). E, de forma articulada com esses sistemas de orientação comportamental e de uma compreensão cognitiva do mundo social, a *hexis* é responsável justamente pela orientação corporal, que é apreendida inconscientemente e vivenciada fisicamente pelos agentes no cotidiano. Assim, a dimensão corporal do *habitus* é responsável, por exemplo, pela naturalização de modos de se portar corporificados na fala, e no caminhar que os agentes internalizam a partir de suas classes e das posições ocupadas.

Pensando nessa direção, o *habitus*, enquanto organizador das possíveis práticas, maneiras de pensar e de se expressar corporalmente, é produto da internalização de uma objetividade, através da qual se dá a integração entre os agentes e a sociedade. Essa internalização é produto de uma exteriorização já anteriormente incorporada por outro agente, quer dizer, “a continuidade entre as gerações estabelece-se praticamente através da dialética da exteriorização da interioridade e da interiorização da exterioridade, que é em parte o produto da objectivação da interioridade das

gerações passadas” (BOURDIEU, 2002, p. 168).

Observada por tal perspectiva, a noção de *habitus* está intimamente ligada à noção de campo para Bourdieu. O primeiro seria o saber agir executado pelos agentes dentro do segundo. Cada campo possui uma autonomia relativa em relação aos outros, através da qual cada um estabelece uma lógica própria que fundamenta as disputas existentes dentro deles. Tais lógicas se fundamentam na compreensão e obtenção dos capitais necessários para executar os objetivos almejados, tudo isso para que os agentes possam manter ou modificar suas posições, dentro da mesma lógica preestabelecida.

Ao percebermos a existência de diferentes campos sociais, tais quais o cultural, o pedagógico, necessitamos compreender também que eles são permeados por conflitos e diferenças, esboçando uma estrutura interna hierarquizada. Nos produtos estruturados (*opus operatum*) e nas práticas distintivas (*modus operandi*) está, então, a sistematicidade dos estilos de vida. Ou seja, cada tomada de posição ou cada prática surge sem ser uma ação intencional, “contudo, o facto de os esquemas poderem ir da prática à prática sem passarem pela explicação e pela consciência não significa que a aquisição do *habitus* se reduza a uma aprendizagem mecânica por tentativas e erros” (BOURDIEU, 2002, p. 185).

Os agentes não dominam conscientemente e nem da melhor forma as estruturas sociais através das quais exercem suas ações no dia a dia. Essas ações são sempre em referência ao domínio de alguma disposição incorporada, seja ela realizada na socialização familiar, na Escola ou em outro momento da história de vida. A escolha de uma prática, e não de outra, faz do indivíduo objeto e agente de sua própria prática, produto e produtor de um “mesmo” senso prático. Cada *habitus*, assim, conhece e se reconhece na prática dos agentes dentro dos mais variados campos.

Através da percepção dessa harmonia entre as práticas, há duas, por exemplo, que refletem bem a distinção entre as classes e seus estilos de vida: o consumo cultural e o consumo alimentar. Sobre o campo cultural, os dois grandes princípios de organização para explicá-lo são o volume global do capital e a estrutura do capital (meios de apropriação e preferências). No consumo alimentar, a oposição se coloca entre as diferenças de renda, que dissimulam a oposição secundária baseada entre capital cultural nas classes ricas e em capital econômico nas menos ricas (BOURDIEU, 2011a).

Temos aí uma polarização entre o gosto de necessidade e um gosto de luxo ou, se preferirem, de liberdade. Por um lado, é possível encontrar, no *habitus* da classe dominada, uma necessidade incorporada, a “vocação” em forma de estilo de vida dos agentes. Por outro lado, é possível encontrar o *habitus* da classe dominante, operando de maneira indiscriminada, delimitando toda a funcionalidade da relação lógica entre capitais acumulados e seus lucros, e ainda garantindo a legitimidade que tal classe possui para implantar e delimitar suas práticas como as mais aceitas.

Tanto essa necessidade tornada gosto quanto o gosto de liberdade trazem cada um consigo o princípio de diferenças, que faz com que cada classe permaneça distante uma da outra, não só

através de suas práticas e escolhas, mas também de maneira (des)conhecida, ou seja, essa distância se efetiva de forma não apenas objetiva, mas também subjetiva. Consequentemente, o posicionamento dos agentes frente a oportunidades possíveis, que são formuladas e formuladoras do *habitus*, dão origem às suas escolhas. Por exemplo, essas escolhas, estando baseadas na renúncia de lucro que alguns bens simbólicos podem gerar, está ligada diretamente à falta dos códigos de decifração dos valores desses bens não possuídos.

Contudo, além dos tratamentos bourdieusianos sobre o *habitus*, compartilho com outras leituras a ideia de que não estará posto em um campo apenas um *habitus*, uma forma de ser, de se comportar e de expressar uma ética. Acredito que uma lógica racial vá além dos pontos econômicos e culturais. O engendramento do conceito de raça e de negro parecem funcionar através de regras, normas, jeitos, estéticas e gostos, por exemplo, que geram modos de vida específicos, que engendram um *habitus* específico. Isto é, um agente que tenta a todo momento sobreviver dentro do campo acadêmico pode ser – e será – cobrado não apenas por seu capital cultural em suas variadas vertentes (sua fala, sua escrita, seus títulos e sua maneira de se portar e de se vestir nos espaços), mas também será hierarquizado/observado/julgado por sua cor e sua raça. Neste sentido, é “o indivíduo que tem a capacidade de articular as múltiplas referências que lhe são propostas ao longo de sua trajetória. É o sujeito a unidade social na qual se podem efetivar diferentes sentidos de ações, ações essas derivadas de suas múltiplas esferas de existência (SETTON, 2009, p. 297).

A construção social do *habitus* negro

Existem algumas sistematizações teóricas que darão suporte para tratar, de modo ensaístico, de práticas raciais, de determinados estilos de vida que produzem e são reproduzidos por aquilo que acredito se constituir de um *habitus negro* – este que, por sua vez, assim como qualquer outro *habitus*, é criado e responsável por criar práticas, estilos de vida, gostos, condições de existência bastante específicas, e que se coloca ao contrário daquilo que Bourdieu (2011b) denomina como uma propriedade advinda de uma estigmatização, ou de “coeficiente simbólico negativo”. Ao longo da história da humanidade, foi desenvolvida toda uma lógica racial, que age não apenas sobre os corpos, mas sobre as mentes também, todo um movimento simbólico, fenótipo acerca dos povos emergidos das várias diásporas africanas.

Primeiro, gostaria de reconstituir alguns argumentos de Bourdieu em relação à raça e ao negro. Há um diálogo bastante interessante entre Pierre Bourdieu, Loïc Wacquant e Michael Hanchard em relação a esses temas. Os dois primeiros autores escreveram um artigo colocando em xeque os argumentos do terceiro em relação à influência do pensamento imperialista dos Estados Unidos da América (EUA) e sobre a promoção e a luta de alguns movimentos de negros no Brasil e em outros lugares. Contudo, não trançarei aqui uma linha de pensamento que eleja um argumento certo ou um errado. Até porque, se partisse de uma concepção única de negritude, desenvolver um

pensamento que tem no negro trazido dos vários cantos de África até as terras da América do Sul, a partir três autores de fora, dois franceses e um nascido nos EUA, não seria suficiente.

Hanchard escreve, resumidamente, em seu *Orfeu e poder: o movimento negro do Rio de Janeiro e São Paulo, Brasil, 1945-1958*, acerca da influência do movimento negro na política brasileira, tema que até então não teria sido debatido com grande ênfase no meio acadêmico brasileiro. O autor buscou expressar os aspectos culturais e políticos que impossibilitaram o desenvolvimento da consciência e da luta negra em território nacional – e é através de duas perguntas, fundamentalmente, que ele busca compreender tal impossibilidade: “por que os afro-brasileiros não lograram uma experiência comparável ao movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos ou aos movimentos de libertação nacional, como os que emergiram no continente africano após a Segunda Guerra Mundial?”; a segunda pergunta que o autor faz é “como pode ser possível lutar por igualdade racial num país descomprometido com a garantia da cidadania para a maioria da população e, ao mesmo tempo, lutar contra uma ideologia que afirma a inexistência da discriminação racial?” (BAIRROS, 1996, p. 174).

Hanchard (1994) vai argumentar que a hegemonia racial branca impossibilitaria a identificação do povo brasileiro, e do movimento negro, e seus respectivos engajamentos na luta política institucional. De acordo com o autor, a diferença racial construída entre brancos e negros, enquanto um produto social das lutas simbólicas, serviria de base para a premissa violenta da igualdade racial. Ele ainda aponta em seus argumentos que tal projeto não foi possível devido a duas contradições: negros de diferentes grupos brasileiros, a classe trabalhadora e a pequena burguesia negra possuiriam diferentes perspectivas de luta; a segunda contradição seria a de que pessoas não negras de esquerda ou de direita possuiriam a mesma base cultural, o que levaria a política “afro-brasileira” a problematizar e enfraquecer as lutas devido ao clássico binarismo entre esquerda e direita (HANCHARD, 1994).

Bourdieu e Wacquant vão argumentar contra Hanchard a partir de pontos específicos. De acordo com os autores, o que Hanchard desenvolve em seu texto seria a tentativa de um pensamento como produto de um imperialismo cultural que tenderia a universalizar os particularismos históricos e culturais da situação brasileira. Os autores (BOURDIEU; WACQUANT, 2002) argumentam, por exemplo, que Hanchard não teria dirigido atenção ao foco de questões primordiais para o povo negro brasileiro, tais como o “mito da democracia racial”, desenvolvido por Gilberto Freyre. Nas palavras dos autores:

Uma representação histórica, surgida do fato de que a tradição americana calca, de maneira arbitrária, a dicotomia entre brancos e negros em uma realidade infinitamente mais complexa, pode até mesmo se impor em países em que os princípios de visão e divisão, codificados ou práticos, das diferenças étnicas são completamente diferentes e em que, como o Brasil, ainda eram considerados, recentemente, como contra-exemplos do “modelo americano” (BOURDIEU; WACQUANT, 2002, p. 19).

Como mencionei, minha intenção não é a de apontar erros ou acertos dos três autores. Ao contrário, se trago brevemente tal problematização é para, mais uma vez, expressar que a construção social de um *habitus negro* implica práticas, comportamentos éticos e morais, modos de apreensão cognitiva, modos de expressão corporal, disputas teóricas, simbólicas e políticas específicas de tempos e espaços. Isto é, pertencer a uma classe econômica também significa tudo isso – contudo, acredito na possibilidade de um *habitus negro*, porque há aspectos da vida social que extrapolam as lutas simbólicas mais perceptíveis. Os argumentos culturais de outros países, como a influência de outros movimentos negros, podem e deveriam ser objeto de reflexão para os mais diversos movimentos de pessoas negras no Brasil, bem como é imprescindível também para nós, negros e negras, aprofundarmos cada vez mais os modos como o racismo foi e é construído dia a dia.

O próximo passo que dou aqui será para explorar como um possível conceito de *habitus negro* no Brasil está ligado aos modos como práticas racistas podem ser percebidas e analisadas a partir de três sistematizações, entre as várias outras que poderiam ser elencadas para demonstrar como esse sistema de violência simbólica – e física, inclusive – pode funcionar. Isto é, trago aqui elementos dos modos de como se expressam corporalmente, de como agem cognitivamente e de como se portam moralmente pessoas negras e não-negras, dentro das diretrizes dessa lógica racista. Faz-se importante salientar também que tal perspectiva trata, ao mesmo tempo, da identificação de práticas de opressão e de formas de resistência, tendo em vista que, a partir da delimitação de tais estratégias, pode-se agir de diferentes modos. Entretanto, seria preciso também dizer que há vários estudos que instigam outras formas de resistência.

A primeira perspectiva de identificação de opressão será feita através do que Oracy Nogueira (2006) chamou de *preconceito de marca*; a segunda está no que Ronaldo Sales Jr. (2006) denominou *não-dito racista*, e a terceira está na construção da ideia de *negro* e de *raça* defendida por Achille Mbembe (2018). Então, é necessário colocar como percebo o que seria uma prática racista e seu funcionamento. Entendo “[...] como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece (NOGUEIRA, 2006, p. 292).

Em seu estudo sobre o preconceito racial de marca e o preconceito racial de origem, Oracy Nogueira debruça-se sobre a condição do negro (do mestiço, do pardo, do mulato), buscando descortinar os estados das relações entre indivíduos “brancos e de cor seja qual for o grau de mestiçagem com o negro ou o índio” (NOGUEIRA, 2006, p. 287). A análise desenvolvida por Nogueira tomou como referência a situação racial do negro no Brasil e nos EUA, bem como os estudos produzidos pelos intelectuais da cada país.

O autor indica que, antes das pesquisas realizadas no Brasil, com o patrocínio da UNESCO na década de 1950, os intelectuais brasileiros tendiam a rejeitar a existência do preconceito racial

contra o negro. Por sua vez, os intelectuais estadunidenses também não reconheceriam a forma de preconceito aqui existente. Porém, com a realização de tais pesquisas, o quadro muda. São expostos argumentos que confirmam não só a construção social de um preconceito racial em solo brasileiro, como também ocorre na ex-colônia inglesa. De acordo com Nogueira (2006), tais pesquisas demonstrariam haver uma diferença na forma como o preconceito contra o negro é exercido em ambos os países. É neste sentido que Nogueira chamou de *preconceito de marca* o exercido no Brasil e de *preconceito de origem* o exercido nos EUA:

Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é *de marca*; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é *de origem* (NOGUEIRA, O. 2006, p. 292).

Em se tratando do caso brasileiro, temos aí, então, um preconceito em relação não só ao corpo do agente, mas também a toda a estética negra que é exercida em seus modos de vida, que os hierarquiza e que se estabelece de acordo com elucubrações conscientes e inconscientes do grupo ou do indivíduo discriminador. Sendo assim, quanto mais alva a cor da pele de uma pessoa, mais ela terá condições de se sobressair no meio em que vive, “assim, a concepção de branco e não-branco varia, no Brasil, em função do grau de mestiçagem, de indivíduo para indivíduo, de classe para classe, de região para região” (NOGUEIRA, 2006, p. 294).

Já no caso da prática do *preconceito de origem* exercido nos EUA, pressupõe-se que o negro ou mestiço do negro, sejam quais forem seus traços fenótipos herdados, “mesmo de cabelos sedosos e loiros, pele alva, nariz afilado, lábios finos, olhos verdes, sem nenhum característico que se possa considerar como negroide e, mesmo, lhe sendo impossível, biologicamente, produzir uma descendência negroide” (NOGUEIRA, 2006: 294), o indivíduo de ascendência negra poderá ser vítima de racismo. Esse preconceito caracteriza-se principalmente por seu caráter racional, o que deixa mais evidente a intenção das segregações e sanções exercidas contra indivíduos de cor.

A relação entre classe e raça é um objeto extremamente tênue nesta discussão (e fica ainda mais delicado se se levam em consideração também questões de gênero e sexualidade, por exemplo), o que traz grande dificuldade de compreensão para um olhar desatento. Determinar onde se inicia uma prática e outra, uma discriminação e outra é, muitas vezes, o motivo para a confusão e hierarquização entre essas categorias sociais. Nogueira (2006) afirma que, “onde o preconceito é de marca, a probabilidade de ascensão social está na razão inversa da intensidade das marcas de que o indivíduo é portador, ficando o preconceito de raça disfarçado sob o de classe, com o qual tende a coincidir” (NOGUEIRA, 2006, p. 302) e que, “no Brasil, os próprios sociólogos que têm estudado o problema se veem em dificuldade quanto à distinção entre os efeitos do preconceito de classe e do preconceito de cor em relação aos pretos e pardos” (Idem, p. 303).

Tendo a pensar que, se a ascensão social de um indivíduo decresce quanto mais negro ele for, precisamos prestar atenção redobrada às características que os agentes carregam e aos modos como agem, para com isso elaborarmos análises rigorosas para, assim, construirmos movimentos de resistência cada vez mais precisos. É evidente que a população brasileira mais pobre é negra. Porém, se tal argumento se mantém maculado, não acredito que, resolvendo primeiramente as questões econômicas (ou de escolarização, como muito se prega), as questões raciais sejam modificadas. São necessárias análises que abarquem concomitantemente tanto o fator econômico quanto o fator racial, entre outras variáveis capazes de comprometer qualquer amostra, tais como a de gênero, cada qual investigada a partir de sua própria lógica – e várias têm sido realizadas nesse âmbito, por exemplo, vide as discussões e apontamentos trazidos por Kimberlé Crenshaw (2002) sobre a noção de interseccionalidade.

A segunda perspectiva que trago aqui é a apresentada por Ronaldo Sales Jr. (2006), quando trata da integração da pessoa negra na sociedade brasileira nos anos da Revolução de 1930 e no Estado Novo, ou seja, dentro do populismo de Getúlio Vargas. Sales Jr. deixa evidente que essa integração se desenvolveu através de um ideal nacional que buscava engendrar uma igualdade racial dentro do povo brasileiro, tendo em vista a dificuldade de lidar com o seu caráter tão heterogêneo. As “políticas sociais, nesse período, não se definiam como intervenção compensatória ou redistributiva, mas se inscreviam num movimento de construção nacional e de integração social, mesmo que subordinada” (SALES JR., 2006, p. 229).

Esse momento na história brasileira foi marcado por práticas sociais que configuram o que o autor vai chamar de “cordialidade racial”. Tal cordialidade seria responsável justamente por propiciar uma falsa suavização na hierarquia existente nas relações raciais, daí que essas “[...] relações cordiais são fruto de regras de sociabilidade que estabelecem uma *reciprocidade assimétrica* que, uma vez rompida, justifica a ‘suspensão’ do trato amistoso e a adoção de práticas violentas” (SALES JR., 2006, p. 230). Assim, a cordialidade racial brasileira, ligada diretamente a um clientelismo e a um patrimonialismo, reproduziria as relações institucionais, sem as quais não seria possível denominar tais práticas enquanto racistas.

Essa articulação entre a cordialidade racial, o patrimonialismo e clientelismo serve de base para aquilo que Sales Jr. vai chamar de “Complexo de Tia Anastácia”, conceito este “no qual a pessoa negra aparece ‘como se fosse da família’ ou como sendo quase da família” (SALES JR., 2006, p. 230). Tal complexo é instaurado por aquilo que o autor chamou de *integração subordinada*, que define, por sua vez, o *modus operandi* de ação racial do *não-dito racista*. Ademais, o conceito do não-dito afasta qualquer abstração de mal-entendido ou mesmo de mal-dito, “na impossibilidade de se mal-entender ou mal-dizer, seria impossível o recurso ao não-dito. Isso é assim porque a condição de existência do mal-entendido e do mal-dito é a mesma do não-dito: há algo na situação de enunciação que produz o sentido rejeitado, renegado” (SALES JR., 2006, p. 235). Dito de outra forma, as práticas racistas possuem esquemas simbólicos de ação, através dos quais o sistema de

poder racista vai se exercendo de modos bastante imperceptíveis e perversos.

Todo esse processo que dá sentido a tal cordialidade racial faz com que a pessoa negra possa ascender economicamente em determinados casos, mais uma vez, caso não transgrida as normas das trocas simbólicas pautadas em tal cordialidade. Ou seja, o negro ou a negra que não ousasse ferir os limites da hierarquia social estabelecida em relação a sua cor, mesmo num tempo “pós-abolicionista”, poderia atingir um nível mais alto na hierarquia econômica. Contudo, tal cordialidade racial, tal subordinação do fator racial ao fator econômico confunde e deturpa o sentido da lógica racial na constituição da vida social de qualquer indivíduo. Neste sentido, “[...] a ‘cordialidade’ não é meramente, como diria Nietzsche, uma ‘moral de escravo’, mas também uma ‘moral de senhor’, na qual o discriminador se impõe limites, de tal forma que a cor dos indivíduos envolvidos não apareça como fator relevante da organização de sua conduta (SALES JR., 2006, p. 232).

Sendo o *habitus* responsável por produzir e reproduzir as práticas de um indivíduo e de seus grupos, todos compartilhariam das mesmas premissas e valores sobre os quais produzem e reproduzem tais práticas e modos de ser. Assim, a intenção ou a não-intenção de praticar ou não-praticar uma ação racista está diretamente ligada não apenas ao mundo subjetivo do agente, mas também à estrutura racial de seu tempo e espaço. Desta forma, o resultado da prática de um agente será o resultado da complexa operação que leva em consideração os valores dos grupos aos quais os agentes respondem, isto é, os valores internalizados que são exteriorizados em suas práticas. Entretanto, o “*habitus* não pode ser interpretado apenas como sinônimo de uma memória sedimentada e imutável; é também um sistema de disposição construído continuamente, aberto e constantemente sujeito a novas experiências” (SETTON, 2002, p. 64-65).

A terceira sistematização que trago para contribuir para a construção social de um possível *habitus negro* perpassa uma discussão mais geral sobre o agente negro e a ideia de raça. Achille Mbembe, em seu livro *A Crítica da Razão Negra* (2018), coloca-nos defronte apontamentos extremamente importantes e perspicazes em relação aos condicionamentos sociais do passado que se transformam, atualizam-se e chegam em nossos dias. Para o autor, o negro e a raça foram e são confundidos, enquanto produtos de um imaginário europeu-branco, como a mesma coisa. A coisificação do negro e da raça estariam a tal ponto entrelaçadas que, se a história da “humanidade” foi construída em termos de um espelho, do encontro de um agente com ele mesmo, a diferença “desumana” na qual o negro e a raça foram lançados, funcionou e funciona como uma categorização fantasmagórica dando origem a inúmeras catástrofes e “tendo sido a causa de devastações psíquicas assombrosas e de incalculáveis crimes e massacres” (MBEMBE, 2018, p. 13).

Para Mbembe (2018), três momentos marcam essa perversa construção do negro e da raça, momentos esses que possuem suas próprias lógicas econômica, ética, cognitiva, corporal e cultural. O primeiro momento é exemplificado pela espoliação, que se inicia com o tráfico negreiro do Atlântico, entre os séculos XV e XIX – homens e mulheres são coisificados em objetos, mercadorias

e moedas de troca. O segundo momento se caracteriza pela articulação do negro em termos de linguagem fora de África, por várias revoltas de escravos, pela descolonização de países africanos e pelas lutas dos direitos civis nos EUA e o fim do *apartheid* no final do século XX. O terceiro momento, este no qual vivemos, inicia-se no século XXI, e tem na globalização cibernética, nas novas formas de exploração efetuadas por um neoliberalismo suas especificidades mais marcantes (MBEMBE, 2018).

Em tempos atuais, com as várias diásporas dos povos africanos, não é mais possível dizer que o substantivo negro pertença a um único lugar. Seja nos países dos continentes americanos e do continente europeu, por exemplo, as categorias negro e raça possuem características próprias, isto é, o que, em linhas gerais, Mbembe (2018) vai chamar do *devoir-negro no mundo*. Ninguém será capaz de instituir uma universalização do negro e da raça, mesmo porque essas categorias sempre foram e são marcas de uma violência e de uma possibilidade de transfiguração individual e social:

[...] o negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria – a cripta viva do capital. Porém – e esta é sua patente dualidade –, numa reviravolta espetacular, tornou-se o símbolo de um desejo consciente de vida, força pujante, flutuante e plástica, plenamente engajada no ato de criação e até mesmo no ato de viver em vários tempos e várias histórias simultaneamente (MBEMBE, 2018, p. 21).

Esse *habitus negro* que estou defendendo passa justamente por essa dualidade – se antes objeto, sempre resistência. Por um lado, a raça só existe como ficção de um pensamento e uma prática de um complexo perverso, de infinitos sofrimentos, e o negro também foi e é construído enquanto agente através do qual sempre se buscam extrair rendimentos, seja pelo seu trabalho, seja pela sua morte. Por outro lado, eles se encontram em uma declaração de identidade que os impede de encontrar um limite, que, na verdade, leva-os a uma transfiguração de suas histórias, que os leva a reencontrar uma verdade própria, que não está remetida à África, mas aos mais diversos lugares nos quais estejam presentes. A ideia de um *habitus negro* responde, assim, não só aos condicionantes históricos de um determinado lugar, mas está imerso em um cruzamento de ações simbólicas, discursivas, institucionais, econômicas, culturais, de gênero e sexualidade.

Considerações Finais

A sociologia de Pierre Bourdieu e, mais especificamente, sua perspectiva acerca da noção de *habitus* é um dos mais produtivos entrelaçamentos para uma análise sociológica do mundo social. Através do conceito de *habitus*, somos capazes de lidar com toda a construção material, simbólica e cultural de nosso tempo e espaço. Somos capazes de perceber as maneiras como as disputas de poder se engendram nos mais variados campos sociais, e também os modos como isso exerce uma

influência direta sobre quem somos, como nos comportamos, como nossos movimentos corporais são constituídos, e como nos posicionamos ética e moralmente no mundo.

Muitos trabalhos intelectuais que delimitam o foco de suas investigações na questão racial e da pessoa negra se desenvolvem a partir uma perspectiva bourdieusiana sobre a realidade social. Meu intuito, aqui, não foi o de hierarquizar, subjugar ou mesmo menosprezar, nem esses trabalhos nem a teoria de Bourdieu. Ao contrário, saio em busca de utilizar tal abordagem como meio de partida para compreender um pouco como a raça e o negro foram construídos, tanto em termos de Brasil como de mundo. Contudo, não busco construir um argumento universalista da raça ou do negro. Pressuponho que esse movimento universalista, esse único modo de sentir foi e é justamente o responsável por práticas racistas, por um movimento que nunca aceitou as diferenças existentes.

Só que também tento trazer um pouco de algumas teorias e suas construções para expressar algumas possibilidades que não abordem apenas uma forma de subjugação tanto da raça como do negro. O que pretendi construir aqui foi a ideia de um possível *habitus negro* e explicar, brevemente, que, se o negro é construído como um agente dentro de determinados aspectos culturais, sexuais, econômicos, religiosos, pedagógicos, cognitivos e éticos, ele não pode mais ser encarado como um “coeficiente” de uma lógica. O *habitus negro* possui uma característica própria, que, infelizmente, na maior parte do tempo, continua sendo de uma lógica de sofrimento, de opressão e de morte. Entretanto, essa mesma lógica sempre foi, concomitantemente, de luta, de resistência, de percepção de si mesmo e de sua força. Temos que continuar apresentando ainda mais as variadas condições, teorias e instrumentos, para que nós, negros e negras, possamos nos libertar das amarras opressoras, das formas de constituição que nos limitam e tolhem as possibilidades de nossa existência.

Referências

BARROS, Luiza. 1996. Orfeu e Poder: Uma Perspectiva Afro-Americana sobre a Política Racial no Brasil. *Afro-Ásia*, n. 17. Disponível em: < <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/viewFile/20863/13463> >.

BOURDIEU, Pierre. 2001a. *Escritos da Educação* (Organização: Maria Alice Nogueira e Afrânio Mendes Catani), 3ªed., Petrópolis-RJ. Vozes.

_____. 2001b. *Lições da aula*: aula inaugural proferida no Collège de France em 23 de abril de 1982. São Paulo-SP. Editora Ática.

_____. 2002. *Esboço de uma teoria da prática*: precedido de três estudos de etnologia cabila. Oeiras Alta Editora.

- _____. 2003. *Questões de sociologia*. Lisboa.
- _____. 2007a. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo-SP, Perspectiva.
- _____. 2007b. *O poder simbólico*. 10º ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.
- _____. 2011a. *A distinção: crítica social do julgamento*. 2ed. Porto Alegre: RS. Zouk.
- _____. 2011b. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- _____. 2011c. *O senso prático*. 2ed. Petrópolis: RJ. Vozes.
- _____. 2011d. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 11ed. Campinas: SP. Papirus.
- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. 2002. Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista. *Estud. afro-asiát.* [online], vol. 24, n.1, pp.15-33. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101546X2002000100002&lng=en&nrm=iso>.
- CRENSHAW, Kimberlé. 2002. Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 171-187.
- HANCHARD, Michael. 1994. *Orpheus and Power: The Movimento Negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil, 1945-1988*. Princeton: Princeton University Press.
- _____. 2002. Política transnacional negra, antiimperialismo e etnocentrismo para Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant: exemplos de interpretação equivocada. *Estudos Afro-Asiáticos* [online]. 2002, vol.24, n.1, pp.63-96. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2002000100004&lng=en&nrm=iso>.
- MBEMBE, Achille. 2018. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições.
- NOGUEIRA, Oracy. 2006. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestões de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, v. 19, n.1, São Paulo. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v191/v19n1a15.pdf>>.
- SALES JR., Ronaldo. 2006. Democracia racial: o não-dito racista. *Tempo Social*, Brasil, v. 18, n. 2, p. 229-258, nov. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12523/14300>>.
- SETTON, Maria da Graça Jacintho. 2002. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação* [online], n.20, pp. 60-70. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782002000200005&lng=en&nrm=iso>.
- _____. 2009. A socialização como fato social total: notas introdutórias sobre a teoria do habitus.

Revista Brasileira de Educação[online], vol.14, n.41, pp. 296-307. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782009000200008&lng=en&nrm=iso.>

SOUZA, Jessé. 2017. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya.

WACQUANT, Loïc. 2013. Poder Simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão de classes. *Novos Estudos – CEBRAP*. Jul. n. 96.

“Meu corpo, minhas regras!”:
Michel Foucault, corpo da mulher e feminismo

Lorena Ferreira Cronemberger*

Resumo

“Meu corpo, minha regras”, frase que estampou – e ainda estampa – diversas marchas e manifestações feministas, carrega uma crítica às relações de poder direcionadas ao corpo da mulher. Um corpo que, historicamente, esteve no foco de práticas e discursos disciplinares e normalizadores. Este artigo se direciona em pensar acerca deste corpo à luz da teoria foucaultiana, que nos permite pensar em questões de relações de poderes sobre o corpo contemporâneo, de modo a analisar alguns discursos e práticas médicas e científicas que se vinculam a processos de adoecimento físico e mental do corpo da mulher. Gritar “meu corpo, minhas regras!” ainda é urgente – e, pelo andar conversador que estamos vivendo, cada dia mais.

Palavras-chave: Corpo; Foucault; feminismo.

“My body, my rules!”:
Michel Foucault, women’s body and feminism

Abstract

“My body, my rules!”, a phrase that has stamped – and still does – several feminist marches and manifestations, carries a critique of power relations directed at women’s bodies. A body that, historically, has been in the focus of disciplinary and normalizing practices and discourses. This article is directed to think about this body in the light of Foucaultian theory, which allows us to think about questions of subjectivation and powers over the contemporary body, in order to analyze some medical and scientific discourses and practices that are linked to processes of physical and mental illness of women’s bodies. Shouting “my body, my rules” is still an urgency - and because of the conversational walk we are living, each day more.

Keywords: Body; Foucault; feminism.

*Doutoranda em Sociologia pela UFPE. Mestre em Sociologia pela UFPB. Graduada em Ciências Sociais pela UFPE. lorefecro@gmail.com

Introdução

Michel Foucault, herdeiro da Crítica do Sujeito e da vertente Estruturalista e Pós-estruturalista,¹ é uma das principais referências teóricas que pensou o corpo no campo das Ciências Humanas, junto a nomes como Nobert Elias e Pierre Bourdieu. Apesar de não ter realizado uma elaboração teórica sistemática acerca do corpo – não buscando, assim, elaborar uma “teoria do corpo” –, Foucault é um autor que traz ferramentas importantes para pensá-lo, não sendo mero veículo de reprodução da cultura, mas, principalmente, um lugar prático, histórico e envolto de dispositivos e disciplinamentos individuais (*anátomo-político*) e coletivos (*biopoder*).

Roberto Machado, na introdução de *Microfísica do Poder* (2011), mostra-nos que, na fase da *Arqueologia do Saber*, Foucault estava em busca de perceber como determinados saberes apareciam e se transformavam, analisando quais discursos eram produzidos e quais efeitos decorriam deles. Já no momento da *Genealogia do Poder*, apesar de não existir em Foucault uma teoria geral do poder, ele esteve em busca de elaborar o *porquê*, ou seja, “explicar o aparecimento de saberes a partir de condições de possibilidade externas aos próprios saberes, ou melhor, que, imanescentes a eles – pois não se trata de considerá-los como efeito ou resultante –, vem a situá-los como elementos de um dispositivo de natureza essencialmente estratégica” (FOUCAULT, 2011, p.10). Para fins de nossa análise, tentaremos pensar o corpo com Foucault dando mais enfoque a sua dimensão disciplinar, principalmente através da obra *Vigiar e Punir* (2009), passando rapidamente, ao final, a sua dimensão *biopolítica*,² envolvendo em seguida a problematização do corpo da mulher dentro desse pano de fundo.

Foucault é um autor também bastante utilizado por autoras feministas, principalmente por trazer o caráter histórico e político do corpo, desestruturando, assim, concepções essencialistas e universalizantes dos saberes e, conseqüentemente, percepção acerca dos sujeitos e sujeitas, tal qual o feminismo também se propõe a fazer. Assim, diante deste cruzamento entre Foucault e as temáticas do corpo e do feminismo, despertou-nos o interesse de tentar traçar algumas reflexões acerca do corpo da mulher neste artigo, buscando inicialmente pensar o “corpo em Foucault”, para então pensar o “corpo da mulher” em diálogo com uma perspectiva feminista de corpo envolto das reflexões foucaultianas.

Para isso, vamos nos debruçar em algumas autoras que buscaram pensar e problematizar a construção social e histórica do corpo da mulher, em interseção direta com o saber médico e científico, para, mais à frente, através da autora Susan Bordo (1997) – que realizou uma apropriação feminista de Foucault –, pensar o que ela chamou de *patologias femininas*, ou seja, conseqüências

¹Compreendemos o “pós” como incorporação e crítica, e não como sucessão ou superação.

²A passagem do poder disciplinar para o biopolítico não é passível de percepção e análise somente através de *Vigiar e Punir* (2009), sendo também importante as obras *História da Sexualidade I* (1977) e *Em Defesa da Sociedade* (2005).

de adoecimentos físicos e mentais vinculadas a disciplinamentos e assujeitamentos do corpo da mulher, tais como histeria e anorexia nervosa. A essa parte final, adicionaremos também algumas pontuações acerca da depressão pós-parto, que foram fruto do mestrado da presente autora do artigo.

Corpo em Foucault

Em *Decifrar o corpo – Pensar com Foucault* (2013), Jean-Jaques Courtine nos diz que é recente a emergência do corpo como objeto do discurso e como uma questão aberta para as Ciências Humanas. Só com a chegada do século XX, o corpo toma um lugar de relevância no local até então ocupado pela alma. Neste âmbito, haveria diferentes níveis de preocupação sobre o corpo a depender do saber – até o fim do século XIX, ele já se constituía um objeto central para a medicina e para as ciências naturais, porém ainda secundarizado pela filosofia e pela história.

O século XX seria, então, o grande inventor teórico do corpo para as ciências humanas, e é nesse contexto que o corpo irá emergir na obra de Michel Foucault, configurando-se como um objeto de e para discursos, adentrando, com isso, como elemento de estudos também das ciências humanas, não só o inscrevendo no horizonte histórico a longo prazo, mas também acompanhando as alterações posteriores da apreensão do corpo na modernidade.

A partir de Foucault em *Vigiar e Punir* (2009), por muito tempo, um dos privilégios característicos do poder soberano, durante os séculos XV a XVII, eram as decisões acerca do direito de viver e morrer dos indivíduos. Tratava-se de um poder de *fazer morrer e deixar viver*. “O poder era, antes de tudo, neste tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la” (FOUCAULT, 2009, p.128).

A partir da Era Clássica, porém, desenrola-se uma transformação, na qual esse “confisco” não seria mais o principal meio de atuação, mas a isso se somaria a incitação, o reforço, o controle, a vigilância, a majoração e uma organização de forças diferenciadas. Ou seja, “um poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las” (FOUCAULT, 2009, p. 128). Assim, há também uma reconfiguração da finalidade das guerras e uma preocupação com a organização social, na qual o que imperaria agora seria a existência de todos e a necessidade de viver – uma existência biológica da população – frente à dimensão jurídica da soberania do momento anterior: *fazer viver e deixar morrer*.

Se, no primeiro momento, existia o poder do soberano, segundo o qual o poder de morte poderia ser determinado, Foucault nos indaga: como continuaríamos a exercer esse poder, se o papel agora seria de garantir, sustentar, reforçar, multiplicar a vida e pô-la em ordem? Como conhecer, gerir e controlar um número de indivíduos cada vez maior, sem perder a soberania e um local de gerência? Como construir sujeitos capazes de compreender, disseminar e se sentir parte de

uma sociedade cada vez maior e “correta”?

Em *Vigiar e Punir* (2009), Foucault desenvolve uma obra sobre o poder e a experiência de docilização dos corpos, em que o Estado tomaria um papel fundamental, junto à criminologia e às ciências médicas. Torna-se fundamental conhecer o indivíduo, as suas propensões, seus atos presentes e futuros; retirá-lo das multidões confusas e percebê-lo individualmente; ensiná-lo a sentar-se, a segurar a caneta na hora da escrita, a entrar em fila; a desenvolver as técnicas para segurar armas, os movimentos mais seguros e rápidos na hora de engatilhá-las; compreender olhares parados, nomear o louco, o normal, o patológico; vigiar o desviante. Escolas, quartéis, manicômios, prisões, instituições de sequestro, como destacou Foucault, as quais tinham em comum o adestramento do corpo; sua docilidade e desenvolvimento; conhecê-lo e produzi-lo. É nesse âmbito que os centros de punição e adestramento, em sua lógica panóptica, tomam corpo.³

Para Courtine (2013), seria o momento em que o corpo iria verdadeiramente a ceder ao estatuto de objeto de pleno direito, em que a generalização dos encarceramentos e a sistematização das disciplinas fariam do corpo o alvo essencial de uma tecnologia política, de uma “microfísica” do poder. Para ele, Foucault seria como um cronista a narrar a história punitiva dos corpos reprimidos. Mas, diante dessas considerações, o que seria um corpo dócil para Foucault? “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2009, p.126).

Para Foucault, houve uma modificação do século XVII para o XVIII, quando se passou de uma retórica corporal da honra para a fabricação dos corpos. Diante disso, ele levanta uma questão: o que há de tão novo nos esquemas de docilidade que teve tanto interesse para o século XVIII? O controle enquanto escala, objeto e modalidade emergiria nessa discussão, sendo as disciplinas como fórmulas gerais de dominação numa política de coerções. “A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. (...) Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo” (FOUCAULT, 2009, p.127).

Assim, adentrariam as técnicas disciplinares, como forma de investimento político e detalhado do corpo, uma nova *microfísica* do poder. Há de se ressaltar que esse investimento do poder sobre o corpo não se trata apenas de algo na ordem da repressão, da negação, do barrar e dizer não. Pelo contrário. O poder, desenvolvido e exercido nas e através das técnicas disciplinares, constrói um

³ Uma questão do corpo que nos parece interessante nessa passagem da lógica renascentista para a clássica é o exemplo do corpo como alvo direto do poder no suplício público. O corpo, até mesmo o sem vida, que continua a ser martirizado. No suplício de Damien, por exemplo, a morte era apenas parte da punição, que perdurou horas e mais horas na destruição do corpo. E a prisão, na verdade, é um ocultamento desse corpo-espetáculo, teatro real e publicizado. Na era clássica, ou pelo menos na virada dela para a nossa modernidade, o corpo é encarcerado, fechado e quem emerge enquanto alvo das técnicas de poder é a própria alma. O corpo é docilizado porque a alma é fabricada para a punição. Por isso que a vigilância torna-se símbolo da punição moderna. E isso se multiplica nos hospitais, prisões, escolas. É o corpo que muda com a mudança do poder, em um regime exposto. Noutro, o corpo é desestatalizado, os gestos são o alvo do novo poder.

corpo produtivo, apto às exigências modernas. Elege-se um padrão de normalidade, de excelência, e as estratégias de poder passam a ser investidas na direção do corpo disciplinado, normalizado. Logo, é importante frisar que o poder, na percepção foucaultiana, não deve ser interpretado como algo negativo, como se construiu por meio das teorias críticas. Na linha do autor em estudo, o poder produz. Produz saberes, técnicas, corpos produtivos. Em suas palavras:

[...] Todos esses elementos negativos – proibições, recusas, censuras, negações – que a hipótese repressiva agrupa num grande mecanismo central destinado a dizer não, sem dúvida, são somente peças que têm uma função local e tática numa colocação discursiva, numa técnica de poder, numa vontade de saber que estão longe de se reduzirem a isso (FOUCAULT, 1999, p. 17).

A disciplina seria, para Foucault, uma anatomia política do detalhe, uma atuação em *nível capilar*. Por isso é possível afirmar que se trata de uma técnica individualizante, que desfaz a neblina instaurada na e com a multidão e lança focos de luz sobre corpos individualizados. Ela procederia, primeiramente, na distribuição dos indivíduos no espaço e, para isso, utilizaria diversas técnicas. Algumas delas: a cerca, a clausura; o quadriculamento individualizante (“cada um no seu quadrado”); localizações funcionais, espaços úteis; a fila – “a disciplina, a arte de dispor em fila, e da técnica para a transformação de arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações” (FOUCAULT, 2009, p.133). Elas organizam as celas, os lugares e as filas, criando espaços complexos – simultaneamente hierárquicos, arquiteturais e funcionais – e construindo “quadros vivos”, que transformam em organização as multiplicidades confusas, inúteis ou perigosas. Uma técnica de poder e um processo de saber. Uma tática disciplinar para ordenamento espacial dos sujeitos.

É nessa produção do verdadeiro que uma nova ordem discursiva se instaura. As técnicas disciplinares, ao permitirem o conhecimento individual, o adestramento, as estratégias desenvolvidas e as que deverão ser construídas para um conhecimento cada vez mais profundo e detalhado, engendram uma ordem discursiva que atravessa de forma comum as instituições de sequestro aqui mencionadas – escolas, quartéis, hospitais, etc –, todas com suas especificidades, mas lastreadas pelas técnicas disciplinares e construtoras de verdades. Verdades essas construídas nas disputas de saber e poder, no silenciamento de alguns ditos e a exaltação de outros. Tramas, jogos, disputas que nos ensinaram – e ensinam – a produzir e nomear, por exemplo, o que é um corpo saudável, normal, correto: adestrado.

Essas diferentes tramas que se espalham socialmente de múltiplas formas e direções e de forma sempre sutil, capturam o sujeito e lhe constroem. Subjetivam corpos e são por eles subjetivadas. Tratam-se de *artimanhas*. Por isso, para Foucault, o poder não é estático; está sempre em movimento, sendo capturado e capturando discursividades, modificando e sendo modificado por elas. Entre essas técnicas sutis de adestramento e produção, Foucault nos traz o sexo como uma

dessas artimanhas. Como um elemento de cuidado, produção de conhecimento, controle e inúmeras subjetivações do corpo e, conseqüentemente, de técnicas de adestramento que se expandem a ele.

Se, no século XVII, o polo disciplinar (exércitos, escola, etc.) e o das regulações (demografia, tabulação, etc.) apareciam separados, no século XIX haverá uma tentativa de articulação em agenciamentos concretos, que constituirão uma outra tecnologia de gestão. Agora, segundo Foucault, não apenas o corpo individual será cuidado e gerido, mas o corpo populacional. Articulando-se ao poder disciplinar, aquele que permitiu o adestramento do corpo, Michel Foucault nomeia essas novas técnicas de *biopoder*.

É nesse contexto que a busca pela compreensão do suicídio se fez presente – junto aos primeiros estudos de Sociologia. O suicídio se configuraria como um direito individual e privado de morrer, e se configurava como uma “surpresa” a uma sociedade que tinha por tarefa gerir a vida – uma desregularidade. Diante disto, Foucault diz que o poder sobre a vida desenvolveu-se em duas formas principais, sendo através do corpo como máquina (disciplinas anátomo-política do corpo) e do corpo-espécie (biopolítica e regulações). Será nesse momento que, pela primeira vez na história, o biológico reflete-se no político, e a vida será objeto de lutas políticas – o “direito” à vida.

Assim, a *biopolítica* – técnica desenvolvida pelo *biopoder* na gestão populacional – servia “para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem em domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana, (...) continuamente” (FOUCAULT, 2009, p.134). É necessário conhecer em maior escala. Controle das taxas de natalidade, números de presos e loucos, principais crimes. Nomeiam-se os criminosos, alerta-se sobre eles. Estabelecem-se o parentesco e as formas de procriação. É aqui, como uma técnica infinitesimal e sutil, que o sexo emerge como um elemento composto de diferentes artifícios de controle e conhecimento.

Chegamos, assim, ao que Foucault vai chamar de uma sociedade normalizadora, focada na produção da vida e que toma o corpo (e o sexo) como elemento capaz de produzir conhecimento e ser produtor dele. O que procurou nos mostrar Foucault, e que aqui busquei enfatizar através das construções do corpo, são os diferentes mecanismos de poder e saber que se unem e se espriam na configuração da vida. O corpo (e a sexualidade), como se buscou demonstrar, é um elemento potente para o emprego de técnicas disciplinares e biopolíticas. Alvos, ainda no presente – talvez mais ainda no presente –, de técnicas teóricas e sociais que produzem e silenciam saberes. Enfim, o corpo como instrumento e lugar político.

Corpo da mulher e saber médico

Antes de adentrar alguns pontos de interesse acerca do corpo da mulher para a problemática deste artigo, é de inevitável necessidade adentrar, mesmo que rapidamente, as rupturas trazidas principalmente pelo feminismo negro acerca da universalização do termo “mulher”, sendo alaistrado conseqüentemente para a ideia de corpo da mulher. O surgimento e desenvolvimento

de outros feminismos – mas principalmente o feminismo negro – vão na direção de romper com a universalidade do termo “mulher”, buscando uma ruptura epistemológica que desestabilize “conceitos-chave”, fechados em seu sentido, e mostre seu caráter de construção social envolto em relações de dominação, para assim desmobilizar lugares de privilégio e a fixidez conceitual e hierárquica do conhecimento científico. Sendo mais direta, a posição raça/classe influencia diretamente a produção de ciência e, conseqüentemente, a produção que se faz acerca do mundo social. Pensar interseccionalmente é fazer emergir essa concepção, problematizando ainda a tendência científica de universalização das visões de mundo.⁴ Desse modo, quando trazemos “corpo da mulher” para essa breve análise aqui proposta, estamos falando de um recorte específico e localizado pelos autores e autoras aqui analisados. Ressalto esse recorte para seguir adiante.

O corpo da mulher foi (e ainda é) foco de práticas e discursos disciplinares e normalizadores. Podemos perceber isso de maneira bastante latente, analisando sua elaboração e construção a partir do saber médico, que acompanha essa transição elaborada por Foucault do corpo individual para o corpo coletivo, culminando – entre diversas outras coisas – no grito feminista que intitula este artigo e que potencializa a discursão desse corpo social e político da mulher como um lugar de direito – individual e coletivo. Para trazer algumas dimensões sociohistóricas e culturais do corpo da mulher, trarei, nesta parte, algumas autoras e autores que pensaram acerca da construção social e cultural do corpo da mulher, tendo a ciência médica como elemento de problematização, tal qual Foucault também buscou analisar.

Em *Inventando o sexo* (2001), Thomas Laqueur nos apresenta uma interface entre biologia, história e filosofia para problematizar um lugar a-histórico e apolítico em que a biologia se propunha a estar para a concepção do corpo como um conhecimento “concreto”. Seu trabalho pode ser visto, neste sentido, como uma contribuição para perceber o caráter histórico e político da suposta “natureza feminina”. Para o autor, ao contrário de se definir o gênero enquanto algo posto pelo sexo biológico, ele o traz como uma construção social, uma invenção da ciência – como Simone de Beauvoir também pontuou, e Judith Butler implodiu. Assim, a representação do corpo estaria imbricada a uma *fisiologia moral*.

Ao remontar aos gregos, para os quais a concepção de corpo se relacionava a uma ritualística universal e natural, até culminar em Freud, com um corpo do desejo e habitado pelo inconsciente, Laqueur nos mostra como “muitas águas já rolaram” para/com a definição do corpo – mas, certamente, o corpo da mulher sempre esteve em foco por sua capacidade única e exclusiva: a reprodução. Assim, vemos o corpo feminino acompanhar algumas metáforas de estruturas de mundo, seja através de analogias à natureza, às máquinas ou em oposição binária ao homem.

Emily Martin (2006) também foi uma autora que buscou examinar processos culturais imbricados nas concepções das mulheres acerca de seus corpos, percebendo como certos discursos

⁴ A autora Patrícia Hill-Collins foi a inspiração para essa breve pontuação.

ligados a hormônios, útero, menstruação, por exemplo, eram construídos pelo saber médico e acabavam por se tornar metáforas sociais, e subjetivas e não apenas descrições científicas “neutras”.

A medicina, principalmente pós-industrialização, começa a tratar o corpo da mulher como uma estrutura hierárquica, direcionada para a reprodução. Assim, com o desenvolvimento da obstetrícia, assim como do pensamento e da medicina ocidentais, o corpo da mulher passa a ser visto como máquina, o que se expressaria, no caso do parto, por exemplo, em uma substituição das mãos femininas das parteiras pelas mãos masculinas dos médicos e suas ferramentas que as “consertam”, controlam e trazem o “produto” (o bebê) ao mundo,⁵ dialogando diretamente com essa visão foucaultiana de corpos produtivos voltados para finalidades do Estado – nesse caso, envolto nos discursos de controle e estímulo da natalidade.

Martin demonstra até que ponto a ciência se tornou responsável pela fragmentação da ideia de pessoa, influenciando, assim, como as mulheres representariam o próprio corpo. Além disso, muitos elementos da ciência médica moderna têm sido considerados responsáveis, em parte, pela fragmentação da unidade da pessoa. Quando a ciência trata a pessoa como máquina e pressupõe que o corpo pode ser consertado por meio de manipulações mecânicas, ela ignora, e nos incentiva a ignorar, outros aspectos do nosso eu, como nossas emoções e nossas relações com as outras pessoas (MARTIN, 2006, p.58). Assim, não seria “acidente” que fatores “naturais” sobre as mulheres, ligadas às concepções e definições biológicas, fossem usadas com frequência para justificar uma estratificação social baseada no gênero.

A questão dos hormônios também é um elemento corporal que possui uma longa trajetória na construção do conhecimento biomédico sobre os ditos “comportamentos das mulheres”. Fabíola Rohden (2007), em busca de problematizar a popularização dos discursos sobre os hormônios, tanto no meio científico como no senso comum, traz os hormônios “como metáfora que nos ajudam a entender certos valores que vão sendo redefinidos e reafirmados” (ROHDEN, 2017, p. 4), ligados não só ao funcionamento do corpo, mas, principalmente, à referência a comportamentos, preferências, emoções etc., assim como à suposta diferenciação entre os gêneros.

Em *Uma Ciência da Diferença: sexo e gênero na medicina da mulher* (2001), Rohden também desenvolve acerca do fenômeno dos discursos científicos e midiáticos em tentar obsessivamente definir as diferenças entre homens e mulheres, ilustrando não só os “progressos” da ciência, mas refletindo, principalmente, a determinação de contingências políticas e culturais imbricadas no

⁵ A autora Silvia Federici (2017), em seu livro *Calibã e Bruxa*, propõe-nos um complemento à visão histórica sobre a captura do corpo feminino, mais especificamente sobre o capital reprodutivo da mulher. Para a autora, há a ascensão do poder masculino sobre a vida, por um lado, e, por outro, a extinção do poder feminino sobre o seu próprio corpo. Para ela, e isso com uma crítica interessantíssima tanto para Foucault, quanto para Marx, essa tomada de poder do homem-ciência da função reprodutiva da mulher foi uma fase essencial para a formação do capitalismo tal qual o conhecemos. Foi um período de acumulação primitiva do capital reprodutivo.

dualismo societal entre natureza e cultura. A autora remontará às transformações características do século XIX, analisando desde a industrialização, urbanização e maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, até a construção de uma especialidade médica voltada para a mulher e a reprodução: a ginecologia – o que convergiria, para a autora, numa verdadeira “ciência da diferença”.

Nesse contexto, a maternidade, por exemplo, não escapa desse processo, mas, ao contrário, é um dos aspectos centrais dele, porque maternidade e aborto estão em dois extremos na discussão sobre direitos reprodutivos das mulheres. Num país onde é vigente uma concepção de criminalização e rechaço às mulheres que decidem interromper a gravidez, levá-la a termo e exercer a maternidade se coloca como um ato sublime, independente das reais condições e desejos que as mulheres efetivamente tenham de se tornarem mães. Retomarei um pouco mais essa questão ao tratar da depressão pós-parto, mais à frente.

Outros fatores que também influenciariam a chamada “ciência da mulher”, neste contexto, estariam relacionados à própria constituição do Estado-nação brasileiro, junto a uma dinâmica intervencionista do higienismo, ligado a um controle de natalidade e por uma intensa preocupação quantitativa da população – *biopoder*. Seria o que Jurandir Costa chamaria de *mãe-higiênica* (COSTA, 1999), proveniente desse duplo movimento histórico, no qual, por um lado, existiria uma emancipação feminina do poder patriarcal e, por outro, a colonização da mulher pelo saber médico. Assim, práticas como o aborto e a contracepção saem do âmbito da escolha pessoal e passam a implicar uma ameaça à ideia de “crescimento da nação”, atuando sempre como políticas de controle e podendo, inclusive, articular discursos contraditórios, ora remetendo à argumentação sobre índices de natalidade e mortalidade, arregimentando o discurso de controle populacional, por exemplo, quando tratamos de métodos contraceptivos, ora exercendo controle por regulação moral e criminal, tal como acontece no impasse acerca da legalização do aborto no Brasil. De um feixe ou de outro, tais implicações vêm incidir diretamente sobre as possibilidades de escolha, decisão e autonomia das mulheres em relação aos seus próprios corpos. É aqui que o “meu corpo, minhas regras!” também se assenta, pois, mais que uma frase de ordem, também carrega uma necessidade de retomar o poder do uso do próprio corpo.

Rohden (2008) também problematiza os padrões dicotômicos homem-mulher, demonstrando como, na passagem do século XVIII para o XX, a elaboração científica de uma natureza imutável entre homens e mulheres, em referência a uma anatomofisiologia essencialmente diferenciada, ampliou-se para uma explicação também de ordem bioquímica, em um modelo dualista, no qual o ovário se evidenciaria como principal responsável pelas perturbações de ordem física e mental das mulheres, em detrimento dos testículos masculinos. Nessa lógica, os órgãos sexuais das mulheres seriam o centro da *economia corporal feminina*.

Ainda neste contexto, Rohden ressalta que ela chamou de “império dos hormônios”, que viria, mais uma vez, através de discursos – também científicos e disseminados para o senso comum

– voltados para as mulheres, tendo na ideia de ciclos e instabilidade suas principais representações. Além disso, em alguns casos, como o da loucura puerperal, as perturbações femininas poderiam ter consequências que extrapolavam o domínio individual, chegando, na visão dos médicos, a atingir a sociedade como um todo, uma vez que eram percebidas como determinantes na execução de atos considerados nocivos ao bem público, como no crime de infanticídio. Na realidade, tratava-se de um terreno de desordens que passava pelo corpo, mente e moralidade femininas e chegava até a sociedade (ROHDEN, 2008, p.135). Novamente Foucault, podendo se fazer presente ao pensar disciplina e *biopoder*.

Em sua análise e contextualização histórica acerca do desenvolvimento da obstetrícia e da ginecologia, Elisabeth Meloni Vieira (2002) analisa acerca do controle sobre a reprodução, revelando o complexo papel da medicina tanto no âmbito *macrossociológico*, ligado à lógica capitalista, como no *micro*, como sujeito de definições dos corpos e “natureza” das mulheres. Ao pensar a medicalização como o que “significa transformar aspectos da vida cotidiana em objeto da medicina de forma a assegurar conformidade às normas sociais” (VIEIRA, 2002, p.19), Vieira aborda o corpo da mulher como objeto central dessa medicina e, conseqüentemente, como produtor de práticas culturais e subjetividades das mulheres.

A autora dialoga com Foucault, mostrando como surgem, na sociedade ocidental, certos dispositivos de controle da sexualidade e da reprodução, desembocando numa prática médica intervencionista e em um discurso não só disciplinar sobre os corpos, mas efetivamente na apropriação destes.

A história da apropriação do corpo feminino pelo saber médico foi efetivamente marcada pelo desenvolvimento de um conhecimento cirúrgico e tecnológico promovido pela aproximação da medicina com o momento do parto, a partir do qual esse saber se ordena e se sistematiza com o nome de obstetrícia (VIEIRA, 2002, p.23).

É a partir desse saber que todo um campo irá se organizar como disciplina médica, permitindo o deslocamento do conhecimento sobre o corpo das mulheres das mãos de outras mulheres (as parteiras), para as mãos dos homens (os médicos), como Martin também pontuou. O que irá caracterizar, conseqüentemente, sua crescente regulação e medicalização. Bem como a coerção às práticas não medicalizadas sobre o corpo, como no caso das parteiras.

Feito esse breve passeio por algumas autoras que buscaram analisar o caráter histórico e social de práticas e discursos em relação ao corpo da mulher, acreditamos ser possível perceber, em diversos pontos, o movimento da dimensão individual do corpo (vinculado à uma justificação biologizante do corpo) para o coletivo (público e político), principalmente através das práticas médicas. Abrindo caminho, assim, para o retorno do diálogo com Foucault. Foucault e os estudos feministas nos permitem articular os termos de como se constiuem, sociologicamente, os corpos enquanto lugares de atravessamento de poder, assim o corpo da mulher, permitindo-nos desvelar

os fios de poder que os demilitam e, por conseguinte, que os constituem.

Patologias femininas

Susan Bordo, em seu artigo *O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault* (1997), traz uma análise que busca pensar como as mulheres ainda gastam mais tempo com o tratamento e disciplinamento de nossos corpos, acabando por reproduzir ainda uma lógica homogeneizante e normalizadora. Para Bordo, seria útil a apropriação feminista de alguns aspectos de Foucault, principalmente no que diz respeito a: primeiro, visualizar o poder, não como objeto, que alguns detêm e outros não, mas como uma “rede de práticas, instituições e tecnologias que sustentam posições de dominância e subordinação dentro de um âmbito particular” (BORDO, 1997, p.21); segundo, o caráter constitutivo do poder, percebendo as dimensões *capilares* e a possibilidade de se analisar o poder “a partir de baixo”; terceiro, na “recuperação” de um discurso de confronto às forças de opressão e normatização.

Ao se apropriar de Foucault em uma perspectiva feminista, a autora busca problematizar a docilização dos corpos femininos, mostrando um terreno particular em que é possível notar certas dinâmicas disciplinares e biopolíticas, o que acaba por desembocar em patologias femininas, ou seja, desordens ligadas ao gênero feminino e historicamente localizadas – a autora traz os casos da histeria, no contexto vitoriano, e a agorafobia e anorexia nervosa, no contexto mais atual.

A histeria também foi um objeto pensado por Foucault, em *História da sexualidade I* (1999), em que a histerização das mulheres “levou a uma medicalização minuciosa de seus corpos, de seu sexo, fez-se em nome da responsabilidade que elas teriam no que diz respeito à saúde de seus filhos, à solidez da instituição familiar e à salvação da sociedade” (FOUCAULT, 1999, p.137). Para Bordo, a histeria viria como contraponto intensificado dos traços normalizadores de feminidade da época. Ela pontua a visão médica da época da “personalidade histérica”: “impressionável, sugestível e narcisista; altamente instável, mudando de humor repentina e dramaticamente por razões aparentemente irrelevantes... egocêntrica ao extremo... essencialmente assexuada e não raramente frígida” (BORDO, 1997, p.23). Percepções conservadoras que podemos ver até hoje, em casos de mulheres que não se submetem à posição de “bela, recatada e do lar”.⁶

Quanto às outras “desordens”, Bordo também analisa a anorexia, ressaltando que a sintomatologia dessas patologias revela-se como textualidade de um ideal contemporâneo pelo corpo “saudável”, ou seja, magro, “esbelto”. Segundo Bordo, essa inscrição visivelmente literal e dolorosa no corpo da mulher com anorexia está intimamente relacionada à construção da feminidade

⁶ Referência à reportagem da revista Veja (18 de abril de 2016) acerca das características de Marcela Temer, esposa do ex-vice-Presidente da República Michel Temer, que gerou um grande debate virtual – principalmente nas críticas pelas feministas (Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>).

contemporânea e, conseqüentemente, à construção de uma normalização do corpo da mulher.

Nossos corpos, quando nos arrastamos todos os dias para a ginástica e resistimos ferozmente às nossas fomes e aos nossos desejos de gratificar e mimar a nós mesmas, também estão se tornando cada vez mais habituados com as virtudes “masculinas” de controle e autodomínio. As anoréxicas as perseguem com dedicação ingênua, inabalável. (...) O ideal de esbeltez, junto com a dieta e os exercícios emagrecedores que se tornam inseparáveis da mesma, oferece a ilusão de cumprir, através do corpo, as exigências contraditórias da ideologia contemporânea da feminidade (BORDO, 1997, p.26).

O corpo anoréxico visibiliza, de maneira alarmante, os extremos que certos ditames e práticas sociais ocasionam ao corpo da mulher, trazendo de maneira latente suas consequências a nível físico – e emocional. A histeria e anorexia analisadas por Bordo aparecem, assim, como adoecimentos somatizados no corpo das mulheres que ainda tentam resistir a lógicas disciplinares e biopolíticas direcionadas às suas práticas e discursos, ou o que Bordo chamou de “patologias como protesto” (BORDO, 1997, p.27).

Na espreita dessa concepção trazida por Bordo, podemos também pensar acerca da Depressão Pós-Parto (DPP) – tema analisado pela presente autora deste artigo –, de modo a perceber como a experiência da maternidade, vinculada diretamente a discursos normalizadores, influencia, em certos aspectos, o adoecimento físico-mental das mulheres. As mulheres entrevistadas na pesquisa se diziam pressionadas, cansadas e culpadas em busca da tentativa de alcançar um ideal de boa-mãe. Somado a isso, experiências traumáticas de parto que as destituíam do poder de autonomia dos próprios corpos nesse rito de passagem para a maternidade.

Percebeu-se também a existência de um discurso hegemônico, que traz a ideia de que a mulher só se realizaria na maternidade, em detrimento de outros discursos que falam da priorização da vida profissional. Esses discursos estariam diretamente ligados a questões e debates feministas, de modo que a maternidade, tal como Lucila Scavone (2001) ressalta, seria reveladora de uma prática social com diversas contradições, mudanças e permanências, em que “a recusa ou aceitação da maternidade pode acontecer, ao mesmo tempo, em espaços e posições sociais diferenciadas” (SCAVONE, 2001, p.141). Assim, pensar a maternidade, nesse contexto, levou-nos a compreendê-la como um fenômeno social que nos trouxe diversas contribuições para se pensar o objeto da DPP.

Na pesquisa, a DPP terminou atuando como um possível acesso à experiência da maternidade justamente naquilo que menos se espera dela: o cansaço, o fracasso, a tristeza, a depressão. Nas narrativas das entrevistadas, encontramos também representações e significações diversificadas ligadas aos discursos e imaginários coletivos, quanto ao tema da DPP. Essas narrativas, nesse contexto, ultrapassaram o que está nos DSM's e CID's, indicando que, apesar da linguagem e de elementos construídos socialmente pela medicina – tal como o “cérebro” e o “hormônio” enquanto condicionadores de comportamentos e emoções das mulheres –, também foi possível

perceber os distanciamentos, ou linhas de fuga, dentro desse sistema, seja no questionamento do diagnóstico através de elementos biográficos, seja a partir de uma análise mais estrutural, baseada nas diferenças de gênero no âmbito da maternidade.

Tanto a histeria como a anorexia e a depressão pós-parto se apresentam, neste contexto, como processos de sintomatização corporal vinculados a práticas e discursos médicos e sociais, que, em maior e menor escala, voltam-se na tentativa de normalização, disciplinamento, controle e modelamento do corpo da mulher. Mas, como Foucault bem pontua, onde tem poder, tem fissura, resistência. Movimento este que o “meu corpo, minhas regras!” busca criar.

Considerações finais

Na busca de inspiração para este artigo, redirei-me ao texto “*Como falar de corpo?*”, de Bruno Latour, a fim de me afectar pela temática do corpo, buscando traçar um caminho menos dualista e holístico acerca deste tema. Latour me inspira na tentativa de não pensar sobre o corpo diretamente, mas “sobre as diversas formas como o corpo é envolvido nos relatos daquilo que faz” (LATOUR, 2004, p.40), fazendo uma articulação com a própria discussão de ciência.

O corpo, para Foucault, é algo diretamente mergulhado em relações de poder. Segundo ele, é no corpo que estas se operam, assim como também o marcam, adestram, constroem e cobram normalização (FOUCAULT, 2009, p.30). Como não perceber o corpo da mulher marcado – literalmente – no contexto social e político? A luta da bancada evangélica contra o direito ao aborto, a prática extensiva da cesárea nos corpos grávidos, as violências nos corpos de mulheres trans, as estratégias midiáticas da obtenção de corpos jovens e “perfeitos”. Enfim, uma série de dispositivos que apontam de maneira categórica ao corpo da mulher, de modo a moldá-lo, suprimi-lo em sua potência.

O corpo da mulher é um debate seminal nas lutas e estudos feministas. O direito à decisão acerca do próprio corpo é uma luta que vemos desde a “primeira onda” do feminismo – como na questão do direito ao anticoncepcional, por exemplo – até hoje, quando ainda temos de ir às ruas reivindicar o direito ao aborto, a um parto humanizado ou ao simples direito de andar segura nas ruas sem sofrer algum tipo de violência. A luta feminista vai de encontro às tentativas constantes de docilização dos corpos das mulheres, buscando visibilizar e desestabilizar os elementos repressores de determinadas práticas e discursos, assim como a luta pela resistência e emancipação desses poderes.

Ao longo do texto, buscamos destacar como diferentes relações de poder e saber constituem elementos que configuram o que poderíamos chamar de “corpo da mulher”. Como o corpo foi e ainda é utilizado como técnica que engendra conhecimentos capazes de criar outras verdades e também silenciamentos. Foucault foi um autor que via o corpo como uma formação discursiva, como uma interpretação, sempre envolto em tecnologias de normalização, controle e disciplina.

O feminismo, tanto enquanto possibilidade analítica, como principalmente enquanto postura política frente à normalização dos corpos e comportamentos das mulheres, continua sendo uma forte e efetiva ferramenta de atuação política. Já avançamos bastante, mas ainda temos diversos adversários. Gritar “meu corpo, minhas regras!” ainda se faz necessário.

Referências

BORDO, Susan. 1997. O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Record.

COSTA, Jurandi. Freire. 1999. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

COURTINE, Jean-Jacques. 2013. *Decifrar o corpo - Pensar com Foucault*. Petrópolis: Vozes.

FEDERICI, Silvia. 2017. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e cacumulação primitiva*. Tradução : Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante.

FOUCAULT, Michel. 1999. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Ed. Graal.

_____. 2005. *Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975- 1976)*. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes.

_____. 2009. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes.

_____. 2011. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal.

HILL-COLLINS, Patricia. 2000. *Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. New York: Routledge.

LAQUEUR, Thomas. 2001. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

LATOUR, Bruno. 2004. Como falar de corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. In: *Body and Society*, vol. 10 (2/3), pp. 205-229.

MACHADO, Roberto. 2011. Introdução: Pour uma genealogia do poder In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, p.7-23.

MARTIN, Emily. 2006. *A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução*. Rio de Janeiro: Garamond.

ROHDEN, Fabíola. 2001. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de

Janeiro: Ed. Fiocruz.

_____. 2008. O império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos. *História, Ciências, Saúdes – Manguinhos* [Online], vol. 15, p.233-152.

_____. 2017. A popularização dos hormônios: verdades científicas ou metáforas para falar de gênero?. *ComCiência* (UNICAMP), Vol. Fev, p.1-6.

SCAVONE, Lucila. 2001. A maternidade o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos Pagu*, Vol.16, p137-150.

VIEIRA, Elisabethe Meloni. 2002. *A medicalização do corpo feminino*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.

Notas sobre o ensino de Ciências Sociais/Sociologia no Brasil e no México:

*uma análise comparativa dos manuais escolares**

Jefferson Evânio**

Resumo

Este artigo objetiva analisar, em chaves comparativas, os objetivos atribuídos ao ensino das Ciências Sociais/Sociologia na educação básica e o tratamento conferido ao tema da política em livros didáticos no Brasil e no México. Ancorado na perspectiva pós-estruturalista e na metodologia da análise do discurso de filiação francesa, analisamos enunciados extraídos desses manuais. Analisam-se o manual mexicano *Introducción a las Ciencias Sociales* e o manual brasileiro *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*. A pesquisa aponta para a existência de semelhanças com relação ao papel atribuído às Ciências Sociais/Sociologia na formação dos jovens estudantes nos dois países e, por outro lado, identifica diferenças significativas no tratamento conferido ao tema da política. No último caso, o tratamento dado ao tema oscila entre uma dimensão institucionalista e outra que tem privilegiado a abordagem conceitual, teórica e histórica.

Palavras-chave: Ensino de Ciências Sociais/Sociologia; educação em política; manuais escolares.

Notes on Social Science/Sociology teaching in Brazil and Mexico:

a comparative analysis of textbooks

Abstract

This article aims to analyze, in comparative keys, the objectives attributed to the teaching of Social Sciences / Sociology in basic education and the treatment given to the theme of politics in textbooks in Brazil and Mexico. Anchored in the poststructuralist perspective and methodology of discourse analysis of French affiliation, we analyzed statements extracted from these manuals. The Mexican textbook *Introduction to Social Sciences* and the Brazilian textbook *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* are analyzed. The research points to the existence of similarities regarding the role attributed to Social Sciences / Sociology in the formation of young students in both countries and, on the other hand, identifies significant differences in the treatment given to the theme of politics. In the latter case, the treatment given to the theme oscillates between an institutionalist dimension and another that has privileged the conceptual, theoretical and historical approach.

Keywords: Social Science/Sociology education; political education; textbooks.

* Uma primeira versão deste texto foi apresentada no 19º Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis. O texto foi integrado na programação do Grupo de Trabalho Ensino de Sociologia.

** Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Mestre em Ciências Sociais pela Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). jeffersonevaniosocio@gmail.com

Introdução

Os discursos didatizados que circulam nas páginas dos livros didáticos (na forma de enunciados dos mais diversos: imagens, gráficos, charges, tiras, citações diretas, poemas, versos, letras de música, obras de arte, etc) constituem um objeto valioso à disposição do cientista social. Eles têm muito a nos dizer acerca dos propósitos que se atribuem, num determinado contexto social e histórico, ao ensino de uma determinada disciplina. Mais do que isso, essas formas abertas e plurais de enunciado podem oferecer ao pesquisador pistas importantes para se compreender como uma determinada instância da subjetividade enunciativa se dirige ao leitor. Nosso trabalho busca investigar, em chaves comparativas, os discursos sobre a política e os sentidos atribuídos ao ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil e no México, a partir de uma análise do discurso do livro didático. Os dois países têm demonstrado uma preocupação histórica com relação ao conteúdo dos livros didáticos,¹ além de apresentar características bastante comuns no que se refere ao processo de institucionalização das Ciências Sociais. A primeira dessas similitudes diz respeito às preocupações iniciais que acompanharam a emergência das Ciências Sociais nos dois países na passagem do século XIX para o século XX. Em ambos os casos, imbricadas às teorias positivistas e funcionalistas, sobretudo de orientação francesa, as Ciências Sociais percorriam, a princípio, dois objetivos: a) oferecer as ferramentas teóricas/metodológicas para se compreender racionalmente a realidade social; b) formular propostas de intervenção política visando à resolução de problemas sociais concretos.

Em segundo plano, ressaltam-se as recentes reformas educacionais (já realizadas parcialmente no contexto mexicano) e aquelas em andamento no Brasil que têm, de algum modo, colocado novos desafios políticos ao ensino das Ciências Sociais nos dois países. Uma terceira questão se refere, ainda, à distribuição gratuita de manuais escolares voltados à formação dos estudantes da escola secundária. Tanto o Brasil como o México possuem uma política pública já consolidada no âmbito da distribuição de livros didáticos para as escolas públicas. Levando essas características em consideração, postulamos a necessidade teórica e metodológica de investigarmos, em chaves

¹ Existe, por exemplo, um acordo histórico assinado pelos Governos brasileiro e mexicano, no final da década de 1930, visando rever o conteúdo geral dos livros de História e Geografia, que ainda vinculavam certos estereótipos relativos às questões que envolveram a Primeira Guerra Mundial. Esse processo refletia uma discussão mais geral fomentada na Sociedade das Nações, que fixou a necessidade de rever a vinculação nos livros didáticos de História de imagens “errôneas” sobre os adversários políticos. De acordo com Rosemberg, Moura e Silva (2009), ao comentarem trabalho de Hollanda (1957), no contexto latino-americano esse processo ensejou a formação de um convênio firmado entre Brasil, México e Argentina, com o propósito de normatizar/rever o conteúdo dos livros didáticos. Ainda de acordo com os autores, em 1938, essa ação política de normatização/revisão do conteúdo dos livros didáticos se institucionalizou a partir do Ministério das Relações Exteriores, com a criação da “Comissão Brasileira Revisora de Textos de História e Geografia, precursora da Comissão Nacional do Livro Didático”(ROSEMBERG, MOURA & SILVA, 2009, p. 490).

comparativas, o discurso dos manuais escolares desses dois países. Fizemos a escolha metodológica de analisar enunciados de dois manuais. O procedimento metodológico empregado na análise dos textos é a análise do discurso de filiação francesa, sobretudo a partir das contribuições de autores como Michel Foucault e Dominique Maingueneau. O manual brasileiro selecionado foi o livro didático *Tempos modernos, Tempos de Sociologia*, único livro didático aprovado pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) em suas três últimas edições (2012, 2015 e 2018), e o manual mexicano *Introducción a las Ciencias Sociales*, direcionado aos estudantes do primeiro ano do *Bacharelato*. Vale ressaltar que, no momento desta consulta, esse era o único manual didático de Ciências Sociais utilizado nas escolas mexicanas disponível para consulta pública no site do órgão. Acrescentamos à discussão alguns enunciados extraídos da Base Curricular Comum do México, em que se definem os objetivos formativos atribuídos ao ensino das Ciências Sociais, bem como tentamos ler este documento em chaves comparativas com os documentos normativos brasileiros no entrecruzamento com o discurso dos manuais didáticos analisados. O objetivo, nesse sentido, é localizar as possíveis correspondências (ou não) entre aquilo que definem os documentos normativos e o discurso do manual escolar.

O ensino das Ciências Sociais

El propósito del curso es que el alumno se reconozca como un agente de conocimiento inserto en una sociedad. Asimismo, la asignatura ofrece un panorama general de las herramientas necesarias para interpretar, comprender y analizar la realidad contemporánea desde las metodologías ofrecidas por las distintas disciplinas que conforman las ciencias sociales. Además, el curso resalta la necesidad de la interdisciplinariedad para entender a las sociedades contemporáneas y lograr incidir en su desarrollo. Con ello, el alumno podrá comprender las principales problemáticas sociales que enfrenta el país y será capaz de analizar el contexto y de proponer soluciones (MÉXICO, 2017, p. 400).

O enunciado acima, extraído dos Planos de Estudo de Referência do Marco Curricular Comum no México, sintetiza os objetivos formativos atribuídos ao ensino das Ciências Sociais no contexto da escola secundária daquele país. Interessante observar que aparecem aqui dois aspectos fundamentais de um processo que poderíamos chamar de *subjetivação política* – um processo que tem por objetivo produzir um determinado tipo de ator político. O primeiro registro se refere à necessidade de os estudantes mexicanos aprenderem a ler cientificamente a realidade contemporânea a partir das metodologias oferecidas pelas diversas disciplinas que formam as Ciências Sociais. Ao sujeito interpelado é apresentada, de forma positiva, uma forma de racionalidade científica. Em seguida, o co-enunciador é alçado à condição de sujeito da ação social: “*el alumno podrá comprender las principales problemáticas sociales que enfrenta el país y será capaz de analizar el contexto y de proponer soluciones*” (MÉXICO, 2017, p. 400). Emerge disso uma característica histórica do discurso da Sociologia escolar: seu caráter parcialmente pragmático.

Esse último aspecto comunica o referido enunciado a uma longa tradição no campo das diretrizes que orientam o ensino das Ciências Sociais não apenas no México, mas em outras realidades como a brasileira, a francesa e a norte-americana.² Nesses países, a formação em Ciências Sociais na escola secundária encontrar-se-á, desde suas primeiras experiências na passagem do século XIX para o século XX, de forma irremovível imbricada a uma espécie de ética da compreensão e resolução dos problemas sociais. O ensino das Ciências Sociais seria responsável, por assim dizer, por apontar os problemas, descrevê-los, fixar-lhes as possíveis causas/responsáveis e, por extensão, instigar os estudantes no sentido de que eles possam se situar politicamente diante de tais contextos problemáticos. Se situar politicamente evoca pelo menos dois sentidos: (a) compreender essa realidade social complexa/problemática a partir das lentes das Ciências – o que implica romper com um determinado modo de conhecer; (b) ser capaz de propor soluções, alternativas de transformação social. Há, portanto, uma dimensão pragmática do ensino das Ciências Sociais que deve ser levada em consideração na leitura desse documento. O conhecimento sociológico deve ser útil, objetivo, aplicável na resolução de problemas concretos.

Interessante observar, por outro lado, como o documento parece se comunicar, ao menos parcialmente, com os sentidos atribuídos ao ensino das Ciências Sociais pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio no Brasil. Neste caso, faz-se referência, em ambos os documentos, a uma necessidade fundamental de introduzir os alunos no campo das Ciências Sociais, isto é, de aproximar esses sujeitos das teorias, metodologias e problemas que caracterizam essa forma de racionalidade. No texto normativo brasileiro, lemos: “o estudo das Ciências Sociais no Ensino Médio tem como objetivo mais geral introduzir o aluno nas principais questões conceituais e metodológicas das disciplinas de Sociologia, Antropologia e Política” (BRASIL, 1999, p. 317). Sentidos similares foram recuperados nas Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio de 2006.

No documento mexicano, podemos ler:

² A esse respeito, ver, respectivamente, os trabalhos de Meucci (2000), Mercklé (2014) e DeCeseare (2014). Segundo Meucci, os primeiros manuais brasileiros de Ciências Sociais, que circularam entre as décadas de 1930-1940, traduziram um esforço mais geral de alfabetização científica dos estudantes, bem como projetavam como um efeito formativo pretendido a produção do cidadão. Na mesma direção, Mercklé identificou que, na França, o ensino das Ciências Sociais tem perseguido o objetivo de produzir o tipo-ideal do trabalhador crítico. No contexto norte-americano, de acordo com as análises de DeCeseare, a tradição tem sido conduzir a formação em Ciências Sociais na escola secundária a partir de um viés pragmático, focalizado na identificação e resolução de problemas sociais. Em trabalho recente, Oliveira & Engerrof (2016) apontaram para o fato de que a imbricação entre a formação em Ciências Sociais e a tentativa em produzir um determinado tipo de ator político, classificado, via de regra, como cidadão, é um fenômeno típico do processo de institucionalização dessas ciências não apenas no contexto brasileiro, mas algo identificável também em outros contextos educacionais.

Introducción a las Ciencias Sociales es una asignatura que introduce al estudiante al campo disciplinar de Ciencias Sociales y contribuye a que el alumno comprenda que somos seres sociales y que es necesario estudiar la realidad de manera científica y generar conocimiento veraz y objetivo (MÉXICO, 2017, p. 399).

Há, portanto, uma compatibilidade importante entre aquilo que postula como efeito formativo do ensino das Ciências Sociais o documento mexicano e o brasileiro. Tratam-se, aqui, duas questões sensíveis: (a) um projeto de alfabetização científica do co-enunciador e (b) a apreensão de uma linguagem (conceitos, teorias, métodos, categorias de reflexão) supostamente necessária para tal efeito. Na mesma direção, parece haver ainda uma correspondência entre os sentidos atribuídos pelo currículo normativo mexicano e o discurso do manual escolar *Introducción a las Ciencias Sociales* (XIQUI, 2016). Em ambos os casos, atribui-se ao co-enunciador uma determinada forma de responsabilidade social e política. Tal atribuição se justifica por uma necessidade política fundamental: o sujeito deve ser integrado num mundo ético particular. No próximo enunciado, extraído do prefácio do referido manual, fala-se diretamente ao estudante da seguinte forma:

A ti te toca, ahora, sacarle el mayor provecho a este libro, que es fruto del esfuerzo de un grupo de profesores y especialistas. Si lo haces tu amigo, lo aprovechas al máximo y lo combinas con el apoyo de tu maestro y de los demás recursos didácticos que están a tu alcance, seguramente ampliarás tus competencias y habilidades para construir un mejor futuro para ti, y contribuir al desarrollo de tu comunidad, de tu estado y de nuestro México (XIQUI, 2016, p. 1).

A comunidade discursiva responsável pela gestão e controle do texto didático apresenta-se ao co-enunciador. Ela se apresenta na referência aos professores e especialistas. Conforme é possível verificar, o mundo ético particular no qual deve ser integrado o sujeito é a *comunidad*, o *estado*, o próprio *México*. Essas formas de totalidade orgânica, supostamente coesas e harmônicas, inscrevem-se, como de costume, segundo a lógica da universalidade. Ao processo de subjetivação corresponde, portanto, um ato de *identificación* (do sujeito particular com esses entes abstratos, e, sobretudo, essa comunidade política imaginada, isto é, a nação). “*Nuestro México*” traduz outro gesto elementar da subjetivação política: é neste enunciado que surge a forma clássica, segundo o pensamento de Jacques Rancière (1996) da subjetividade política: um *nós*. É a República mexicana que fala a partir do texto. Ela assume, *ipso facto*, a forma de um enunciador genérico que prescreve (embora não sozinha) a lógica que preside o processo de enunciação. É ela que interpela o co-enunciador, atribuindo a ele um determinado lugar no corpo da República. O que ela espera dele é esse gesto elementar e imprescindível à sobrevivência de qualquer regime político: a *identificación*, razão pela qual a República se impõe como uma instância da subjetividade enunciativa.

Mas outro ente reclama seu lugar de voz neste processo em que se define para o sujeito um determinado lugar no mundo simbólico: o mercado. A referência às competências e habilidades

que deverão ser potencializadas pela utilização do manual escolar (classificado como um amigo necessário) é um indicativo dessa presença irremovível deste requerente. Ele tem inventariado, em várias realidades nacionais, a forma política de um ideal-tipo, no sentido weberiano, de jovem/cidadão (habilidoso, competente, capaz de identificar racionalmente problemas e propor alternativas de resolução). Nesse modelo da pedagogia das competências e habilidades, não é a República, sozinha, que interpela o sujeito, que estabelece para ele um determinado lugar no mundo social, mas, via de regra, o mercado. Trata-se, no máximo, de um determinado tipo de subjetividade política que poderia ser sintetizada na forma do *critical work*. O livro didático, neste sentido, não é imune aos processos discursivos de produção da subjetividade neoliberal que têm se estabelecido de forma hegemônica nas últimas décadas em vários países do mundo, inclusive no Brasil. Outrossim, essas marcações devem reforçar o desenvolvimento não só da comunidade, ou, dito de outro modo, da realidade mais imediata na qual se inscreve o sujeito imaginado pelo discurso, mas a própria nação mexicana, representada, ao menos parcialmente, de modo ufanista.³

Por outro lado, é importante notar como essa referência à nação também está presente no manual didático brasileiro *Tempos modernos, Tempos de Sociologia* (BOMENY et al, 2016). Ao especificar os objetivos do livro, defende-se que:

O objetivo desse livro é contribuir para que os estudantes desenvolvam a imaginação sociológica – habilidade de conectar experiências pessoais com a história e as estruturas sociais – e, com isso, *sejam capazes de se orientar e fazer propostas de intervenção na realidade como cidadãos conscientes, críticos e participantes da vida social e política brasileira* (BOMENY et al, 2016, p.388 – grifos nossos).

A referência à imaginação sociológica deve ser corretamente lida como uma vontade política estratégica: fixar as condições para que os sujeitos sejam capazes de ler e interpretar a realidade social a partir de uma forma particular de racionalidade. Trata-se, pois, de inserir o estudante num sistema de pensamento e/ou formação discursiva classificada, via de regra, como oposta ao senso comum. Um tipo específico de compreensão da sociedade deverá capacitar os estudantes para que sejam “capazes de se orientar e fazer propostas de intervenção na realidade como cidadãos

³ A integração do sujeito, destinatário do discurso, à sociedade mexicana, ao estado ou à nação é um gesto eminentemente político. Tal articulação do Eu do co-enunciador ao corpo de uma totalidade orgânica, representa, segundo análises de Slavoj Žižek (2016), um registro fundamental do processo de subjetivação política. No campo da Análise do Discurso, Maingueneau (1997, 2008) compreende que a articulação do sujeito em um mundo ético particular representa a própria ação da ideologia na forma da interpelação. Trata-se, segundo o autor, de um gesto irremovível das práticas de interpelação discursiva. O discurso do manual aqui define um lugar para o sujeito no mundo simbólico, fixando um determinado tipo de comportamento significado como legítimo, compatível com a ordem política constituída. No contexto de uma República democrática, como é o caso do atual México e do Brasil, é preciso que identifiquemos a própria República e a cidadania como enunciadorees genéricos de tal discurso.

conscientes, críticos e participantes da vida social e política brasileira” (BOMENY et al, 2016, p. 388). Aqui, é preciso fixar essa correspondência direta entre os discursos dos manuais mexicano e brasileiro. Não se trata apenas de mencionar, como já fizemos anteriormente, a presença dessa forma de racionalidade científica se dirigindo, na forma de um modelo ideal de reflexão, ao co-enunciador, mas de interpretá-la como indispensável à compreensão da política. Portanto, essa espécie de alfabetização científica é posta como condição *sine qua non* da intervenção no plano da vida política do país. Daí em ambos os manuais identificarmos essa espécie de pedagogismo que condiciona a práxis política ao conhecimento *sobre* a política. Segundo essa forma de tratar a questão, à produção das formas de subjetividade política se erguem, com toda solidez, algumas condições: um exercício de abstração intelectual, o domínio da linguagem das Ciências Sociais/Sociologia e a ruptura com o conhecimento do senso comum.

As Ciências Sociais devem perseguir, em ambos os casos, a construção de um sujeito crítico e reflexivo. Crítico e reflexivo são adjetivos que demarcam uma fronteira simbólica entre o Um e o Outro, isto é, são qualidades de um sujeito em particular: o cidadão, cujo fundamento e verdade de ser encontra-se articulado a suas diferenças; aquela forma de identidade marginal que a ela se opõe (o jovem despolitizado, não-crítico, não-reflexivo, supostamente imerso na obscuridade do pensamento pré-científico, isto é, o senso comum). Com efeito, o modelo da racionalidade científica pretende se estabelecer como uma verdadeira chave de acesso à complexidade do real.

La asignatura de Introducción a las Ciencias Sociales corresponde el campo disciplinar de las Ciencias Sociales que conforme al Marco Curricular Común, busca el desarrollo de tu capacidad para interpretar el entorno social y cultural de manera crítica y reflexiva. Estos conocimientos y habilidades favorecerán tu convivencia en una sociedad cada vez más compleja, así como la comprensión de la misma (XIQUI, 2016, p. 2).

Mas não basta apenas ler o mundo social deste e não de outro modo. Trata-se de circunscrever o indivíduo em um mundo moral. De apresentar-lhe um catálogo de ações legítimas, de formas de comportamento desejáveis. No livro didático mexicano, encontramos a referência clara a um conjunto de ações que, tomadas em seu conjunto, traduziriam o modelo do cidadão participativo.

O modelo de cidadão participativo, promotor de uma cultura de legalidade é, antes de tudo, o de um sujeito honesto. Ele é o pedestre que respeita as regras do trânsito e o eleitor informado. Um indivíduo dotado de espírito associativo, disposto a esboçar vínculos formais na comunidade, nos movimentos sociais, é o contribuinte que não falta para com suas obrigações em relação ao Estado e alguém que exerce seus direitos respeitando o direito do Outro. Esse indivíduo ideal deve cobrar às autoridades que cumpram devidamente as tarefas que lhes cabem,

ao mesmo tempo em que deve estar pronto para denunciar os atos de ilegalidade percebidos. Finalmente, esse sujeito deve obedecer às normas de convivência: na escola, no trabalho, etc.

Figura 1 – O modelo do cidadão participativo



XIQUI (2016, p. 187)

Interessante que essas formas de ser, agir e estar no mundo são apresentadas no livro didático como o resultado de um consenso produzido pelos próprios sujeitos. A República, verdadeira requerente dessa forma de subjetividade política, retira-se da cena e atribui a uma parcela da juventude mexicana (forma abstrata e genérica) a responsabilidade pelo ato de interpelação. Um consenso formulado por cem jovens estudantes universitários do Distrito Federal que teriam participado de uma pesquisa de opinião esconde a ideia fundamental de que esse tipo de cooptação tem, na República Federativa do México, em sua democracia e numa determinada concepção hegemônica de “participação política”, as verdadeiras forças que determinam o sentido da cidadania e, por extensão, a forma do comportamento político desejável.

O desenvolvimento da capacidade do estudante para interpretar a realidade social e cultural de maneira crítica e reflexiva também aparece no manual brasileiro como um efeito formativo a ser alcançado com o ensino das Ciências Sociais.

O livro tem como objetivo contribuir para que os estudantes desenvolvam uma visão crítica da sociedade contemporânea. *Ao compreender melhor a dinâmica da sociedade, eles poderão perceber que são agentes, que têm força política e capacidade para construir uma sociedade mais justa.* Por isso, são estimulados a mostrar suas interpretações pessoais do mundo e elaborar propostas de intervenção na realidade (BOMENY et al, 2016, p. 390 – grifos nossos).

O que chama a atenção em ambos enunciados é que, novamente, a compreensão crítica e reflexiva da realidade social é significada como condição para uma ação política sobre esta mesma realidade. Dito de outro modo, há uma prevalência do verbo conhecer sobre o agir. A compreensão científica da realidade supostamente oferecida pelas teorias e metodologias das Ciências Sociais emerge como condição mesma para o desenvolvimento pessoal e social. É neste sentido que as Ciências Sociais parecem ser classificadas como espécie de instrumental analítico capaz de instigar o co-enunciador à ação. Ação potencializada por uma espécie de inquietação diante dos problemas sociais/nacionais contemporâneos. No manual *Introducción a las Ciencias Sociales*, há uma referência clara a tais problemas que afetam a realidade social mexicana e global.

No manual mexicano, podemos ler:

Se identifican como problemas sociales: el mercado de trabajo para los jóvenes, la situación de los derechos humanos de los jóvenes en México y en el mundo, la discriminación étnica y cultural, los valores en los jóvenes, la violencia intrafamiliar, la corrupción y la delincuencia (XIQUI, 2016, p. 177).

Surge aqui novamente o mercado. O problema da não integração desta parcela-dos-sem-parcela (jovens) no mercado de trabalho. A temática dos direitos humanos (que integra o particular, definitivamente, na forma universal: humano, da humanidade) é articulada à forma identitária “jovens”. A discriminação étnica e cultural, os valores da juventude, a violência familiar, a corrupção, as formas de delinquência, eis os problemas sociais concretos. Esses estranhos hóspedes na morada da nação, os obstáculos da saúde desse grande organismo vivo que parece ser a República. No manual mexicano, a Sociologia escolar não pode ser compreendida sem a referência a esses problemas sociais objetivos. A resolução dos problemas sociais se apresenta não apenas como uma regularidade enunciativa disposta no texto didático, mas como uma característica histórica da Sociologia escolar mexicana.

No caso brasileiro, conforme tentamos demonstrar em pesquisa recente (SILVA, 2019), a Sociologia escolar encontra-se imbuída de uma tarefa política fundamental: denunciar e problematizar as diversas modalidades da desigualdade social. Nos livros didáticos brasileiros de Sociologia, as comunidades epistêmicas, discursivas e os autores têm reservado um lugar significativo à explicitação dessas questões. Esses sujeitos também têm, ao modo mexicano, classificado os jovens como os sujeitos da transformação social. Por fim, cabe dizer que, se de um lado, os sentidos atribuídos ao ensino das Ciências Sociais na escola secundária brasileira e mexicana guardam certas analogias quanto aos seus objetivos formativos, e os manuais escolares parecem reforçar essa hipótese, por outro, no tratamento conferido ao tema da política observamos a existência de diferenças importantes, embora elas não excluam outras formas de similitude. Avaliamos essas aproximações e distanciamentos na próxima seção.

O discurso sobre a política

A política possui sua própria história. O discurso sobre a política, tal como disposto nos manuais didáticos analisados, parte, em primeiro lugar, do passado. O discurso sobre a política é, por assim dizer, uma narrativa sobre a origem. O pressuposto fundamental é que há um ponto cristalino, uma fonte transparente de onde jorra o sentido e a verdade histórica. É preciso fazer referência a essa prática comum aos manuais, que consiste em deslocar o sentido da política para outro tempo – o passado –, para depois reconstituí-la em unidades justapostas, segundo uma lógica processual e histórica. Desloca-se o sentido da política para um lugar específico: a Grécia. Para um campo/lugar epistemológico: a filosofia ocidental. A política, em ambos os casos, é primeiramente classificada como uma invenção dos gregos. A etimologia da palavra é o primeiro sentido a ser recuperado pelo discurso dos manuais escolares. A compreensão da política requer, portanto, um olhar para trás. A etimologia é a ferramenta que conduz à origem. No manual mexicano, lê-se que *“la palabra política, proviene de la palabra griega polis, y hace referencia a los asuntos de la ciudad, de ahí viene que la política tiene que ver con los asuntos públicos”* (XIQUI, 2016, p.81). Sentido análogo é possível identificar no manual brasileiro, embora, neste caso, novos sentidos sejam acrescentados:

A política é um fenômeno que está presente nas sociedades humanas. Essa palavra, de origem grega, tem relação com o vocábulo pólis (cidade – Estado). Político é aquele que participa das decisões e dos destinos de sua sociedade (seja ela qual for, no tempo e no espaço). Logo, política diz respeito à experiência social e nos remete a pelo menos duas dinâmicas de participação – mandar e obedecer –, que indicam como o poder é organizado em cada sociedade (BOMENY et al, 2016, p. 417).

A política é inicialmente classificada como uma prática que se situa numa problemática geral dos interesses e assuntos coletivos. Segue-se, nos dois manuais, o apontamento da Ciência Política como um campo disciplinar das Ciências Sociais especificamente destinado a compreender como a política e o poder são organizados nas sociedades. Em seguida, recorre-se, geralmente, a filósofos gregos (Aristóteles, manual mexicano) e modernos (Maquiavel, Locke, Rousseau e outros pensadores contratualistas/liberais no manual brasileiro), com o intuito de situar a discussão sobre política a partir de uma mediação entre o discurso das Ciências Sociais e o da Filosofia. Essa referência à filosofia ocidental, bem como às teorias sociológicas gestadas neste lugar epistemológico, é reveladora de outro ponto em comum aos dois manuais didáticos: a hegemonia de referências analíticas europeias. Nos dois manuais analisados, o pensamento social latino-americano ocupa um lugar bastante marginal. Parece haver, de modo geral, uma hegemonia do pensamento social anglo-saxônico, francófono e germânico.⁴ A teoria sociológica é, via de regra, uma propriedade do

⁴ Embora no manual brasileiro seja possível identificar um número significativo de referência a trabalhos de

Outro – algo que se deve tratar com a maior cautela, com esse cuidado analítico de não se traírem as ideias do cânone.

Não obstante, existem singularidades importantes, que devem ser levadas em consideração. No manual mexicano, o que chama a atenção no tratamento conferido ao tema da política é a tentativa de oferecer ao leitor uma descrição detalhada das instituições governamentais que regulamentam diversos aspectos da vida social naquele país e/ou prestam serviços à população. Apresentam-se as instituições governamentais, bem como as funções que cada uma delas desempenha na sociedade. A justificativa de se reconhecerem essas instituições e os serviços por elas prestados à população é apresentada ao leitor da seguinte forma:

El estudio de este bloque te permitirá reconocer la importancia de la relación que existe entre la sociedad (formada por individuos) y las diferentes instituciones gubernamentales, a través del conocimiento que se te proporcionará de cada una de ellas, de sus objetivos y funciones. Podrás identificar las instituciones que ofrecen servicios en tu comunidad y la importancia que tienen éstos en tu vida cotidiana (QUIXI, 2016, p.155).

A educação em política é direcionada ao reconhecimento das instituições governamentais mexicanas e suas funções. Neste sentido, o ensino das Ciências Sociais, bem como o manual escolar desempenhariam uma função política co-extensiva ao próprio estado mexicano, ao ser convertido, ao menos parcialmente, num veículo importante para a circulação do próprio discurso político estatal. Ora, não é o Estado o responsável direto pela gestão de tais instituições? Por meio do livro didático, ferramenta a serviço de processos de subjetivação, o Governo e a ordem política instituída falam diretamente ao co-enunciador/população. Entre as instituições governamentais apresentadas no manual escolar, destacam-se: INE (*Instituto Nacional Electoral*); *Secretaria de Gobernación*; El RENAPO (*Registro Nacional de Población e Identificación Personal*). Apresentam-se instituições econômicas: PROFECO (*Procuraduría Federal del Consumidor*), Banco de México, SAT (*Servicio de Administración Tributaria*). Instituições de Saúde: IMSS (*Instituto mexicano del Seguro Social*), SEDENA (*Secretaria de la Defensa Nacional*), ISSSTE (*Instituto de Seguridad y servicios sociales de los trabajadores del estado*), PEMEX (*Petróleos Mexicanos*), SSA (*Secretaria de Salud*). Por fim, apresentam-se instituições denominadas como culturais: INBA (*Instituto Nacional de Bellas Artes*), CONACULTA (*Consejo Nacional para la Cultura y las Artes*); e instituições educativas: INEA (*Instituto Nacional para la Educación de los Adultos*), IPN (*Instituto Politécnico Nacional*), UPN (*Universidad Pedagógica Nacional*), UNAM (*Universidad Nacional Autónoma de México*) e *Universidad Autónoma Chapingo*.

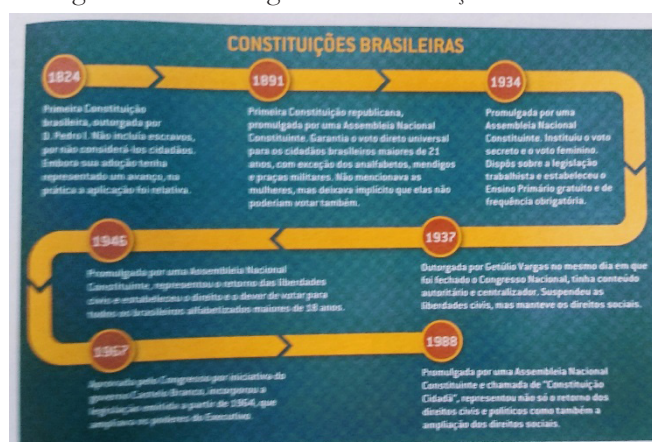
No caso do livro didático brasileiro, o ensino da política encontra-se articulado a pelo menos dois aspectos: a) a forte presença da narrativa histórica, o que, a rigor, significa compreender a

cientistas sociais brasileiros, essas referências ocupam, por assim dizer, uma função secundária na narrativa. A teoria sociológica, que, de fato, confere cientificidade à narrativa, por exemplo, ainda é absolutamente deslocada para o eixo do pensamento europeu.

política a partir das lentes da história – dos regimes políticos, formas de estado, etc, articulando-se história da política europeia na modernidade à história política do Brasil; b) a discussão sobre política pautada em conceitos sociológicos. Neste sentido, o estudo da política se traduz na discussão de conceitos como coronelismo, direitos civis, direitos sociais, direitos políticos, movimentos sociais, *poder*, política pública, ideologia, igualdade, desigualdade, mudança social, revolução, democracia, *biopoder*, *controle social*, *resistência*, *sociedade disciplinar*, valores, cidadania, cidadania regulada, constituição, iniciativa popular. Ao menos cinco desses conceitos fazem referência ao pensamento de Michel Foucault, teórico com o maior número de obras referenciadas no livro didático brasileiro (dez, no total). Essa presença marcante de Foucault, entretanto, não traduz uma espécie de pronunciamento monofônico do discurso da Sociologia escolar. Pelo contrário, ao tratar de conceitos como poder/política, por exemplo, as autoras do manual recorrem a autores tão plurais e distantes no tempo como Maquiavel e Max Weber. Karl Marx também aparece, disputando espaço com pensadores liberais como Locke e outros.

A lógica processual e histórica que caracteriza o discurso sobre a política no livro didático brasileiro pode ser representada, por exemplo, a partir do enunciado abaixo:

Figura 2 – Cronologia das Constituições brasileiras



BOMENY et al (2016, p. 301)

A cronologia histórica é um recurso de representação bastante comum aos manuais didáticos de Sociologia brasileiros. É bastante comum encontrarmos nessas cronologias a referência a fatos históricos. As imagens, por sua vez, também são um recurso didático bastante utilizado pelos autores dos manuais brasileiros. Em alguns casos, elas são recursos mobilizados para representar os *conceitos sociológicos*. Isso ocorre, por exemplo, quando se trata de um fenômeno histórico da política brasileira: o coronelismo.

Figura 3 – Representação do coronelismo



BOMENY et al (2016, p. 59)

É interessante notar como o discurso sobre as formas históricas de degradação do estado e da política brasileira se alinha à narrativa de autores como Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Roberto DaMatta. Embora eles não sejam nominalmente citados no caso em questão, que recupera a narrativa de Victor Nunes Leal e sua obra *Coronelismo, enxada e voto*, é um tipo de discurso que circunscreve o problema das formas de corrupção ao famoso “jeitinho brasileiro”, a essa cordialidade do homem brasileiro, que se apresenta como causa de nossos problemas políticos do presente. Segundo Jessé Souza (2018), nessa tradição de pensamento conservador e liberal, a corrosão moral de nossas instituições políticas e do estado brasileiro estaria relacionada a nossa herança ibérica, as marcas irremovíveis de nosso personalismo e patrimonialismo. Nossos problemas políticos atuais possuiriam raízes profundas em nosso passado. Um passado vivo, contínuo, aparentemente irremovível.

Ao discutirem a atualidade da obra de Victor Nunes Leal e as formas de relações sociais típicas do coronelismo, as autoras escrevem partindo do presente, da atualidade das relações tipificadas como coronelistas.

Quem nunca ouviu casos de políticos que dão cargos de confiança a parentes? Ou histórias de pessoas que conseguem vagas em instituições públicas depois de conversar diretamente com o vereador? Ou ainda casos de bairros inteiros em que a rede de água e esgoto ou a instalação elétrica ficam a cargo de determinado deputado estadual? Histórias assim são tão comuns que às vezes nem paramos para pensar o que elas revelam sobre o funcionamento da política. O livro de Victor Nunes Leal nos ajuda a perceber que todas elas são novas formas para as velhas relações de reciprocidade que caracterizavam o coronelismo, além de revelar os perigos que a combinação do poder público com interesses privados causa ao bom funcionamento da democracia (BOMENY et al, 2016, p. 60).

Tal forma de circunscrever o problema da política no Brasil possui alguns problemas. O

maior deles, a meu ver, consiste em não mencionar as íntimas conexões entre o mercado e o Estado, bem como as formas de patologia moral endêmicas que constituem a lógica que preside o desenvolvimento deste mercado. No caso brasileiro, os casos mais emblemáticos e escandalosos da política mais recente revelaram que não há como compreender o problema da corrupção no campo político sem fazer referência à ação de grupos e conglomerados empresariais que atuam no campo político. Ao não fazer referência a essas conexões, o discurso do livro didático comete o mesmo erro apontado por Souza (2018), ao se referir àqueles que chamou de “intelectuais da ordem”, qual seja, termina-se por classificar o mercado como o lugar da racionalidade, da ética e dos bons costumes, à despeito de nossa personalidade historicamente corrompida e aparentemente incorrigível.

Voltando a nossa questão inicial, isto é, a centralidade atribuída aos conceitos na compreensão do fenômeno da política, a Ciência Política aparece como um campo de investigação das Ciências Sociais em que esses conceitos são produzidos.

A Ciência Política traz às Ciências Sociais conceitos fundamentais para entender como a comunidade se faz representar, como se protege dos abusos de poder, como se manifesta para defender seus interesses, como avalia o desempenho dos políticos, que instituições as sociedades criam para controlar o poder do Estado e que instituições o Estado cria para proteger a vida dos cidadãos (BOMENY et al, 2016, p. 57).

O discurso do livro didático defende que os conceitos sociológicos estão na base mesma do surgimento das Ciências Sociais, ao classificar “os conceitos como entradas (acessos) das motivações particulares que conduziram à formação das disciplinas das Ciências Sociais” (BOMENY et al, 2016, p.64). Tal forma de se priorizar a assimilação dos conceitos sociológicos estaria, no caso brasileiro, em plena conformidade com um projeto mais geral de produção da subjetividade política dos estudantes, na medida em que ela seria responsável, por assim dizer, por oferecer as bases de construção da própria imaginação sociológica.⁵ Ademais, a forte presença da narrativa histórica no manual brasileiro desempenharia uma função importante na produção da imaginação sociológica, significada pelas próprias autoras do manual didático, como a “habilidade de conectar experiências pessoais com a história e as estruturas sociais” (BOMENY et al, 2016, p. 388). Referência ao pensamento de Mills, a imaginação sociológica é entendida como esse movimento de articulação da biografia individual à história e aos processos mais gerais e estruturais que afetam nossas vidas. Integração, desta vez, do sujeito à própria história. Subjetivação política que deverá ser capaz de

⁵ acordo com Prado (2015) e Reses, Santos & Rodrigues (2016), a assimilação de conceitos como forma de produção da imaginação sociológica tem-se convertido, no caso brasileiro, em uma espécie de regra mais geral do ponto de vista pedagógico. Neste sentido, os autores ressaltaram que, quer se tomem como referência os documentos normativos, quer se tome como base o campo das representações dos docentes de Sociologia na Educação Básica, o que se identifica é a predominância, em propostas de ensino, que têm privilegiado o domínio da linguagem das Ciências Sociais via assimilação dos conceitos sociológicos.

articular o Eu do co-enunciador ao processo histórico e às “malhas do tempo”.

A historicização do objeto (política) poderia, ainda, desnaturalizar certas concepções do senso comum. Além, é claro, de concorrer para a construção de uma espécie de memória política (em que se articulam, mediante a narrativa histórica: fatos, personagens, cronologias). A inscrição da história biográfica do sujeito/co-enunciador à história mais geral (representada, via de regra, como processo), concorreria, por fim, para a produção do próprio sujeito histórico. Com efeito, conforme assegurou Foucault (2014), a história contínua é o correlato indispensável à formação/invenção do próprio sujeito histórico (representado, tradicionalmente, como o sujeito responsável pela transformação social). A presença da história – ou, para sermos mais precisos, do discurso histórico – nas páginas do manual didático de Sociologia justifica-se, por fim, em função de uma exigência da própria instância normativa do currículo no Brasil. Documentos como os editais do Plano Nacional do Livro Didático fixam, nesta direção, a obrigatoriedade de se conferir tratamento histórico a temas, teorias e conceitos abordados nos manuais brasileiros. O discurso da Sociologia escolar, deste modo, encontra-se inegavelmente articulado ao discurso histórico/filosófico.

Conclusão

À guisa de conclusão, nossa análise compreende que, de acordo com o discurso dos manuais escolares analisados, os sentidos atribuídos ao ensino das Ciências Sociais no Brasil e no México convergem no sentido de estabelecer como objetivos formativos à construção de uma certa capacidade de leitura e compreensão da realidade e dos problemas sociais que a afetam. Tal compreensão seria potencializada por uma espécie de alfabetização científica oferecida pelas teorias e metodologias das Ciências Sociais. A compreensão de problemas sociais concretos que assolam a realidade da vida política nacional seria um passo fundamental para que, em seguida, munidos de consciência crítica/reflexiva, os estudantes possam formular propostas de intervenção na realidade.

Do ponto de vista do tratamento dado ao tema da política, identificamos que no manual mexicano prevalece um tipo de abordagem caracterizada pelo forte viés institucionalista. Em tal empresa, tratar-se-ia de oferecer aos jovens mexicanos a possibilidade de identificar as instituições governamentais daquele país, bem como as funções específicas que cada uma delas desempenha na regulação de vários aspectos da vida social mexicana e os serviços que cada uma delas presta à população daquele país. No manual brasileiro, por outro lado, destaca-se a primazia conferida aos conceitos sociológicos, bem como a forte presença da narrativa histórica utilizada em larga medida na construção dos enunciados sobre política. Se a educação em política no primeiro caso parece assumir um estatuto institucionalista, no segundo ela parece fixar o domínio da linguagem das Ciências Sociais como uma condição fundamental não só para a compreensão do fenômeno político, mas também para a própria ação política sobre a realidade. A ação política requer, portanto, um exercício de abstração intelectual e a apreensão de uma nova forma de linguagem.

Finalmente, este trabalho pretendeu colocar em evidência a possibilidade de se lerem os manuais escolares latino-americanos em chaves comparativas. Pesquisas nessa direção, embora já existam, ainda são bastante escassas, e acredito que novos trabalhos poderão esclarecer várias questões importantes para a compreensão das várias problemáticas e desafios que envolvem o ensino das Ciências Sociais nesse contexto político tão complexo. Esse foi um dos motivos que nos levaram a desenvolver este ensaio – e espero que ele possa motivar outros professores/pesquisadores a refletir sobre tais possibilidades de análise.

Referências

BARTHES, Roland. 1987. *O prazer do texto*. São Paulo: Perspectiva.

BOMENY, Helena et al. 2016. *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*. 3.ed. São Paulo. Editora do Brasil.

BRASIL. 1999. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec/MEC).

_____. 2006. Orientações Curriculares para o Ensino Médio, v. 3: Ciências Humanas e suas tecnologias. *Conhecimentos de Sociologia*. Brasília: Ministério da Educação.

DECESARE, Michel. 2014. 95 anos de ensino de Sociologia no Ensino Médio. *Educação & Realidade*, vol. 39, n. 1, p. 113 – 137.

FOUCAULT, Michel. 2014. *A arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

MAINGUENEAU, Dominique. 1997. *Novas Tendências em análise do discurso*. 3.ed. São Paulo: Pontes.

_____. *Gênese dos discursos*. 2008 2.ed. São Paulo: Parábola Editorial.

MARTINS, Isabel. 2006. Analisando livros didáticos na perspectiva dos estudos do discurso: compartilhando reflexões e sugerindo uma agenda para a pesquisa. *Proposições*, Campinas, vol.17, n. I (49), p.117-136, jan/abr

MÉXICO. 2017. *Planes de estudio de referencia del marco curricular común de la educación media superior*. Secretaria de Educación Pública.

MERCKLÉ, Pierre. 2014. As ciências sociais francesas diante das reformas do ensino. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 02, n. 03, p. 39-54, jan/jun.

MEUCCI, Simone. 2000. *A institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos*. 158 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia,

Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

MEUCCI, Simoni. 2014. Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de Sociologia. *Revista Brasileira de Sociologia*, São Paulo, vol. 02, n. 03, p. 209-232, Jan/jun.

OLIVEIRA, Amurabi. 2013. O currículo de Sociologia na escola: um campo em construção e disputa. *Espaço do Currículo*, v.6, n.2, p.355-366, mai/ago.

OLIVEIRA, Amurabi Pereira; ENGERROFF, Ana Martina Baron. 2016. Cidadania e Ensino de Sociologia nos manuais do professor dos livros didáticos aprovados pelo PNLD 2015, *Revista Estudos de Sociologia*, Recife, Vol. 2, n. 22 p. 235-271, jun/jul.

PRADO, Gregório A. F. 2015. *Quando o Ensino desafia a Ciência*: algumas questões presentes nos processos de ensino-aprendizagem da Sociologia. 1.ed. Porto Alegre: Cirkula.

RANCIÈRE, Jacques. 1996. *O desentendimento*. 1. ed. São Paulo: Editora 34.

RESES, Erlando da Silva; SANTOS, Mario Bispo dos; RODRIGUES, Shirlei Daudt. 2016. *A Sociologia no Ensino Médio*: cidadania e representações sociais de professores e estudantes. 1.ed. Belo Horizonte: Fino Traço.

ROSEMBERG, Fúlvia; MOURA, N. C.; SILVA, P. V. B. 2009. Combate ao sexismo em livros didáticos: construção da agenda e sua crítica. *Cadernos de Pesquisa*, v.39, n.137, p.489-519, mai/ago.

SOUZA, Jessé. 2018. *A tolice da inteligência brasileira*: ou como o país se deixa manipular pela elite. 2.ed. Rio de Janeiro: Leya.

SILVA, J. E. 2019. *O Ensino de Sociologia e a construção da subjetividade política*: uma análise do discurso dos manuais escolares 2012 – 2018. 171 f. (Dissertação) Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio (MPCS). Fundação Joaquim Nabuco, Recife.

XIQUI, José Pedro Cortês. 2016. *Introducción a las Ciencias Sociales*. Secretaria de Educación Pública, México. Disponível em: < <https://libros.conaliteg.gob.mx/content/restricted/libros/carrusel.jsf?idLibro=1539#page/4>>

ŽIŽEK, Slavoj. 2016. *O sujeito incômodo*: o centro ausente da ontologia política. 1. ed. São Paulo: Boitempo.

O mercado atacadista como campo político:
proposta de análise político-cultural das praças de mercados da agricultura familiar no CEASA-PE

Juliana Gomes Moraes*

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar um quadro teórico para compreender as dinâmicas sociais presentes em praças de mercados de frutas, legumes e verduras (FLVs), na Central de Abastecimento Logístico – CEASA-PE. De natureza descritivo-exploratória, realizamos uma breve revisão bibliográfica fundamentada, sobremaneira nos conceitos de “campos organizacionais” e “concepção de controle”, tal como proposto por Fligstein. Essa literatura nos sinaliza que as regras de funcionamento dos mercados resultam, mais que de fatores técnicos, institucionais ou econômicos, de uma herança da visão de mundo de atores comerciais historicamente ali consolidados. Ao relacionar com o panorama das Centrais, foi possível concluir que o desempenho e a resignificação cotidiana das estratégias de organização destes mercados estão sob forte influência social.

Palavras-chave: Mercados atacadistas; campos organizacionais; concepções de controle; praças de mercados; agricultura familiar.

The wholesale market as a political field:
a proposal for a political-cultural analysis of the marketplaces of family farming in CEASA-PE

Abstract

We elaborated a theoretical framework to understand the social dynamics present in marketplaces of fruit and vegetables markets (FLVs), at the Logistic Supply Center – CEASA-PE. From a descriptive-exploratory nature, we make a brief bibliographic review based, above all, on the concepts of “organizational fields” and “conception of control”, as proposed by Fligstein. This literature signals that the rules for the functioning of markets result, more than from technical, institutional or economic factors, from a heritage of the world view of commercial actors historically consolidated there. When relating to the panorama of the Centrals, it was possible to conclude that the performance and the daily reframing of the organization strategies of these markets are under strong social influence.

Keywords: Wholesale markets; organizational fields; conceptions of control; marketplaces; family farming.

*Doutoranda do programa de Pós graduação em Sociologia- PPGS/ UFPE. Mestra em Extensão Rural e desenvolvimento local pelo POSMEX-UFRPE. Graduanda em ciências sociais pela UFRPE. julianagdemoraes@gmail.com

Introdução

Este artigo está direcionado aos mercados de frutas legumes e verduras (FLVs), chamados *marketplaces*, praças de mercados, ou ainda, mercados face-a-face. Esses mercados têm como característica um conjunto de mecanismos de regulação formais que coexistem com outros dispositivos, que ora permeiam valores orientados pela noção econômica de equilíbrio entre oferta, demanda, qualidade dos produtos e eficiência logística (valores monetizáveis e quantificáveis), ora permeiam valores relacionais, tais como reputação, confiança, colaboração e competição (CASSOL; SCHNEIDER, 2015).

Os mercados dos quais participam a agricultura familiar e cujas trocas são presenciais podem ser definidos como organizações sociais cuja personificação de vínculos e regras é a base material da sua estrutura (CASSOL; SCHNEIDER, 2015). Para tanto, são construídos mecanismos de transmissão de estratégias de um agente para outro, qualificando a confiança, as trocas de informações, a mediação da competição e a formação de alianças políticas. Essas relações sociais dão forma às lógicas mercantis, dentro do que se costuma definir, a partir dos mais diferentes conceitos, como regulação, coordenação, convenções ou controle.

A construção dos mecanismos de mercados, na sua amplitude, é gerida em coligações e acordos institucionais (conselhos, diretorias, associações) para definição de critérios para as operações e para a disseminação de soluções, como regimento, leis, regras, normas, entre outros (FLIGSTEIN, 2009). A governança das interações entre atores e instituições desemboca na estruturação do “mercado como política” nos termos de Fligstein (1996). Para ele, as regras tendem a favorecer grupos maiores e mais organizados porque esse processo se dá a partir de um exercício de reprodução da concepção de controle desses atores, historicamente sedimentados.

De acordo com Fligstein (1996), as instituições de mercados (Comitês locais, Agências reguladoras, Federações, etc.) expressam a forma como alguns atores criam as condições institucionais para as empresas realizarem coalizões perpassando crises, depressões, bloqueios entre outras instabilidades. Com efeito, esse sociólogo tem respaldado um conjunto de autores brasileiros nas áreas da Economia Agrária e da Sociologia Política, celebrando a premissa de que, no âmbito das CEASAs, “o Estado, ao se construir, constrói os diferentes mercados” (MAZON, 2005 p. 35).

O objetivo deste artigo é relacionar a Sociologia dos Mercados aos estudos sobre o Sistema Brasileiro de Mercados Atacadistas, analisando as dinâmicas sociais que estruturam praças de mercados instaladas pelo Centro de Abastecimento logístico de Pernambuco (CEASA-PE), no perímetro urbano de Recife, com recursos do Estado para ocupação exclusiva por agricultores familiares.

O quadro analítico escolhido que se localiza no terreno da Sociologia dos Mercados aborda as instituições como jogos sociais onde firmas, fornecedores, clientes, trabalhadores interagem

com o Estado (FLIGSTEIN, DAUTER, 2012). Esta literatura tem dado conta de analisar uma infinidade de agentes econômicos, desde produtores a firmas e instituições, assim como os mercados na sua totalidade, sublinhando que os laços sociais se movimentam nos mercados, configurando uma variedade de redes que os sustentam; posições sociais que os configuram; instituições que os regulam; performances técnicas que os formatam (DEQUEC, 2010).

O presente artigo tem natureza descritivo-exploratória. Utilizando a pesquisa bibliográfica como estratégia metodológica, selecionamos alguns estudos e realizamos uma descrição geral da abordagem escolhida para desenvolver, posteriormente, uma base teórica e conceitual concernente à construção de uma Sociologia dos mercados para as CEASAs. Para tanto, desenhamos a revisão de uma bibliografia que tem como fundamento Fligstein (1996; 2007), que permite explicar a relação entre atores do mercado com atores do Estado que torna possível aos primeiros articular e desarticular as instituições coordenadoras dos mercados, afetando sua estrutura. Nessa direção, pautamo-nos na ideia de mercados como política (FLIGSTEIN, 1996) e de campos (FLIGSTEIN, 2009) às lógicas práticas de comercialização nos mercados atacadistas.

Ainda, pautamo-nos na expressão “concepção de controle” de Fligstein (1996; 2007), que define os aspectos cognitivos do conhecimento prático dos atores sobre as normatizações, para entender as especificidades dos processos de organização dos mercados, no que se refere à forma como os atores compartilham padrões habituais para governar as interações entre eles, bem como eventuais consensos tácitos e regras informais de produção de consenso.

Apresentaremos, na primeira sessão, um breve panorama do Sistema Brasileiro de Mercados Atacadistas – CEASA, sinalizando a sua passagem de forte ênfase governamental no abastecimento alimentar à uma coordenação público-privado com foco na inclusão e exclusão de atores pela eficiência. Aqui, localizamos os autores que apresentam as lacunas dessa abordagem, em termos de admitir que as Centrais sejam, de outra forma, um campo socialmente habitado.

Na segunda sessão, apresentamos os pressupostos oriundos de Bourdieu (2005) e Fligstein (1996; 2009) para compreender como os processos pragmáticos de ordenamento dos mercados determinam, circulam e ressignificam as regras, bem como para entender se, ou quando, o Estado é o agente determinante desse processo. Por fim, voltamo-nos para o caso do CEASA-PE, destacando que os campos que representam as fontes contínuas de um poder organizacional e político para a agricultura familiar.

Situando a natureza organizacional dos Mercados Atacadistas

A ênfase institucional no abastecimento alimentar brasileiro teve início na década de 1960, com a construção de galpões, conferindo às Centrais aspectos de natureza regulatória e organizacional da distribuição de alimentos nas principais cidades do país.¹ Definiu-se como

¹Fruto de um atendimento do governo brasileiro ao aumento na demanda por grãos e FLVs decorrente da crescente

seu fim específico o estabelecimento de um ponto de reunião de atores de comercialização, constituindo-se como uma rede distribuidora de alimentos e um elo emissor de ordens para os demais integrantes da rede (Centrais de menor porte), executoras de um rol de tarefas e prescrições (BELIK; MALUF, 2000). Assim, as CEASAs se constituíram, ao longo das décadas, como uma rede complexa e assimétrica de logística nos moldes dos complexos agroindustriais (CUNHA, 2013).²

As CEASAs, tal como se definem, funcionam como estações receptoras e distribuidoras, em um ambiente que envolve atores em atividades voltadas aos mais variados planos da comercialização. O aspecto reticular reveste as Centrais de uma heterogeneidade social ao integrar produtores, fornecedores, comerciantes, em uma realidade comum que consiste em desempenhar o atravessamento de mercadorias (MORAES; PIRES, 2019).

Para além de agricultores que se limitam ao abastecimento dos entrepostos, há um grande número de atores comerciais – os chamados intermediários, empresários, feirantes, comerciantes ou atravessadores –, atuando na organização da comercialização, sendo, então, em menor grau, realizada diretamente pelo próprio agricultor (CUNHA, 2013). Os primeiros atores a atuar nesse processo foram os atacadistas dos antigos mercados públicos, que se firmaram como uma fonte ininterrupta de ligação entre os agricultores e os entrepostos. Ofertando a gratuidade de acesso do consumidor às CEASAs, o Estado brasileiro pretendeu, com efeito, administrar, direcionar e taxar estes atores atacadistas (MAZON, 2010).

No que se refere ao seu papel institucional, até 1980, as funções públicas das Centrais estavam atreladas à sua incumbência regulatória, dispondo, para isso, de uma rede de informações técnicas para modernização das instalações, classificação e padronização dos processos logísticos. Após essa década, as Centrais passaram a sofrer um processo de descapitalização e perda da regulação pública, culminando na criação, pelos dirigentes das Centrais, da Associação Brasileira das Centrais de Abastecimentos (Abracen), uma organização de representação de classe, como uma tentativa de resgatar a visão sistêmica da coordenação destes mercados nos moldes em que foram implementadas.

Ainda que se reconheça a complexidade do seu modelo de organização dos mercados, a própria natureza das FLVs que leva a perecibilidade dos vegetais desembocou em perdas e desperdícios no conjunto da cadeia de distribuição das FLVs (FÁVERO, 2005). Sendo assim, os

urbanização das cidades, instala-se por todo país, a partir de 1968, uma rede de entrepostos, denominada Sistema de Abastecimento Atacadista. A primeira experiência foi operada em Recife, em 1962, com a construção da Central de Abastecimento de Pernambuco S/A (CAPESA), vinculada à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O sistema engloba, atualmente, um conjunto de 57 entrepostos presentes em 21 estados brasileiro

²Modelo americano de padrão produtivo apresentado pela literatura como “Modernização da agricultura”, que garantiria, com forte injeção de recursos internacionais, um aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria. A proposta governamental de desenvolvimento regional pautadas nesse modelo fomentou canais de comercialização, colocando como centro da atividade econômica e política a defesa do aumento da escala produtiva, a alteração da base técnica dos produtores, a dependência à indústria de insumos (PRADO JR; 2000).

modelos organizacionais das CEASAS passam a requerer uma alta complexidade organizacional com vistas ao prolongamento da escala de abastecimento, via modernização de técnicas de produção, embalagem e transporte logístico.

Além das questões atreladas às características dos produtos alimentares, a complexidade organizacional também passa pela sua natureza sistêmica institucional, expressa na consolidação de uma rede formada pelo setor de distribuição de FLVs na América Latina que constituem os países que negociam e orientam as tendências e induziram decisões inovadoras para grandes mercados atacadistas (FÁVERO, 2005).³

Por outro lado, segundo Fávero (2005 p. 14), duas situações levaram esses mercados a divergirem na sua forma de coordenação pública e reticular. A primeira é que os estados nacionais não priorizam, da mesma forma, as políticas de investimentos na adequação dos seus sistemas atacadistas. A segunda, diz respeito à influência “dos atores públicos e privados que apontam para soluções distintas segundo seus interesses e seu poder de coordenação”.

Este estudo indica que a forma como o poder político e privado aparece em diferentes instâncias na regulação desses mercados ocupa um lugar de destaque na formatação da sua coordenação. Ainda, é revelador que as particularidades de natureza institucional desses mercados os coloquem em patamares diferenciados, o que não possibilita afirmar que esses mercados são passíveis de padronização ou dificulta a coordenação coletivamente instituída.

Embora não sejam controladas por entidades coletivas internacionais, toda a comercialização instituída nas CEASAs passa pela necessidade de operar seus mecanismos regulatórios perante os padrões de higiene, sanidade e qualidade das redes supermercadistas e varejistas. Sobre isso, Mazon (2009) mostra, sob uma perspectiva da Sociologia Política, que as especificidades logísticas e de qualidade das FLVs, trazidas pelas matrizes dos padrões privados dos sistemas agroalimentares globais, resultou em uma perda paulatina da administração pública no plano comercial.

Diante desse mesmo cenário, Cunha (2006) destaca a sistematização dos preços, instituída em 2005, com a elaboração do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado (PROHORT), como importante estratégia para a sustentabilidade dos mercados no âmbito da função pública para lidar com as tendências globais. O programa inclui o Sistema de Informações dos Mercados Atacadistas – SIMAB, que está voltado para criação de mecanismos comuns de capacitação tecnológica para a revitalização dos entrepostos. Assim, o sistema tem a função de universalizar um banco de dados virtual, nos quais consta a sistematização diária dos preços e o compartilhamento de informações técnicas dos entrepostos.

³ Nesse contexto, Brasil (Ceasas), Argentina (Mercado Central de Buenos Aires), Chile (Central de Abasto lo Valledor) e México (Central de Abasto Ciudad del México). Para o contexto, das Ceasas Brasileiras, podemos citar a Associação das CEASAs Brasileiras (Abracen). A Federação Latino-Americana de Mercados de Abastecimento – FLAMA junta às Ceasas da Argentina, Chile e México. Outras instituições dão o tom de institucionalidade do setor, tal como a Organização Mundial do Comércio OMC (FÁVERO, 2005).

Vale destacar que foi no contexto de redefinição do campo de ação das Centrais que ocorreu a construção dos galpões de comercialização exclusivos à ocupação dos agricultores familiares, quando as CEASAS passaram a operar, para além de uma política apoiada no incremento da capacidade tecnológica das estruturas logísticas, a execução de programas sociais. Nesse contexto, destacam-se ações de apoio à agricultura familiar, vinculadas à Companhia Nacional de Abastecimento/Ministério da Agricultura (MAPA).⁴

Nesse cenário, Estado e mercado, enquanto parceria público-privada, instauram a governança híbrida⁵ como modelo promissor para uma atuação pública no abastecimento alimentar nacional. Assim, fica de um lado, a função pública de regulamentação do preço dos produtos e das normas de ocupação dos espaços físicos e execução de programas sociais, de outro, a função privada, relacionada à logística do comércio, as qualidades dos produtos e a gestão de projetos sociais voltados a população flutuante dos entrepostos. Com efeito, Wegner e Belik (2012) descrevem esse momento como uma nova configuração política da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil.

A participação de atores públicos e privados, nacionais e internacionais tem, dessa forma, representando a busca por:

[...] estabelecer um novo sistema e novas funções para as CEASAS brasileiras dentro de um novo cenário para o setor de distribuição de frutas e hortaliças onde o Estado volte a assumir minimamente um papel de coordenação (FÁVERO, 2005 p. 15).

Uma gama de estudos sobre as CEASAs em diversas áreas, sobretudo na Economia, reconhece na Nova Economia Institucional – NEI, como o mais importante constructo teórico sobre os aspectos particulares relativos às mudanças ocorridas no decorrer da história das Centrais. Processos de exclusão e ou inclusão de atores, empresas, agências ou instâncias governamentais são, nessa perspectiva, processos intrínsecos à estabilidade da economia e do padrão logístico.

A participação mais ou menos intensa de atores econômicos se justificaria como participação menos ou mais eficiente nos mercados. Tipos de alianças e formas de coordenação passam a ser reconhecidas como legítimos, desde que eficientes. A eficiência e ou ineficiência balizaria, assim, a inserção ou exclusão de atores e de regras nos mercados. Nesse sentido, a

⁴ Recomendação do Plano Nacional de Modernização das CEASAs, de 2012, para atendimento à Política Nacional da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006). Esse plano oficializa a necessidade de execução, por parte das Centrais, de políticas centradas na “agroqualidade e sustentabilidade” e do apoio aos “produtos da agricultura familiar, da agroecologia e das populações tradicionais” (MOURÃO, 2008).

⁵ A governança consiste nas formas de coordenar ações para lidar com custo de transação e de estabelecer contratos com agentes. Três tipos podem ser observados em firmas: a governança de mercado, que consiste em um controle menor sobre o comportamento dos indivíduos a partir do sistema básico de ajuste de preços; a governança hierárquica, que se dá na internalização total das atividades em uma única organização; a forma híbrida é atuação entre ambas, a partir de compromisso entre as partes, tal como contratos formais e informais de longo prazo, parcerias, redes de cooperação, entre outros (WILLIAMSON, 1994).

exclusão ou a decadência da atuação pública (ineficiente), acompanhada do aumento da atuação privada (eficiente), seria um processo necessário para a estabilidade do padrão desse mercado (MAZON, 2010).

A estruturação desse arranjo organizacional baseada na eficiência econômica é, para Cunha (2006 p. 6), um modo impositivo que incentiva a constituição de esquema de incentivos para um empresariado regulador, generalizando a consolidação de “agentes privados, como intermediários não funcionais ou como forças de cartel” (CUNHA, 2006, p.6).

Nessa direção, Mazon (2009) e Cunha (2013) afirmam que a formação do *corpus* da institucionalidade própria das CEASAs passa pela dificuldade de se romper com a escolástica da economia, justamente por estarem incrustadas nas rotinas e experiência cotidiana dos seus atores economistas e comerciantes, fazendo deles executores de regras estruturadas pelos modelos dominantes consideráveis razoáveis para atuar nesse campo.

Com efeito, no âmbito do que foi reconhecido como apropriado ou eficiente:

[...] a noção de território, de cultura local, de organização social e comunitária, e em essência, das relações sociais, não fazia parte do arcabouço teórico e institucional que norteou a criação do modelo brasileiro de comércio atacadista (CUNHA, 2013. p. 3).

Embora esta literatura não apresente ao certo o quanto este modelo impacta as relações entre os atores em geral, os estudos sinalizam que a coordenação dos entrepostos passa pelas decisões de uma categoria específica de atores no comando dos projetos públicos, o que pode estar inibindo a ação de outras categorias, como a dos agricultores familiares, na defesa de seus interesses.

Ainda, os autores convergem em defender que os entendimentos culturais mais amplos de atores dominantes podem ser a base da compreensão das atividades mercantis e regulatória das CEASAs. O referencial dessa interpretação de que a regulação das CEASAs passa pelos costumes dos atores dominantes é oriunda a abordagem político-cultural de Fligstein, que será trabalhada na próxima sessão.

Aportes da abordagem sociológica sobre as CEASAs

De acordo com os estudos nas áreas da Economia Agrária (BELIK, 1999; CUNHA, 2013) e Sociologia Política (MAZON, 2005, 2009, 2010) o modelo econômico avaliado nos termos da “eficiência” que tem respaldado a governança das CEASAs se preocupa com a substituição de formas organizacionais em prol da difusão de tecnologias e da estabilidade econômica. Uma crítica do estudo intitulado “Mercado, Empresa e Território no Brasil: Uma Construção Social” recai sob este modelo na verificação de que, dessa forma, se deixa de “explicar de onde surgem

novas instituições e como se tornam reconhecíveis como instituições apropriadas” (MAZON, 2009, p. 106). Nessa perspectiva, a aplicação das teorias econômicas predominantes, tal como a NEI, não é suficiente para legitimar a preponderância de um modelo único de organização no sistema CEASA.

A necessidade de compreender a relação entre os atores e a institucionalidade das CEASAs aparece no trabalho seminal de Belik (1999), em *Economia Agrária*, denominado “Muito além da porteira: mudanças nas formas de coordenação da cadeia agroalimentar no Brasil”. O autor verifica que a mobilidade dos competidores ou alterações no perfil dos consumidores não eram elementos suficientes para que os comerciantes das CEASAs mudassem a sua estratégia de preços ou posicionamento mercadológico.

A falta de clareza quanto às reais condições de alteração das condições comerciais e institucionais leva o autor a eleger a noção político-cultural dos mercados para mostrar que movimentos de controle coordenados por parte de atores mais articulados e capitalizados formaram novos padrões e novas rotinas nas CEASAs. Em outros termos:

Na medida em que novas práticas se disseminam, a interação entre os diferentes elos da cadeia acaba gerando um comportamento-coletivo e uma interação em um nível institucional mais elevado [...]. Algumas ações foram encadeadas entabulando um conjunto de normas e procedimentos entre as organizações produtivas que terminaram por influenciar todo o ambiente institucional. Estamos nos referindo à criação de um campo organizacional como uma nova área de vida institucional repetindo a referência de Fligstein (BELIK, 1990, p. 43).

Assim, o autor reconhece que a mudança de postura de um conjunto de empresários atuantes no setor agroalimentar dá o tom da institucionalidade do setor. A partir do caso da CEASA/SC, Mazon (2005, p. 17) ressalta, por sua vez, que:

a noção de campo, a teoria da ação de Fligstein e o conceito de *habitus* de Bourdieu podem explicar o comportamento dos agricultores ao longo do processo de modernização [...] como uma história de lutas.

Mais adiante, Mazon (2009), sublinha que a perspectiva de Fligstein consiste em uma importante análise para a observação das CEASAs, ao passo em que:

[...] questiona a ideia de que as sociedades de mercado sejam simplesmente resultado de inovação tecnológica e competição, entre atores racionais. Conforme Fligstein, ao olharmos para os mercados reais observamos que sem os acordos entre empresários, gerenciadores, fornecedores, trabalhadores e governos, os mercados das sociedades modernas não existiriam (MAZON, 2009, p. 50).

Assim, as sociedades de um determinado mercado resultam da situação social de exploração de papéis e de espaços coletivos de criação de acordos.

Mais particularmente no que se refere às condições de participação da agricultura familiar nesse contexto, o estudo de Cunha (2013), intitulado “Nova Organização produtiva e social da agricultura familiar brasileira – uma necessidade” sinaliza o quanto as CEASAs emergiram de um ou outro modelo organizacional fortemente associado à história e ao caminho institucional dos ambientes sociais onde estão inseridos seus principais atores.

Vale destacar que a criação dos modelos predominantes dos mercados das FLVs recebe influência da natureza neoliberal, cujos *standards* estão enraizados em processos típicos da globalização da agricultura. Trata-se de uma gramática que vem sendo legitimada por “empresas que se dispersam globalmente e apresentam elevadas divergências nas formas de organização do trabalho, do gerenciamento e das finanças” (BONANNO, 1999, p. 52), bem como pela utilização do Estado para aumentar e desmontar “seus próprios instrumentos regulatórios em nível local, regional e nacional e reduzindo o poder de barganha e as influências do trabalho” (BONANNO, 1999, p. 53). Assim determinados, os padrões globais estabelecem uma qualidade dos produtos cada vez mais elevada, do tipo exportação, a partir de uma legislação mais detalhada (CAVALCANTI, 2004).

Estudos como de Wilkinson (2008) identificam que, para o caso de agricultores familiares sem condições de manter os requisitos logísticos e de qualidade exigidos, eles passam a limitar-se ao fornecimento, ao mesmo tempo em um grande número de outras categorias sociais, tais como intermediários, comerciantes, empresários ou atravessadores se firmam na organização desses mercados.

Ciente deste cenário, Cunha (2013) destaca que as atuações dos agricultores familiares no abastecimento das principais CEASAs:

[...] podem ser sintetizadas a partir da formulação de Fligstein (1990) de que as instituições vencedoras refletem um ambiente conflituoso e a distribuição de poder na sociedade, de forma que as instituições preexistentes simultaneamente constrangerão e capacitarão os atores a se engajar em um comportamento cooperativo, ditando os acordos futuros (CUNHA, 2013 p. 5).

Conclui, então, que há necessidade de se pautar em uma perspectiva teórica que permita sistematizar o conhecimento tácito dos atores que atuam nas praças de mercados para a constituição de um conhecimento local da comercialização.

Diante do que foi exposto, compreende-se que as CEASAs constituem um aparato institucional público de construção de mercados e ao mesmo tempo, agrega a complexidade das inter-relações que gravitam em torno de agentes específicos. Ainda entendemos que há uma

coordenação das CEASAs que se define por meio da ação dos atores que estão contextualizam as regras de mercados. Na próxima sessão, iniciaremos um debate sobre a constituição de regras via articulação entre atores, noção esta trabalhada pela perspectiva da Sociologia dos Mercados.

Contribuições da Sociologia dos Mercados ao debate das CEASAs

A ação político-cultural

Uma análise sobre a relação entre mercados de produção industrial e governos americanos,⁶ permitiu que Fligstein (1996) explicasse como a cultura organizacional influencia a constituição dos aparatos normativos dos mercados. O autor mostra que a governança das interações entre atores e instituições reguladoras desemboca na estruturação do “mercado como política”.

Partindo da verificação de dois tipos de fontes de instabilidade nos mercados que são “a tendência das empresas a competir entre si, reduzindo os preços e o problema de manter a empresa unida como uma coalizão política” (FLIGSTEIN, 1996, p. 659, tradução nossa), o autor observa que a dinâmica de concorrência não permite que as estratégias tenham a mesma origem nem a mesma posição, ainda que os mercados continuem os mesmos. De outra forma, a estabilidade dos mercados depende das condições dos atores criarem “mundos estáveis” para seus interesses (FLIGSTEIN, 1996, p. 658, tradução nossa). Para o autor, os atores dependerão, para tanto, do poder político de utilizar as instituições para reproduzir sua posição, isto é, a ação política é a forma que possibilita os atores transacionarem e encontrarem soluções para competição nos mercados. Este seria a real pré-condição para a existência de mercados.

Considerando que os mercados se caracterizam segundo a história do conjunto de atores, o que, por sua vez, desdobra-se numa diversidade de formas de regulação, anula-se a possibilidade de que os mercados selecionam formas eficientes de interação e distribuição de recursos. Nesse sentido, a diversidade de formas de regular o mercado se revela na diversidade de coalizões políticas possíveis entre os atores e por conta disso, os países industrializados não estão convergindo uma única forma de regulação.

O autor sugere, mais tarde, a partir da expressão “campo organizacional” como a ocorrência de arranjos particulares no qual os gestores das corporações atuam em coligações disseminando um conhecimento padrão para solução dos problemas dos mercados (FLIGSTEIN, 2009). A formação das instituições de mercado é, nesse sentido, um constante processo coalizões políticas para decidir quais termos serão localmente legitimados. Assim, não ocorre para as empresas a

⁶ O estudo diz respeito à verificação do desempenho determinante do governo norte-americano no sentido de constranger e favorecer empresas norte-americanas, evitando a monopolização no final do século XIX por meio da legislação antitruste, e barrando um movimento de fusões na década de 1960, por meio da perseguição às conglomerados.

forma eficiente ou ineficiente a se seguir, mas a forma negociada no campo organizacional.

Na prática, as instituições de mercados (União Europeia, NAFTA, MERCOSUL, comitês locais, agências reguladoras, entre outras) resultam da forma como os governos criam as condições institucionais para as empresas realizarem coalizões perpassando crises, depressões, bloqueios entre outras instabilidades. Assim, o Estado na sociedade capitalista moderna é o agente que estabiliza essas estruturas, uma vez que assegura as leis que regulamentam a interação econômica numa dada área geográfica.

Fligstein (1996; 2009) define quatro arenas nas quais os Estados modernos estabelecem essas condições. De forma sintética, podemos elencar que: I) Os direitos de propriedade, que definem os atores que podem reivindicar lucros e privilégios; II) As estruturas de governança, que explica como se estabelecem as formas formais e informais de como as empresas podem controlar a concorrência, a cooperação e a competição. Apresentam-se sob a forma de leis e de práticas institucionais; III) As regras de troca, que definem quem negocia as condições para a manutenção da ordem da negociação. Trata-se da resolução de problemas relativos a preço, tal como concorrência e estabilidade. As regras devem ser estabelecidas com relação ao transporte, cobrança, circulação de dinheiro e contratos; IV) As concepções de controle que representam as táticas individuais dos atores dos mercados. Estas não são lineares, nem teóricas, mas políticas, circunstanciais, subjetivas e pragmáticas. É a partir delas que o Estado atende, ou não, aos interesses coletivos.

A concepção de controle é, segundo o autor, a caixa de ferramenta cultural de organização dos mercados, pelo qual se reproduz estratégias, confiança, informações, competição e escolha de alianças políticas, podendo mudar de um agente para outro. Sendo assim, este conceito permite indicar como acontece a distribuição assimétrica de informação entre os atores, ao passo em que as informações que regulam os mercados são ressignificadas pela forma como cada ator se relaciona com o outro. A concepção de controle reflete tanto os consensos e dissensos, quanto a cultura corporativa.

Fligstein define, assim, um modelo sociológico de ação que explica a forma como a corporificação e sistematização de uma diversidade de conhecimentos práticos resultam na institucionalização de modelos normativos. Ainda, ressalta a relação entre a natureza cognitiva dos atores econômicos e a contextualização das regras de mercado. Sendo assim, a concepção de controle merece particular atenção neste artigo para entender a forma como os atores compartilham padrões habituais para organizar as CEASAs.

Os campos

Em “As estruturas sociais da economia”, Bourdieu (2016) vem chamar a atenção para o

fato de que as experiências econômicas não podem ser explicadas pela escolástica da economia neoclássica, considerando que, de outra forma, as lógicas práticas é que dão sentido aos fenômenos econômicos. A lógica prática seria o senso do jogo econômico e a razoabilidade pela qual o agente cria uma matriz de preferências e gostos limitada pelo o que foi coletivamente estruturado. Esta estrutura dá, por fim, o formato ao que ele chamada de campos.

Assim, a organização dos mercados se manifesta em um número potencialmente ilimitado de campos de ação constantemente criados, destruídos e reconstruídos enquanto lógicas práticas que compõem a gramática das interações sociais. Esta constatação levou Fligstein e Dauter (2012, p.64) a compilar uma definição sociológica comum para a maneira como os grupos articulam as instituições que levam a esse fim. Na perspectiva de uma Sociologia dos Mercados cunhou-se, então, a noção de:

campos (Bourdieu, 1977; Bourdieu e Wacquant, 1992), campos organizacionais (Di Maggio e Powell, 1983), setores (Meyer e Scott, 1983) ou jogos (Axelrod, 1984) (FLIGSTEIN; DAUTER, 2012, p. 64).

Particularidades à parte, a teoria dos campos explica a institucionalização das operações pragmáticas nos mercados, segundo as seguintes características:

[...] se referem a situações nas quais grupos organizados de atores se reúnem e desenvolvem suas ações recíprocas face a face. A produção de regras em uma arena social trata da criação das instituições. A institucionalização é o processo pelo qual as regras passam de abstrações as constituintes de repetidos padrões de interação em campos (FLIGSTEIN; DAUTER, 2012, p. 64).

O lugar-comum entre esses estudos é “uma visão dos mercados como arenas sociais onde firmas, seus fornecedores, clientes, trabalhadores e o governo interagem”, e o quanto as conexões desses atores afetam seu comportamento (FLIGSTEIN, DAUTER 2012, p. 482). Outra constante é o entendimento de que sempre existirá uma distribuição assimétrica de informação entre os atores, dado ao fato de que os mecanismos usados para tanto são determinados pela forma como cada ator se relaciona.

Observando o mercado imobiliário, Bourdieu (2005) mostra, por sua vez, que o campo econômico se constitui a partir das intervenções, no terreno normativo. Nesse sentido, as intervenções “devem sua existência e eficácia às estruturas das relações objetivas no seio do campo entre aqueles que as operam e aqueles que lhe estão submetidos” (BOURDIEU, 2005, p. 26).

Ainda, força de cada agente no campo econômico é determinada pelo acesso às fontes de um conjunto de capital (social, financeiro, simbólico, entre outros). Os atores que têm mais

capital ou mais tempo no campo, “fazem com que o campo tenha uma duração e um futuro previsível e calculável” (BOURDIEU, 2005, p. 27). A condição de neutralidade de um agente está atrelada a imposição de barreiras de entrada de novos e de desvantagens para se definir custos, incorporar tendências tecnológicas, etc. O que, por sua vez, coloca a assimetria entre os atores se revela como condição imanente à estruturação do campo.

As configurações do campo dependem do tipo de força ligada a um sistema relacional que permite aos atores criarem espaço “que só existe pelos agentes que se encontram nele e que deformam o espaço na sua vizinhança, conferindo-lhe certa estrutura” (BOURDIEU, 2005, p. 23). Para o autor francês, a estrutura age a favor do agente provido de capital simbólico e não necessariamente de maior volume de capital financeiro porque esta é a forma que se ocupa uma posição dominante, em termos relacionais. O capital simbólico do prestígio e da reputação pode, nessa perspectiva, se converter em capital econômico, constituindo uma fonte importante de acumulação.

Nesse sentido, o capital simbólico potencializa o agente a concorrer pela autoridade, legitimidade, autenticidade, domínio dos sentidos e das interpretações, o colocando em lugar de destaque no campo político.⁷ O saber-fazer, bem como o poder simbólico e a reputação, são, então, os elementos importantes para se compreender como se estruturam o campo organizacional dos mercados.

Fligstein (2009), por sua vez, emprega a teoria do campo organizacional atrelada ao conceito de “habilidade social” para verificar a forma como os atores fracassam em tentar articular ou desarticular as instituições que estruturam os mercados. Sendo capazes de definir, analisar e resolver os problemas nos seus próprios termos, os atores se estabilizam, convencendo ou derrotando os demais. Por esse ângulo:

A teoria dos campos nos ajuda a ver que, uma vez estabelecidos, em geral os arranjos organizacionais dominantes se reproduzem periodicamente. Isso também ocorre graças à distribuição de regras e recursos para os grupos dominantes e à habilidade dos atores hábeis em utilizá-los para reproduzir seu poder (FLIGSTEIN, 2009, p.76).

Nesse contexto, apenas para aqueles grupos maiores e mais organizados, os recursos e regras, uma vez estabelecidas, tendem a favorecê-los.

Os estudos sublinhados apontam que a experiência econômica é um produto da posição social do agente e dos seus deslocamentos no espaço determinado pela sua história coletiva e

⁷ Um exemplo dessa força encontra-se na precificação tácita, sobressaindo-se às determinações externas do campo. Segundo o autor, ocorre, de um lado, a lógica escolástica do “price taking” ou “prices setters”, isto é, da determinação mecânica do preço em mercados entregues a uma concorrência sem pressão, e no outro, por meio do “price making”, que representa o poder do qual o agente, dependendo da forma como está situado em um dado campo, tem a liberdade estratégica de construir os preços.

individual. Os autores estão mostrando também o quanto às operações nos mercados estão sob forte influência das lógicas práticas e das possibilidades de se comprometer as relações pessoais ali existentes. Mostrar como essas operações são influenciadas pelos processos a que estão submetidos os atores envolvidos é, então a tarefa cara a uma sociologia que se volta para as CEASAs.

O caso em reflexão

O CEASA-PE

O Centro de Abastecimento logístico de Pernambuco (CEASA-PE) consiste na primeira experiência pública em instalação e coordenação de uma estrutura de abastecimento alimentar no país, desde 1962, operando os mais diversos canais de comercialização no interior de aproximadamente 50 galpões. Sob a coordenação da Gerência de Mercados, ligada à Diretoria Técnico-operacional do CEASA-PE, os galpões envolvem um conjunto de aproximadamente 1.300 comerciantes identificados como permissionários, que, autorizados, via contrato, ocupam de forma fixa, mediante pagamento mensal, *boxes em* galpões fechados e em galpões abertos ocupam pisos de 1m² cada, denominados de “pedra”.

Para os atores considerados não fixos, tal como agricultores familiares, ocorre um termo de permissão de uso, via cobrança da “pedra”. Este contrato é temporário e geralmente aplicado nos galpões dos produtores, considerando que este grupo não dispõe de tempo integral para ocupá-los dedicando-se à comercialização, em detrimento da produção agrícola (CUNHA, 2013).

Nascimento (2008), ao analisar os processos sociais desencadeados pelos padrões impostos pela globalização dos mercados de FLVs, verificou que a adesão aos atributos dos mercados globais requisitou dos grupos mais atuantes na coordenação híbrida do CEASA-PE a dar uma forma particular à sua institucionalidade. Essa Central passou a contar com uma institucionalidade que dispõe de uma participação social nas instâncias regulatórias, por meio de um conselho gestor que estabelece as operações de aperfeiçoamento logístico, distribuindo informações sobre o mercado, entre outras ações. Nesse contexto, esta Central fundou a Organização social (O.S) formada pela sociedade civil, ou, nos termos da autora, “por pessoas de notório reconhecimento dentro da CEASA” (NASCIMENTO, 2008 p. 166).⁸

⁸ Instituída em 2004, a Organização Social (OS) de direito privado, sem fins lucrativos, instaurou uma gestão entre o Estado de Pernambuco, por meio da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária, e a sociedade civil, por meio de um conselho gestor que tem como principal atuante a Associação dos Usuários e Comerciantes do CEASA/PE (ASSUCERE) e o Sindicato do Comércio de Hortícolas, flores e plantas de Estado de Pernambuco (SINDFRUTAS). Segundo as regras estabelecidas no contrato de gestão, o grupo pode fiscalizar as atividades administrativas, tendo garantido a autonomia de intervir em caso do descumprimento das metas. Esse contrato é revisado anualmente e, em caso de descumprimento das metas, a atual Organização Social perderá a concessão do Estado, a escolha da entidade a executar a atividade de fiscalização de atividades administrativas da Central (NASCIMENTO, 2008).

Até o momento de seu estudo, este formato não conseguiu ser eficaz no estabelecimento de uma equidade de participação entre os atores nem em uma logística que leve a uma qualidade globalmente requisitada. Segundo a autora, o atendimento às exigências de qualidade dos mercados globais não se fez como prioridade aos atores de comercialização desta Central, que não participam ativamente do coletivo gestor. No cotidiano destes, outros mecanismos locais estruturam a comercialização. Para ela, um novo modelo de organização social é o que responderia aos desafios da atualidade no sentido de modernizar a logística e conceber aos permissionários, uma participação social na gestão.

A incompatibilidade entre as tendências operacionais que o CEASA-PE orienta e a comercialização realizada na prática se expressou, com efeito, na construção social do preço:

A estratégia de venda dos comerciantes dos CEASAs, baseada principalmente no preço e num padrão de qualidade pouco apurado, parece ser suficiente para atender às poucas exigências de uma grande parcela de consumidores brasileiros. Isso explica o motivo pelo qual, mesmo sobrevivendo a partir de técnicas que os excluem do mercado mais amplo agora dominado pelas grandes redes varejistas transnacionais, os *permissionários* do CEASA ainda são os principais fornecedores de produtos agrícolas para os estabelecimentos comerciais tradicionais e pequenos mercados (NASCIMENTO, 2008, p 184).

De outra forma, o domínio do campo do preço se revela nas CEASAS como um arsenal de conhecimento tácito, a ponto de ser identificado como sendo uma “*expertise* da comercialização” no CEASA-PE (MORAES; PIRES, 2019) e “gestão intuitiva” na CEAGESP (LOURENZANI, 2006).

O exemplo da precificação é ilustrativo de uma regulação constituída no processo relacional e que depende dos jogos de sociabilidade presentes no campo organizacional. Além disso, o campo organizacional parece constituir um campo de poder, isto é, fonte de um domínio local dos mercados, que validaria ou não, a força que subordina os atores às estruturas econômicas externas, acarretando perda ou ganho de uma articulação dinâmica com os mercados globais.

Por fim, em um estudo voltado exclusivamente para um galpão da agricultura familiar, Moraes e Pires (2019) identificaram que as relações estreitas entre alguns atores comerciais (que não são agricultores familiares) e atores institucionais do CEASA-PE tem dado um formato particular ao campo organizacional do galpão, especificamente, em relação a ocupação das “pedras”. Tempo acumulado neste mercado e relações estreitas com os atores institucionais revelou-se como um poder tão ou mais eficiente para a estabilidade dos atores neste galpão do que o atendimento às tendências da padronização global da qualidade dos produtos e da logística no âmbito das FLVs.

Conclusão

A correspondência entre a literatura sobre as CEASAs e a Sociologia dos Mercados para este tema se apresentou na identificação de valores relacionais ligados à reputação, confiança, colaboração, competição, entre outros. Ainda, permite relacionar modelos organizacionais como atributos que barram ou expandem a participação de um determinado agente nos mercados.

Já os estudos empíricos sobre as CEASAs e o CEASA-PE mostraram que, mais do que teorias e técnicas, espaços onde ocorrem acordos institucionalizados (conselhos, diretorias, associações, regimentos) são importantes para engajar os agentes na organização desses mercados. Sendo as capacidades de se fazerem coalizões, articulando e desarticulando as condições que determinam a ordem nos galpões, conclui-se que há uma correlação entre as relações sociais e a criação dos campos organizacionais da comercialização nas CEASAs.

Particularmente para o caso da CEASA-PE, identificamos que há lacunas sobre as coligações entre agentes do campo interno (a praça de mercado), e do campo externo, (reuniões, comitês, agências, gerências etc.). Nesse sentido, as questões relacionais de efeito regulador que possam enfraquecer, isolar, monitorizar ou fortalecer a agricultura familiar, ainda constituem um campo aberto para os estudos sobre o CEASA-PE.

Tendo com base o quadro conceitual de Fligstein, uma maior compreensão da relação sublinhada pode ser constituída, sinteticamente, segundo os seguintes pressupostos: I) Os mecanismos e normas de mercados são um tipo de conhecimento local. Nesse contexto, componentes normativos dependem das condições sociais dos atores para serem elaborados e replicados; II) Por esse motivo, os mercados não estão convergindo para uma única forma (eficiente) de regulação; III) As instituições de mercados são resultado da legitimação, via Estado, das concepções de controle de agentes, e em espaços coletivos como os comitês gestores; IV) A mudança do corpo institucional permite a mudança nas regras que serão institucionalizadas.

Nessa direção, os “direitos de propriedade” revelariam quem pode reivindicar normas junto ao corpo institucional; as “estruturas de governança” indicariam como se controla as operações de organização das praças de mercado; as “regras de troca” descreveriam quem e como se negocia nas praças e as “concepções de controle”, por sua vez, explicaria, por meio da subjetividade dos atores, como os processos sublinhados se apresentam no universo microeconômico de cada um.

Dada a possibilidade de especificar a forma como a estrutura organizacional afeta as táticas que os agentes usam em busca da estabilidade para seus negócios e vice-versa, optamos, então, por analisar o CEASA-PE a partir da noção de “campos organizacionais” e de “concepção de controle”. Merece destaque, para nosso estudo, a “concepção de controle” porque coloca em voga as características auto reflexivas que compõem as instâncias políticas da regulação das praças de mercados que serão objeto empírico deste estudo.

Embora ocorra uma variedade de praças e de circuitos mercantis informais existentes

no CEASA-PE (galpões, lojas, barracas, feiras, etc.), postulamos como agenda de pesquisa, a aplicação dos pressupostos sublinhados para dois galpões do CEASA – PE: as praças de mercado denominadas Central de Comercialização da Agricultura Familiar – CECAF e Feira de Orgânico do CEASA – PE, ambas as estruturas resultantes de projetos governamentais do qual o CEASA-PE é executor.

Para tanto, consideramos interessante desenvolver um diálogo entre os estudos de Fligstein (1996, 2009) e Bourdieu (2005; 2006), junto a estudos voltados para uma Sociologia dos Mercados agrícolas e da Agricultura familiar, tal como tem sido realizado por autores como Garcia-Parpet (2003) e Niederle (2016). Para concluir. Consideramos que esta abordagem constitui campo fértil para o debate que tem sido desenvolvida tanto no terreno da Sociologia Rural e da Agricultura quanto na Sociologia Econômica, quando se observa que em ambos, encontram-se pesquisas voltadas para a constituição de mercados agrícolas organizados a partir de vínculos sociais.

Referências

BELIK, Walter. 1999. *Muito além da porteira: mudanças nas formas de coordenação da cadeia agroalimentar no Brasil*. Campinas: Unicamp/IE, 146 p. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/index.php/ensino/43-colecao-de-teses/653-muito-alem-da-porteira-mudancas-nas-formas-de-coordenacao-da-cadeia-agroalimentar-no-brasil>> Acesso em: 1 março de 2018.

_____; MALUF, Renato. 2000. *Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização*. Campinas: Ed. UNICAMP, 244 p.

BONANNO, Alessandro. 1999. A globalização da economia e da sociedade. In: Cavalcanti, J, S. (org). *Globalização, trabalho, meio ambiente: Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife: Ed. Universitária. 360 p.

BOURDIEU, Pierre. 2005. O campo econômico. *Política & Sociedade*, n. 6, 15-57 p. UFSC. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/download/1930/1697>> Acesso em: 21 março de 2019.

_____. 2016. *Las estructuras sociales de la economía*. 1 ed. Buenos Aires: Manantial, 272 p.

CASSOL, Abel; SCHNEIDER, Sergio. 2015. *Produção e consumo de alimentos: Novas redes e atores*. Lua Nova, São Paulo, 95: 143-177 p. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj__YLh1vHmAhhVvCrkGHfuODmQQFjAAegQIBRAB&url=http%3A%2F%2Fwww.scielo.br%2Fscielo.php%3Fpid%3DS0102-64452015000200143%26script%3Dsci_abstract%26tlng%3Dpt&usg=AOvVaw1v4AgqofV_EtSzLIoVpa-b>. Acesso em: 4 jan de 2020.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. 2004. Globalização e ruralidade. In: WANDERLEY, Maria

Nazaré Baudel. (org) *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro*. São Paulo: Polis, 207 p.

CUNHA, Altivo, Roberto, Andrade, Almeida. 2006. *Os paradigmas de uma gestão participativa: a importância das alianças estratégicas para a sustentabilidade dos mercados*. 1-16 p. Conferência Mundial de Mercados Atacadistas. São Paulo. Disponível em: <http://minas.ceasa.mg.gov.br/scriptcase/file/docprhartigos/altivo_port.pdf> Acesso em: 09 fev. 2007.

_____. 2013. *Qual a ruralidade das Ceasas. Evidências sobre a inserção da agricultura familiar nas Centrais de abastecimento brasileiras*. Anais. 51º Encontro da SOBER. Belém, PA. p. 1-21. Disponível em: <<http://www.teiatecnologiaaplicada.com.br/publicacoes/201301.pdf>> Acesso em: 15 fev. 2017.

_____; CAMPOS, José, Bismarck. 2008. *O Sistema de Abastecimento Atacadista no Brasil: uma rede complexa de logística*. Belo Horizonte, Abracen. 1-19 p. Disponível em:< <http://abracen2.hospedagemdesites.ws/wp-content/uploads/2013/10/ceasa.pdf>> Acesso em 21 fev. 2016.

FÁVERO, Luiz, Andrea. 2005. *Novas formas de coordenação das atividades de abastecimento nos mercados atacadistas de frutas e hortaliças da América Latina*. Anais. Congresso da SOBER. 1-16 p. Disponível em:<<http://www.sober.org.br/palestra/2/1026.pdf>>. Acesso em: 16 jul 2015.

FLIGSTEIN, Neil. 1996. Markets as Politics: A Political-Cultural Approach to Market Institutions. *American Sociological Association*. Vol. 61, No. 4 Aug. 656-673 p. Disponível em:<<http://www.jstor.org/stable/2096398>>. Acesso em: 20 abr 2019.

_____. 2009. Habilidade social e a teoria dos campos. In: Martes, A.C.B. (org). *Redes e sociologia econômica*. Edufiscar. São Carlos. 69-103 p.

_____; DAUTER, Luke. 2012. A sociologia dos mercados. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 66, p. 481-504, set./dez. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010349792012000300007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 20 abr 2019.

GARCIA-PARPET. Marie -France. 2003. A construção social de um mercado perfeito: o caso de Fontaines-en-sologne. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 20, abril. 5-44 p. Disponível em < <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/229>>. Acesso em: 21 jun 2017.

LOURENZANI, Ana, Elisa, Bressan, Smith; SILVA, Andrea Lago. 2006. Ações coletivas envolvendo pequenos produtores: da exclusão à inclusão nos mercados. *Revista Extensão Rural*, DEAER/Cpgeexr. UFSM, Ano XIII, Jan – Dez. 5-30 p. Disponível em <https://ideas.repec.org/p/ags/sobr06/149235.html>.> Acesso em: 08 set 2017.

MAZON, Márcia, Silva. 2005. *A construção social do mercado olerícola na ótica da Nova Sociologia Econômica*. Estudo de caso em Urubici – Santa Catarina. Dissertação de mestrado. UFSC. 160 p. Disponível em:< <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102382>> Acesso em: 24 out 2017.

_____. 2009. Padrões de qualidade e segurança alimentares no terreno institucional brasileiro.

Dados. vol. 52, núm. 4, pp. 1003-1045. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=21817692006>>. Acesso em: 24 out 2017.

_____. 2010. *Abastecimento alimentar no Brasil e as reformas liberalizantes. Estado e mercado em questão*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. UFSC. Florianópolis. 249 p. Disponível em <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/94274>> Acesso em: 24 out 2017.

MORAES, Juliana, Gomes; PIRES, Maria Luiza Lins, Silva. 2019. Agricultura familiar e mercados atacadistas: dinâmicas sociais da Central de Comercialização da Agricultura Familiar (Cecaf/Ceasa) em Recife – Pernambuco. *Revista de Sociologia e Economia Rural Rsr*, vol.57, n2, p. 309-325. Disponível em: <<https://www.revistasober.org/journal/resr/article/doi/10.1590/1806-9479.2019.181152>>. Acesso em: 31 dez 2019.

MOURÃO Ivan. 2008. *Manual I: Breve história do sistema de CEASAs no Brasil (1960 a 2007)*. Relatório técnico. Disponível em: <<http://www.ceasa.gov.br/publicacoes>>. Acesso em 1 março. 2018.

NASCIMENTO, Wanessa, Gonzaga, 2008. *As Centrais Públicas de Abastecimento no Contexto da Globalização dos Alimentos. Entre as Mudanças na Forma de Atuação do Estado e o Fortalecimento dos Grandes Distribuidores: O Caso do CEASA-PE/O.S.* Dissertação de Mestrado. PPGS, UFPE, Recife, 223 p. Disponível em <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9350>>. Acesso em: 24 out 2017.

NIEDERLE, Paulo. André. 2016. Mercados como arenas de luta por reconhecimento: disputas morais na construção dos dispositivos de qualificação dos alimentos. *Política e Sociedade*. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/21757984.2016v15n33p97>>. Acesso em: 24 out 2017.

PRADO JR., Caio. 2000. Contribuição para análise da questão agrária no Brasil. In VEIGA, José. Eli. *A questão agrária*. São Paulo, Brasiliense, 2000. 221 p.

WEGNER, Rubia Cristina; BELIK, Walter. 2012. Distribuição de hortifrúti no Brasil: papel das Centrais de Abastecimento e dos supermercados. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, v. 9, n. 69, 195-220 p. Disponível em <<https://www.scielo.org.co/pdf/cudr/v9n69/v9n69a10.pdf&usg=AOvVaw2II5CUduKQfBqkrMHomroO>>. Acesso em: 24 out 2017.

WILKINSON, John. 2008. *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS. 213 p.

WILLIAMSON, Oliver. Transaction cost economics and organization theory. 1994. In: SWEDBERG, Richard; SMELSER, Neil J. (orgs.) 2005. *The handbook of economic sociology*. New York: Princeton University Press. p. 77-107.

Uma análise sócio-histórica do “instante” cinemanovista

Wendell Marcel Alves da Costa*

Resumo

Apresentamos, neste artigo, uma análise dos efeitos sociais, históricos e estéticos do movimento cinematográfico Cinema Novo no Brasil da década de 1960. Com isso, discutimos o contexto sócio-histórico do “instante” cinemanovista, a fim de atualizar o debate acerca da importância política e cultural que são os anos 1960 para a cinematografia brasileira. Concluímos o artigo mostrando como o potencial estético do Cinema Novo urbano pode ser considerado um elemento de permanência na elaboração de olhares fílmicos sobre a cidade brasileira nas obras da atualidade.

Palavras-chave: Cinema Novo; permanência; estética.

Un análisis sócio-histórico del “instante” cinemanovista

Resumen:

En este artículo se presenta un análisis de los efectos sociales, históricos y estéticos del movimiento cinematográfico Cinema Novo en Brasil de la década de 1960. Con eso, discutimos el contexto socio-histórico del “instante” cinemanovista a fin de actualizar el debate acerca de la importancia política y cultural que son los años 1960 para la cinematografía brasileña. Concluimos el artículo mostrando cómo el potencial estético del Cinema Novo urbano puede ser considerado como un elemento de permanencia en la elaboración de miradas fílmicas sobre la ciudad brasileña en las obras de la actualidad.

Palabras-clave: Cine Nuevo; análisis; estética.

*Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Cientista Social pela UFRN. Sócio da Sociedade Brasileira de Sociologia, Associação Brasileira de Antropologia e Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual. Integrante do Grupo de Pesquisa Linguagens da Cena: imagem, cultura e representação (CNPq). Bolsista do CNPq. marcell.wendell@hotmail.com.

Introdução

O objetivo deste trabalho é discutir o contexto estético em que foram produzidos os filmes do movimento cinematográfico Cinema Novo brasileiro. A proposta é considerar o período como um “instante” potente para a cultura e a política no Brasil. Levantamos a hipótese de que o “instante” da década de 1960 construiu um lugar de referência de luta e resistência no âmbito da estética cinematográfica, quando os cineastas envolvidos e criadores do Cinema Novo se propuseram a pensar os dilemas e paradoxos do Brasil, como a busca por uma identidade, o reconhecimento do racismo estrutural e a desigualdade social que acompanha a constituição histórica, por vieses literários, fílmicos, musicais e das artes plásticas.

É desse modo que desenvolvemos uma análise sócio-histórica do Cinema Novo com o propósito de identificar elementos enraizados na cultura e na sociedade. Enfatizamos que mesmo a produção cinemanovista, apesar das diferenças temáticas dos filmes, é carregada pelos dilemas e paradigmas da constituição do povo brasileiro (RIBEIRO, 1995). Por meio da contextualização dos discursos e das imagens fílmicas, desvendamos, nos filmes do Cinema Novo, o elemento da permanência, presente nas formas temáticas cinematográficas do cinema brasileiro contemporâneo, que trata da cidade em transformação e reprodução das desigualdades sociais. Existem modelos de representação fílmicos que estão arraigados nas formas de pensar e fabricar filmes, movidos por todo um arsenal imaginário de acontecimentos, pensamentos e símbolos. Nosso entendimento de representação fílmica refere-se ao modelo de reprodução e construção da realidade, por meio de imagens que espelham pensamentos e acontecimentos da sociedade, cria imagens e pensamentos da realidade social por códigos, alegorias e mitos remodelados nas narrativas fílmicas.

Desse modo, o artigo apresenta uma análise sócio-histórica do “instante” cinemanovista, as rupturas e cadências do movimento para se estabelecer enquanto modelo de realidades sociais, por alegorias e imaginários sociais fabricados nas imagens fílmicas. Partindo dos discursos fílmicos, pode-se verificar uma permanência, mesmo que nas entrelinhas dos discursos, na abordagem temática – e subtemáticas – das questões sociais, políticas e culturais na cultura brasileira contemporânea.

O “instante”, a estética e a política

Compreendemos os filmes do Cinema Novo como moldes expressivos de reivindicação social. Sobretudo os filmes do movimento espelham tentativas de conceber um olhar estético relativo às conjunturas estruturais da cultura brasileira no período pertencente a 1950 e meados de 1980. Qual a contribuição dos filmes brasileiros do Cinema Novo para o acometimento

da deliberação política no período conhecido por perseguições dos direitos civis? A trajetória biográfica dos autores envolvidos no movimento é decisiva para a constituição de espaços de desconstrução de discursos de poder e dominação, e a procura pelo resgate das memórias sociais e o fortalecimento das bases étnicas no ambiente cultural e histórico.

Como momento histórico, o período da década de 1960, no Brasil e em outros países que vivenciaram estados de intensa repressão por regimes militares, significou a irrupção de uma situação inesgotável, pois era a mais completa referência aos estatutos essenciais da democracia. Não por menos a intelectualidade do período era formada por jovens de classe média e proletários-trabalhadores, ansiosos por estupor democrático, movidos pelas leituras de Étienne de La Boétie, Rousseau e Goethe, pensadores da teoria da liberdade política.

O “instante” da década de 1960 do século XX culmina no Maio de 68. No período, as deliberações políticas eram diversificadas. Regimes democráticos remediados por atos institucionais, quadro político obscurecido por figuras ideologicamente representativas de sistemas baseados em alusão à média burguesia, violência e medo consistentes nas instituições militares configuraram, como bem demonstrou o cineasta Silvio Tendler, em *Utopia e Barbárie* (2010), que a história da luta de classes e dos regimes democráticos acompanharam a sensação de utopia por um ideal de realidade, e a barbárie calculada por Estados repressores do direito inalienável à liberdade na América Latina dos anos 1960.

Na esteira do campo da antropologia do nome, a tipologia “instante” para a década de 1960 designa o período que compreende o auge e o declínio numeral das produções do Cinema Novo. O significante “instante” possui potencialidade descritiva nos inúmeros mecanismos de confecção da realidade: meios de comunicação – e indústria cultural –, política, estética, educação, família e Estado, religião e trabalho. Para nos referirmos ao nome “instante” buscamos “romper com a abordagem cientificista e positivista”, com o objetivo de “apreender singularidades subjetivas” (LAZARUS, 2017, p. 7) que a imagem fílmica reserva em seu acervo simbólico.

A intuição deste “instante” circunscreve a racionalidade imaginativa da demarcação histórica sobre um evento sociopolítico (BACHELARD, 2010), sendo possível desenvolver, no sentido de categoria de análise, as racionalidades das sensações no tempo e espaço legítimos do acontecimento, tanto psicológicas tanto sociais quanto miméticas. Valendo da prescrição da imaginação sociológica sobre formas, tipos e categorias pregadas em contextos de atualização do pensamento científico moderno (MILLS, 1980), descrevemos como que as imagens fílmicas dialogam com a representação histórica da década de 1960 por meio dos filmes do Cinema Novo.

Os filmes do Cinema Novo herdaram do Neorrealismo italiano dos anos 40. O trabalho nos “tempos mortos”, a preocupação com as questões sociopolíticas, o discurso sobre as classes sociais, a inquietação com o sentido, o olhar, os gestos, a luz, o tempo e o espaço aparentam, em certo ponto, concluir a proximidade do primeiro movimento do Cinema Novo brasileiro com

Umberto D (Vittorio de Sica, 1952), já no último suspiro do movimento italiano, e a obra *Roma, Cidade Aberta* (Roberto Rossellini, 1945), no auge do movimento. No Brasil, dez anos depois do impacto da obra de Rossellini, o cineasta Nelson Pereira dos Santos lança *Rio, 40 Graus* (Nelson Pereira dos Santos, 1955), que aborda a emergência de discussões sobre as questões sociais do país, representando na chapa fílmica os elementos marcantes da cultura brasileira. Nelson Pereira dos Santos desenvolve análise sobre a desigualdade social e a questão da raça no Rio de Janeiro, sendo um painel para compreender a conjuntura da sociedade brasileira. De fato, a utopia dos “50 anos em 5” seria mais difícil do que se imaginava. Em 1962, o diretor atesta este fato com a transcrição fílmica de *Vidas Secas* (Nelson Pereira dos Santos, 1962), da obra literária de Graciliano Ramos, uma das películas canônicas do movimento Cinema Novo.

Todavia, Glauber Rocha, no começo da década de 1960, também volta-se para o nordeste. Tendo em mente a mensagem de *Vidas Secas*, ornamenta em *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (Glauber Rocha, 1964) os mitos através das alegorias do subdesenvolvimento, retratando os elementos centrais do que chamaria, no ano seguinte, de “estética da fome”, no seu discurso politicamente engajado na conferência de Gênova. As alegorias mitológicas permitiram encenar “um modelo lógico, uma representação explicativa, dos quais não exigimos a existência real” (TODOROV, 2014, p. 46).

A presença da violência nos filmes deste momento do Cinema Novo intercalou na estética cinematográfica elementos que se tornaram centrais nos filmes seguintes ao Movimento, pois buscava-se a realização de temáticas sociais envolvidas com os processos de colonização simbólica do povo latino-americano. Esta presença produziu o efeito de repensar o olhar da e para a América Latina, invertendo a violência antes física para redescobrir o lugar da opressão por meio da transgressão dos espaços de representação. Ou seja, a cidade e a transgressão desse ambiente como violência e negação à paralisia social atribuída aos aparelhos ideológicos do Estado.

Os filmes do Cinema Novo comumente transcreviam obras literárias de grandes autores da literatura brasileira.¹ Como mostra a Figura 1, existia, em certo ponto, o interesse em dirigir-se de forma audiovisual sob as imagens imaginadas construídas nas narrativas alegóricas literárias. Esta transcrição de alguma maneira sinaliza o comprometimento dos cineastas do movimento Cinema Novo com a busca pelo ideal cultural, uma intuição simbólica sobre os pilares étnicos e culturais. Por ideal cultural quero dizer as formas de se buscar um sentido para o todo cultural por meio das figuras marcantes do tecido simbólico que desenha os costumes das pessoas, como as roupas, os adereços, as armas, as canções, a presença do mar e do sertão em suas vidas.

¹ Ex: São Bernardo (Leon Hirszman, 1971), da obra de Graciliano Ramos; A Falecida (Leon Hirszman, 1965), da obra de Nelson Rodrigues; A Opinião Pública (Arnaldo Jabor, 1967), da obra de Carlos Drummond de Andrade; O Padre e a Moça (Joaquim Pedro de Andrade, 1965), da obra de Carlos Drummond de Andrade.

Figura 1 – Frames dos filmes *Vidas Secas*, *Deus e o Diabo na Terra do Sol* e *Os Fuzis*.



Fonte: Sino Filmes, Copacabana Filmes e Copacabana Filmes.

Para Todorov (2014, p. 12):

Poderíamos dizer a uns e a outros que se a literatura não nos ensinasse alguma coisa essencial sobre a condição humana, não nos preocuparíamos em retomar, por vezes, textos antigos de dois mil anos; e que se a verdade literária não se deixa reduzir aos procedimentos de verificação comuns é porque poderia haver muitos tipos de verificação. [...] As obras são mais inteligentes do que os autores e as interpretações que nós mesmos fazemos delas.

Parece-me, neste ponto, vide a literatura de Graciliano Ramos, Euclides da Cunha e Rachel de Queiroz, refletindo nas estruturas antropológicas do imaginário de Durand (1997) e na fenomenologia dos elementos água e terra de Bachelard (1989; 1991), e reverenciando Nagib no seu ensaio sobre a utopia do cinema brasileiro (2006), que o sertão resguarda a alegoria imaginada da cultura brasileira. Os filmes do “instante” retratam o sertão por um canal carregado por códigos imagéticos reproduzidos na literatura modernista brasileira dos anos 20 que produziram ressonâncias da mitoanálise da estrutura cultural da região do Nordeste brasileiro. Por conseguinte, as formas narrativas da estética da fome do Cinema Novo brasileiro revolucionaram as formas narrativas literárias do modernismo brasileiro dos anos de 1920 em sua escalada de redescobrir o povo-nação (RIBEIRO, 1995).

A estética da fome habitada nos ambientes da literatura, do cinema, das artes plásticas, da música e do teatro edifica-se na direção de ressignificar as narrativas coloniais da cultura e do povo brasileiro. Neste momento, buscava-se distinguir os olhares sociais construídos relativos aos costumes

da sociedade miscigenada, alternando as origens ameríndias, europeias e africanas, atualizando a necessidade de se perguntar a real identidade cultural do Brasil ao passo do gerenciamento da negação da imagem eurocêntrica e do olhar estrangeiro dos costumes nativos (AMÂNCIO, 2000).

A estética da fome, mirada artística voltada para o resgate das memórias e origens da cultura do subdesenvolvimento lega dos anseios da intelectualidade universitária, assim como da literatura modernista da Semana de Arte Moderna, em 1922, que impactou o pensamento social, com os movimentos Pau-Brasil e Antropofágico, vislumbrando as figuras do mameluco, mulato e cafuzo. Superando a perspectiva eurocêntrica, o pensamento do “índio invadido e do negro trazido para a formação do povo-nação do Brasil” constitui narrativa decolonial dos lugares de resistência e etnicidade porque é fato notável que o pensamento brasileiro é mal resolvido com suas dores históricas, como a escravidão, o genocídio ameríndio e a ditadura militar, devedores da inexistência da revolução burguesa do Brasil (FERNANDES, 1987).

De fato, as dores históricas advindas do passado escravista e do genocídio ameríndio na América Latina não puderam ser renegadas como pano de fundo. Ocultadas pelas narrativas etnocêntricas dos colonizadores europeus, as histórias, os mitos e as narrativas sobre os povos que há séculos residiam no continente, por muito tempo se conservaram encobertas pelo olhar estrangeiro. Este olhar repetia os mesmos clichês e com histórias/narrativas neutralizadas pelo juízo de valor do colonizador, tornando-as, as histórias e mitologias ameríndias, estereótipos de uma cultura do primitivismo. No Brasil, é possível definir com exatidão as etapas para o estabelecimento do campo científico que promoveu a alteridade como luz para os estudos dos povos indígenas, africanos e europeus, e para a diversidade étnica preexistente aos sincretismos culturais e simbólicos dos grupos étnicos (SCHWARCZ, 1993).

Desde a descrição de Pero Vaz de Caminha, em 1º de maio de 1500, até a visão utópica do escritor Stefan Zweig, a história do Brasil possui um narrador em comum: o estrangeiro. Da literatura estrangeira para o desenvolvimento do estereótipo cinematográfico dos anos 40 e 50 dos filmes norte-americanos e franceses, a cultura brasileira era assistida e vendida como mercadoria de consumo para espectadores de cinema estrangeiros que não tinham nenhum conhecimento do Brasil, embebedando-os com a imagem de um modo de viver “particular”, uma desigualdade social harmônica. Inclusive, Zweig refere-se ao Brasil como o país do futuro, e o impacto da Carta de Pero Vaz de Caminha em sua dualidade de encanto e estranheza, inocula, pela primeira vez, a contra-narratividade sob o povo dominado. Em suas palavras:

Esse problema central que se impõe a toda geração e, portanto, também à nossa, é a resposta à mais simples e, apesar disso, a mais necessária pergunta: como poderá conseguir-se no mundo viverem os entes humanos pacificamente uns ao lado dos outros, não obstante todas as diferenças de raças, classes, pigmentos, crenças e opiniões? É o problema que imperativamente sempre se apresenta a toda comunidade, a toda nação. A nenhum país esse problema, por uma constelação particularmente complicada, se

apresenta mais perigoso do que ao Brasil, e nenhum o resolveu duma maneira mais feliz e mais exemplar do que a pela qual este o fez; é para gratamente testemunhar isso que escrevi este livro. O Brasil resolveu-o duma maneira que, em minha opinião, requer não só a atenção, mas também a admiração do mundo (sic) (ZWEIG, 1941, p. 15).

As palavras de Zweig, escritor e jornalista austríaco influente no começo do século XX, remodelam de forma reduzida os problemas estruturais da sociedade brasileira: a desigualdade social, a violência e o medo urbano, as temáticas hoje emergentes do racismo e da xenofobia, a economia despretensiosa e a política oligárquica. Além disso, dificulta olhar no horizonte as questões raciais que, considerando a influência de *Casa-Grande e Senzala* (FREYRE, 2006) no contexto histórico da obra de Zweig ultrapassam as discussões sobre o preconceito de marca e a pigmentação da pele (NOGUEIRA, 2006), gerando obstáculos para o estabelecimento de visões paradoxais dos homens e mulheres herdeiros das culturas negras e ameríndias. Neste sentido, a contra-narratividade tem controle por meio da palavra e do discurso das escritas de si (FOUCAULT, 2007a; 2006). As questões culturais no Brasil são históricas e socialmente atribuídas por regimes de colonização dos lugares de existência e os filmes brasileiros representam os paradoxos culturais.

O nascimento do Brasil e de sua “ninguendade” (RIBEIRO, 1995), como caracteriza Macunaíma de Mario de Andrade, e a representação fílmica do diretor Joaquim Pedro de Andrade, estão presentes nas florestas imersas na pluralidade étnica do norte do país. Semelhante a pretensão de *Abaporu* de Tarsila do Amaral (1928), *Macunaíma* mergulha nas raízes do Brasil para parodiar os instintos anti-humanos das mitologias nacionais.

Não é aceitável, por exemplo, que um brasileiro que atualmente filma no Brasil ignore as condições sociais, políticas e econômicas não só daquele país, mas também, de sua literatura; não pode desconectar a literatura do Brasil, assim como não pode ignorar a música brasileira, e a música “popular” e “cult”. Uma prova de que quando alguém conhece “sua” totalidade pode usar todos esses elementos, adicioná-los ao seu trabalho, dando-lhes um sentido além intencionar com eles uma necessidade crítica, é *Macunaíma* de Joaquim Pedro de Andrade. Trabalho chave de alguém que conseguiu internalizar a história da “cultura” para acabar manipulando seus “valores” com uma intencionalidade oposta à aceitação da complacência. *Macunaíma* não apenas sabe o que dizer, mas o diz com uma linguagem cinematográfica totalizadora. Essa linguagem, evidentemente, não foi inventada por Andrade; vem de toda a experiência cinematográfica de cinquenta anos de história. Acontece apenas que a intencionalidade é “outra” (MORE e MATEUS, 1976, p. 35).

Outra perspectiva demonstra que, quando o Cinema Novo se volta para a cidade e sua estética do delírio urbano, perpassando a relação dicotômica das paisagens simbólicas do sertão-mar, questões de ordem complexas emergem. Dor, sofrimento, relações de poder, hierarquia, classe, gênero, corpo e corporalidades, violência urbana, desigualdade, crime, burguesia, religião

são temas caros ao Cinema Novo urbano, em sua presença sempre literária e alegórica de Glauber Rocha, com *Terra em Transe* (Glauber Rocha, 1967). O filme de Rocha pode ser considerado como uma virada estética no Cinema Novo: o urbanismo como fenômeno psicológico e político, atinge a vida das pessoas por vieses sofisticados nas relações de poder.

Cidade e a estética do delírio urbano

No auge da ditadura militar, aproximando-se dos atos institucionais repressivos, *Terra em Transe* expõe o escárnio sobre o poder, o direito e a imagem dos aparelhos ideológicos do Estado encabeçado por instituições hierárquicas que visavam reproduzir as categorias formais de reprodução das desigualdades sociais. Sua narrativa clarifica o teor repressor das instituições oligárquicas que subordinam as classes oprimidas na forma de controle social a partir das bases sociais da classe baixa urbana.

As proposições de Glauber podem ser interpretadas sob dois aspectos dialeticamente complementares: em primeiro lugar, ao fazer um balanço da conjuntura histórica da América Latina, apontando a “originalidade” desse problema para um cinema revolucionário, ele defende sua experiência cinematográfica anterior, reafirmando o argumento central de *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, isso é, de que a violência do homem faminto não é sinal de primitivismo, mas a expressão de um desejo incompreendido de transformação; em segundo lugar, ao tentar explicar o fracasso da esquerda no Brasil, ele antecipa a ideia fundamental de *Terra em Transe*, qual seja, de que, na medida em que a esquerda adota a mesma “razão conservadora” da direita, ela é incapaz de uma ação revolucionária integral, sendo, em vez disso, paternalista em relação à pobreza (LUIZ, 2017, p. 243).

Externaliza no Cinema Novo urbano o cinema político, questionador, investigativo, transgressivo no espaço urbano das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, devotando atenção sobre o discurso das classes sociais que alimentavam narrativas sociais como “você sabe com quem está falando?”.

O “sabe com quem está falando?” tem inúmeras variantes, seus equivalentes: “Quem você pensa que é?”, “Onde você pensa que está?”, “Recolha-se à sua insignificância”, “Mais amor e menos confiança”, “Vê se te enxerga!”, “Você não conhece o seu lugar?”, “Veja se me respeita!”, “Será que não tem vergonha na cara?”, “Mais respeito!” etc. As expressões podem realizar o mesmo ato expressivo e consciente que, na sociedade brasileira, parece fundamental para o estabelecimento (ou restabelecimento) da ordem e da hierarquia. [...] A maioria dessas expressões assume uma forma interrogativa, o que, no Brasil, surge como um modo evidentemente não cordial de interação social (DAMATTA, 1997, p. 203).

O Cinema Novo urbano denuncia enfaticamente em suas imagens a distinção da posição do lugar (BOURDIEU, 2006), revelando o outro lado das relações sociais, vigiadas pelo poder e pela política cotidiana das classes sociais urbanas. As ruas, praças, avenidas, becos e parques se transformaram em lugares para conflitos ideológicos nas relações microssociais. O emaranhamento da microfísica do poder institucional (FOUCAULT, 2007b) nas teias sociais cotidianas era essencialmente as entradas dos filmes políticos de emergir no jogo das relações de classes. A reprodução destas inflexões abrange a segunda parte da produção cinematográfica do autor mais político do Cinema Novo, o cineasta Leon Hirszman, que adaptou alguns dos livros dos autores intérpretes da cultura brasileira. Os seus filmes tematizavam os conflitos entre operários grevistas e burgueses capitalistas, aprofundando o debate do caso brasileiro.

A estética do Cinema Novo urbano fala dos paradoxos existentes na cidade brasileira da modernidade. A partir de histórias de cunho predominantemente elitista, industrial e de classe, os filmes do Cinema Novo urbano teorizam criticamente por meio das narrativas filmicas sociais as possíveis direções que a cidade moderna oferece aos indivíduos.

O sentido de utopia no Cinema Novo supera o dilema sertão-mar do alvorecer do movimento. As fábricas, os complexos industriais de ponta, o progresso tecnológico, as crises financeiras, a violência, as sensações de medo e solidão, desespero e esquizofrenia, as realidades híbridas e as formas instáveis de sobrevivência social, aparecem contextualizadas em obras cinematográficas de importante significação da produção audiovisual paulista, carioca e nordestina. *São Paulo S.A.* (Luís Sérgio Person, 1965), *Eles Não Usam Black-Tie* (Leon Hirszman, 1981), *Os Herdeiros* (Cacá Diegues, 1970) e *A Grande Cidade* (Cacá Diegues, 1966) analisam as distinções nos usos e desusos dos espaços públicos da cidade brasileira, constituindo as relações paradoxais indivíduo-cidade, natureza-cultura, vigilância-liberdade.

Esses filmes revelam a face mais enraizada do Brasil, quando para DaMatta (1997) se estabelece na interação simbólica das distinções sociais, para Holanda (1995) se estabelece no sentido do costume particularizado da tipologia do “homem cordial”. A afetividade do “homem cordial” se entranha nas instituições políticas, militares, escolares e do Estado, dando continuidade aos “favores de família”, instituindo historicamente o controle dos “nomes” pelos “inomináveis”; os “nomes” são códigos usados para o mantimento do poder nas instituições de controle, credenciais socialmente atribuídas para deferir o discurso valorativo do “você sabe com quem está falando?”.

O direito à cidade (LEFEBVRE, 2006) e as dinâmicas de luta e resistência nos espaços comuns da urbe, no Cinema Novo urbano, prega o fator da reelaboração da imagem da cidade como lugar para a intensificação da posição do espectador-cidadão como sujeito participativo. Destarte, reside a dialética do esclarecimento deste período do Cinema Novo: reconstituir o lugar de posição num estado antidemocrático, culminando em estados sociais de coletividade

cívica. O lugar da cidade torna-se palco para os movimentos estudantis contra a ditadura militar, quando a figura dos estudantes se mostrava decisiva para a superação dos meios de controle social por parte do Estado autoritário.

Figura 2 – Frames dos filmes *Os Herdeiros* e *Deus e o Diabo na Terra do Sol*.



Fonte: Carlos Diegues Produções Cinematográficas e Copacabana Filmes.

No sentido estético, a luz dos filmes do Cinema Novo metaforiza a singularidade do cegar, do não-ver, para ver. Lembranças à alegoria de Platão (2002) acerca da caverna e do conhecer para poder enxergar, a luz que cega para obter o conhecimento, ou a Verdade, está presente nos filmes do Cinema Novo. A luz estourada ensolarada cega por um momento o observador das imagens, o espectador, e, em seguida, veem-se imagens poéticas, desvirtuadas em seus sentidos primários, pulsando paisagens simbólicas paradoxais.

Neste jogo semântico, indicamos que a luz dos filmes do Cinema Novo propõe cegar para poder esclarecer, sendo a imagem fílmica o dispositivo para desenvolver naquele que observa um olhar de não-verdade, de questionamento. O propósito da fotografia destes filmes traduz-se na abordagem de queimar as imagens para inverter o simbólico da metáfora da Verdade (FURTADO, 2015), superando as matrizes basilares da fundação das superestruturas ideológicas da formação do pensamento social. Inverter o simbólico da metáfora da Verdade é tanger o factual da realidade histórica, isso porque:

Apenas através de um deslocamento narrativo e formal violentos teria sido possível o aparecimento de uma técnica narrativa capaz de resgatar a vida e o sentimento para esse órgão de funcionamento intermitente que é a nossa capacidade de organizar e viver o tempo de forma histórica. Mas não se deve extrair disso a apressada consequência de que as duas formas são simétricas porque o romance histórico encena o passado e a ficção científica o futuro (JAMESON, 1996, p. 290).

A imagem do cinema assevera a recriação da realidade social. O ato de narrar, recontar ou rememorar (BENJAMIN, 1994; COMOLLI, 2008) determinado acontecimento no cinema

latino-americano, é matéria dos substantivos geopolíticos.

Pensar a imagem do cinema como representação simbólica da realidade da sociedade é circunscrever uma recriação desta mesma realidade por uma realidade virtual; leva-se em consideração, neste sentido, a mecânica motora do funcionamento da projeção da imagem do cinema. Ao passo que se filma uma dada realidade remodela-se ela própria pelo dispositivo transfigurativo da linguagem cinematográfica, e enquanto edição e projeção desta imagem filmada têm-se outras reconfigurações da realidade esculpida pela câmera cinematográfica (AUTOR, 2018, p. 87).

O cinema de ficção, assim como o cinema documentário, no âmbito da América Latina, constata no espaço filmico dos seus enredos a representação dos fenômenos sociopolíticos, referendando liminaridades dos conteúdos de cunho predominantemente situacionais: o lugar da periferia na construção do gênero em *Pelo Malo* (Mariana Rondón, 2013), o consumo moderno da imagem em *7 Cajas* (Juan Carlos Maneglia e Tana Schembori, 2012), as subjetividades no espaço urbano da metrópole em *Ausência* (Chico Teixeira, 2014), os trajetos transnacionais em *La Jaula de Oro* (Diego Quemada-Diez, 2013), as comunidades e as segregações sociais em *La Playa* (Juan Andrés Arango García, 2012), a existência e a solidão em *Jean Gentil* (Israel Cárdenas e Laura Amélia Guzmán, 2010), o reencontro e a exploração trabalhista em *La Tierra y la Sombra* (César Augusto Acevedo, 2015).

A cinematografia latino-americana registra o processo de ruptura com a alienação da mentalidade do povo colonizado, reconstruindo, por meio das artes e da política, as veias outrora abertas pelos imperialistas (GALEANO, 1996). A tomada de decisão política que ocorreu na América Latina levando a uma conscientização de luta de classe e fomentando o sentido para a “nuestra tierra” deve-se ao “reflexo da conjuntura política da década de 1960, com o acirramento das tensões da Guerra Fria, a Revolução Cubana e o processo de independência dos países africanos” (NASCIMENTO, 2017, p. 276).

Diante dessas discussões, quero fazer algumas aproximações com o cinema brasileiro contemporâneo que tem, em parte, considerado a cidade como um lugar revelador de questões sociais e políticas. Para isso, devo considerar dois argumentos para desenvolver o argumento de que o cinema nacional atual pode conter permanências da filosofia do movimento cinemanovista: primeiro, é um cinema altamente agregador e articulado com movimentos políticos e culturais que primam pela reivindicação do espaço urbano, e segundo, pois é um cinema de classe média e universitária, leitor dos grandes clássicos e cinéfilos da cinematografia brasileira. Sendo assim, é possível tecer algumas considerações do “instante” da década de 1960 na *permanência* da estética do esclarecimento no cinema brasileiro contemporâneo.

A cidade no cinema brasileiro contemporâneo

Os filmes e suas imagens, como memórias do mundo, representam um ideal, particularizado no contexto em que se inserem (FERRO, 2010), motivados por vontades sociais, como é o caso do Cinema Novo. Ressignificando a herança inabalável nas obras da atualidade, não podemos separar, é certo afirmar, as dicotomias justapostas nas narrativas de filmes produzidos em períodos diferentes, mas espera-se acreditar que estas mesmas heranças saltam à tela pois os referenciais imagéticos do Cinema Novo continuam a pairar nos modelos de representação do cinema brasileiro contemporâneo. Os referenciais imagéticos transportam conteúdos situacionais específicos, portanto, no cinema brasileiro atual os discursos são atualizados enquanto suas próprias particularidades no que enseja destilar na imagem fílmica as permanências e os desafios deixados pelo Cinema Novo brasileiro.

O “instante” da década de 1960 aparece como um momento *tempus permanent*, um elemento num espaço-tempo definido, uma ressonância das narrativas, discursos, representações, códigos e sentidos reforçados nos momentos anteriores. O legado das obras deste “instante”, que se estendeu por toda a década de 1960, no Brasil e em outros países do mundo como França, Itália, Estados Unidos da América, México, Argentina, Espanha, configura em elemento de permanência das narrativas reconstruídas, das representações remodeladas, nos olhares redefinidos, uma crítica ácida à imagem reprimida, aos estatutos da colonialidade cinematográfica. Podemos citar a respeito disso os filmes brasileiros atualmente consagrados como *Central do Brasil* (Walter Salles, 1997), *O Som ao Redor* (Kleber Mendonça Filho, 2013), *A História da Eternidade* (Camilo Cavalcante, 2014) e *O Céu de Suely* (Karim Ainouz, 2006), que em certo nível estendem em suas histórias as dicotomias paradoxais entre sertão-mar, cidade-indivíduo, burguesia-proletariado.

Citando casos análogos, nos filmes urbanos pernambucanos os enredos tratam das marcas coloniais nas relações sociais entre as classes sociais. Os usos e desusos do espaço “comum” acarretam o paradigma da distinção social, do jogo das relações de poder e da potencialidade da paisagem urbana da cidade recifense. A construção se dá por um olhar técnico objetivo: as ruas, as avenidas, os parques, as praias e as pessoas são filmadas em suas rotinas e hábitos. Não há uma espetacularização da produção em cenários externos. Os filmes urbanos brasileiros, certamente do eixo Rio-SP, emergem suas personagens em contextos semelhantes aos usuais do cinema pernambucano, margeando os espaços “comuns” em detrimento dos espaços de estabelecimento das distinções.

Contrariamente, os filmes urbanos contemporâneos jogam com as corporalidades nas paisagens míticas das cidades brasileiras, para falar sobre suas personagens no uso permissivo das ações dos indivíduos em realidades situacionais indistintas. Obras fílmicas do calibre de *Cidade de Deus* (Fernando Meirelles, 2002), *Era uma Vez Eu, Verônica* (Marcelo Gomes, 2012), *Permanência*

(Leonardo Lacca, 2014), *O Homem das Multidões* (Marcelo Gomes e Cao Guimarães, 2013) e *A Cidade Onde Envelheço* (Marília Rocha, 2016) usam da paisagem simbólica das cidades do Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, respectivamente, inclusive dos espaços “comuns”, para dizer sobre as identidades e dilemas pessoais das suas personagens centrais das tramas que envolvem medo, existência, fluxo e espaços de solidão.

Uma das funções sociais do cinema, na manutenção do imaginário social dos espectadores de cinema: a invenção da vida cotidiana moderna. Como constructo ideológico e econômico, a sétima arte imperializa narrativas sobre os diferentes enredos da sociedade, sobre política, cultura, história, economia. Como painel de representação de modelos de vivências, a modernidade presente nas histórias cinematográficas substitui os seus próprios elementos constituintes, com pinceladas de fantástico e com um projeto social quase sempre bem definido. Os exemplos das vanguardas de cinema Surrealismo e Expressionismo, por sua vez, possuíram projetos políticos diferenciados dos movimentos e escolas do Impressionismo, Dadaísmo ou Cinema Novo, porque tiveram olhares e sentidos estéticos específicos, e de motivações político-ideológicas dentro dos seus contextos de produção cinematográficos (COSTA, 2018, p. 92).

Em outras palavras, o elemento da permanência no cinema brasileiro contemporâneo também o é de dessemelhança, pois os discursos construídos nos dias que correm progridem seus temas à desavença das convenções paradigmáticas. As heranças dos discursos imagéticos se estabelecem em nível de significante nos espaços “comuns”, lugares, paisagens, nas realidades situacionais, para compartilhar os códigos sociais de revogação social. Sendo o cinema uma linguagem que esculpe as memórias do mundo através da linguagem cinematográfica, os cineastas brasileiros atuais dão continuidade ao significante do Cinema Novo urbano, ao convocar as ressonâncias político-ideológicas da reivindicação social no âmbito da cidade.

Quando dizemos que a década de 1960 do movimento cinemanovista é um “instante”, é porque consideramos que, nas mentalidades daqueles que produzem, estudam e criticam cinema há uma demarcação séria em pincelar o Cinema Novo como um artefato que hoje é tradicional para a cinematografia brasileira. As imagens de *Rio*, *40 Graus*, *Vidas Secas*, *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, *Os Fuzis* e *Terra em Transe* construíram signos alegóricos que permanecem no imaginário das pessoas, presente nas novelas, peças teatrais, letras de músicas, entre outras formas de arte. Um frame pode carregar elementos poderosos de identificação simbólica, trazer à tona sentimentos devastadores ou libertadores.

Portanto, os filmes brasileiros atuais são produtos do palimpsesto imagético dos filmes oriundos do movimento cinemanovista brasileiro do “instante” da década de 1960. Esculpir a memória do mundo não significa, contudo, apreender a imagem factível da realidade, mas desafiar as formas com as quais trabalhamos as memórias, os afetos e as coisas não apreendidas

do *mundus imaginalis* (CORBIN, 1993).

Figura 3 – Frame do filme *O Som ao Redor*.



Fonte: CinemaScópio.

Por exemplo, nas Figuras 3, 4 e 5 estão representadas três cenas de filmes brasileiros contemporâneos diferentes, mas que tratam de um mesmo painel temático: a cidade. *O Som ao Redor*, longa-metragem de Kleber Mendonça, analisa a presença do som em bairros recifenses de classe média, desenhando sentidos a respeito das permanências sociais do patriarcalismo nas relações sociais cotidianas. O filme integra em sua narrativa um jogo simbólico de espacialidades afetivas e emocionais das personagens: da casa, do interior, da segurança para a rua, o exterior e a insegurança, o medo é provavelmente o articulador de emoções no cinema recifense. Que sentimentos trazem as reestruturações urbanas no Recife, que chega ao ponto de dividir uma cidade em setores de classes e transformar a mobilidade urbana? As memórias da cidade se perdem quando são erguidos novos conglomerados de condomínios fechados. As relações sociais são geridas por configurações de estilos de vida, e o espaço é o grande referencial para a fabricação de relações de poder. De fato, o som potencializa o fenômeno do cotidiano na vida de pessoas que se (des)conhecem, e quando o encontro acontece dispositivos de poder e controle calibram a comunicação objetiva: “você sabe com quem está falando?”.

Por outro lado, a obra de Marcelo Gomes percebe a cidade do Recife como lugar de encontros e desencontros das identidades dos sujeitos envolvidos em processos de perda e de descobertas de si, a partir de uma personagem que transita entre o efeito e a dissonância de sua própria individualidade. *Era Uma Vez Eu, Verônica* é provavelmente um ícone da tempestiva busca de si. Em contraste com o mar, a construção da personagem Verônica é imaginada como um semblante da modernidade que nos afeta enquanto indivíduos em permanente construção: a identidade fluída que se desenha e se desconstrói na mesma medida em que os tempos zeram a cada dia.

Não há, nessa obra, uma estruturação identitária esgotada, existe uma concepção de que as pessoas se transformam repetidamente em contato com outras pessoas e com determinadas situações de vida. A perda da memória da cidade, a busca por uma memória em Verônica e a despedida iminente do seu pai são processos transformadores na vida da personagem principal, que simbolizam estados de liminaridade igualmente encontrados em *O Homem das Multidões*.

Figura 4 – Frame do filme *Era Uma Vez Eu, Verônica*.



Fonte: REC Filmes.

Figura 5 – Frame do filme *O Homem das Multidões*.



Fonte: Vitrine Filmes.

O olhar de Marcelo Gomes e Cao Guimarães sobre a cidade-liminaridade, aonde personagens habitam lugares de transição, é reiterar o paradigma situacional dos filmes urbanos brasileiros atuais: as relações sociais no âmbito da cidade ocorrem por tensionamentos de classe, gênero e poder. Incluindo os dois filmes pernambucanos anteriores, *O Homem das Multidões* é preciso em

identificar aproximações entre fluxos e tensionamentos nos espaços “comuns” da cidade, quando busca representar as imprecisões com que as comunicações se desenvolvem nas ruas, no metrô, no parque, entre vizinhos, entre enamorados. Situações sociais operam as relações sociais, mas existe um poder simbólico que é superestrutural às pessoas. Mesmo os desencontros são consequências dos mecanismos de gerenciamento das relações sociais; quase ninguém se encontra na cidade-liminaridade, e quando se olham, estão em espaços de solidão. Estar nestes espaços de solidão não quer dizer que os indivíduos existem em estado de natureza solitário, muito pelo contrário. Essas pessoas estão em processos de mudanças, estão dentro de um fluxo, de personalidades liminares, que se refazem a todo instante. São transgressoras da estrutura social.

Como dissemos, existe uma permanência do Cinema Novo nos filmes de ficção brasileiros contemporâneos. Ela pode ser identificada nos temas recorrentes que ainda são base para os enredos das obras da pós-retomada brasileira, período este concernente entre 2005 a 2010: desigualdade social, relações de poder, cultura popular urbana, alegorias e símbolos brasileiros. Com ênfase, as obras deste tempo demarcado exploram a temática da cidade na construção das imagens híbridas, intercalando narrativas do cinema-direto – quando as personagens “passeiam” entre os transeuntes na urbe – e a narratividade simbólica dos espaços de solidão que criam estados de liminaridade. As figuras mostram três filmes brasileiros atuais que alocam suas personagens em estados fronteiriços de suas identidades, motivados subjetivamente por ideais emocionais, políticos ou estéticos. De forma orgânica, as obras destacadas deflagram as cidades imaginadas em suas histórias por um olhar desviante, quase de estigma, dos passeios e trajetos. Em lembrança a *O Homem que Virou Suco* (João Batista de Andrade, 1981), as personagens dos filmes acima ritualizam os espaços por onde passeiam, transformando-os em trajetos emocionais, como as ruas estreitas dos bairros médios e as avenidas de prédios de Boa Viagem em Recife e os vagões de trens vazios em Belo Horizonte.

Considerações finais

Discutimos o movimento cinemanovista para pensar sobre o “instante” da década de 1960 no contexto cultural e político do Brasil. Levantamos a hipótese de que o “instante” da década de 1960 construiu um lugar de referência de luta e resistência no âmbito da estética cinematográfica. De fato, os filmes do Cinema Novo brasileiro tiveram impacto considerável na apropriação do discurso democrático pelas classes sociais, fazendo com que se refletisse acerca dos dilemas sociais circundantes à formação da nação brasileira. Com isso, os filmes do movimento cinemanovista contribuíram, com a participação do espaço artístico e intelectual aflorado dos anos 30 e 40, para dimensionar as questões singulares da cultura brasileira por olhares subjetivos, estéticos e políticos.

Propomos que, mesmo havendo distâncias claras e anteriormente problematizadas entre a produção cinemanovista e a brasileira atual, ocorre que os filmes urbanos contemporâneos têm fabricado imagens engajadas, de narrativas questionadoras, de perspectivas libertadoras. Esse

resgate de imagens sociais sobre questões estruturais da sociedade brasileira tem sido acometido desde a retomada do cinema brasileiro, em filmes como *Carlota Joaquina, Princesa do Brasil* (Carla Camurati, 1995), *Central do Brasil* (Walter Salles, 1998) e *Baile Perfumado* (Paulo Caldas e Lírío Ferreira, 1997), que inventaram narrativas sobre as marcas e as dores de um país que tem dívidas com seu passado. Como mostramos, as influências do “instante” cinemanovista chegaram a pós-retomada do cinema brasileira. Mesmo em se tratando de filmes “novíssimos”, de uma cinematografia que reflete tempos e espaços sociais diferenciados, o cinema brasileiro contemporâneo devota signos alegóricos e discursos que estão enraizados na estrutura social e na história cultural do Brasil.

Referências

- AMÂNCIO, Tunico. 2000. O Brasil dos Gringos: imagens no cinema. Niterói: Intertexto.
- BACHELARD, Gaston. 1989. A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo: Martins Fontes.
- BACHELARD, Gaston. 1991. A terra e os devaneios da vontade: ensaio sobre a imaginação das forças. São Paulo: Martins Fontes.
- BACHELARD, Gaston. 2010. A intuição do instante. Campinas: Verus.
- BENJAMIN, Walter. 1994. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, pp. 197-221.
- BOURDIEU, Pierre. 2006. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP.
- COMOLLI, Jean-Louis. 2008. Ver e Poder. Belo Horizonte: UFMG.
- CORBIN, Henry. 1993. L’imagination créatrice dans le soufisme d’Ibn Arabî. Paris: Aubier.
- COSTA, Wendell Marcel Alves da. 2018. Espaços de solidão, estados de liminaridade: cidade e as ressonâncias da modernidade em A Cidade Onde Envelheço e O Homem das Multidões. RUA [online], n. 24, vol. 1, junho, p. 85-101. DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/rua.v24i1.8652439>.
- DAMATTA, Roberto. 1997. Carnavais, malandros e heróis: para uma Sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco.
- DURAND, Gilbert. 1997. As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral. São Paulo: Martins Fontes.
- FERNANDES, Florestan. 1987. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação

sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara.

FERRO, Marc. 2010. Cinema e História. São Paulo: Paz e Terra.

FOUCAULT, Michel. 2006. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola.

_____. 2007a. As palavras e as coisas. São Paulo: Martins Fontes.

_____. 2007b. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal.

FREYRE, Gilberto. 2006. Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global.

FURTADO, Beatriz. 2015. “Das sobrevivências que queimam”. In: BRANDÃO, A., LIRA, R. (Orgs.). A sobrevivência das imagens. Campinas: Papirus, pp. 77-86.

GALEANO, Eduardo. 1996. As veias abertas da América Latina. São Paulo: Paz e Terra.

HOLANDA, Sergio Buarque de. 1995. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.

JAMESON, Fredric. 1996. Pós-modernismo – a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Editora Ática.

LAZARUS, Sylvain. 2017. Antropologia do nome. São Paulo: Editora Unesp.

LEFEBVRE, Henri. 2006. O direito à cidade. São Paulo: Centauro.

LUIZ, José Victor Regadas. 2017. “‘Terra em Transe’ e o Golpe de 1964”. In: ALBUQUERQUE, G. G. VELASQUES, M. C. C. BATISTELLA, R. R. C. (Org.). Cultura, politécnica e imagem. Rio de Janeiro: EPSJV, pp. 229-256.

MILLS, Charles Wright. 1980. A imaginação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar.

MORE, Rene Palacios. MATEUS, Daniel Pires. 1976. El cine latino-americano. O por uma estética de la ferocidade, la magia y la violencia. Madrid: SEDMAY.

NAGIB, Lúcia. 2006. A utopia no cinema brasileiro: matrizes, nostalgia e distopias. São Paulo: Cosac & Naify.

NASCIMENTO, Mariana Siracusa. 2017. “Cinema político na América Latina: a construção do Nuevo Cine Latinoamericano”. In: ALBUQUERQUE, G. G. VELASQUES, M. C. C. BATISTELLA, R. R. C. (Org.). Cultura, politécnica e imagem. Rio de Janeiro: EPSJV, pp. 275-287.

NOGUEIRA, Oracy. 2006. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. Tempo

Social, revista de antropologia da USP, v. 19, n. 1, pp. 287-308, novembro.

PLATÃO. 2002. A república: texto integral. São Paulo: Martin Claret.

RIBEIRO, Darcy. 1995. O povo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras.

SCHWARCZ, Lília Moritz. 1993. O espetáculo das raças: cientistas e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras.

TODOROV, Tzvetan. 2014. A vida em comum: ensaio de antropologia geral. São Paulo: Editora UNESP.

XAVIER, Ismail. 2012. Alegorias do subdesenvolvimento: cinema novo, tropicalismo e cinema marginal. São Paulo: Cosac Naify.

ZWEIG, Stefan. 1941. Brasil, país do futuro. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

